UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

FLÁVIO PEDROSO MENDES

LAKATOS, O REALISMO OFENSIVO E O PROGRAMA DE
PESQUISA CIENTÍFICO DO REALISMO ESTRUTURAL

SÃO PAULO

2013

FLÁVIO PEDROSO MENDES

**LAKATOS, O REALISMO OFENSIVO E O PROGRAMA DE
PESQUISA CIENTÍFICO DO REALISMO ESTRUTURAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa

SÃO PAULO

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

Flávio Pedroso Mendes

Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (Orientador)

Instituição: IRI-USP Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Ao vô Fausto (*in memoriam*) e ao vô Messias, com amor

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese de doutorado é fruto de um contexto acadêmico e pessoal altamente favorável. Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Prof. Rafael Antonio Duarte Villa, pela disposição e pelo interesse em orientar um aluno com o qual nunca havia tido contato. Além de suas reconhecidas virtudes intelectuais, tive o privilégio de contar com seu trato pessoal e sua solicitude ímpar. Particularmente, sou-lhe grato pela paciência com que lidou com minha ausência física nos últimos dois anos, em função de minhas necessidades profissionais.

Agradeço à Profa. Maria Hermínia Tavares e à Profa. Rossana Rocha pelas valiosas críticas feitas em meu exame de qualificação, sem as quais o resultado final desta tese certamente seria inferior. Sou igualmente grato, de antemão, aos membros da banca examinadora de defesa, que prontamente aceitaram nosso convite e abriram espaço em suas agendas atribuladas para fazer parte desta importante realização de minha trajetória acadêmica.

No IRI-USP encontrei o melhor ambiente possível para o meu doutoramento. As contribuições que recebi dos professores são inestimáveis, particularmente para alguém, como eu, que sentia necessidade de um maior contato com temas tradicionais da ciência política. Neste particular, sou especialmente grato à Profa. Maria Hermínia Tavares, à Profa. Janina Onuki, ao Prof. Amâncio Jorge Silva e ao Prof. Leandro Piquet, cujas lições me acompanharão para o resto da vida. Na secretaria encontrei pessoas pacientes e sempre dispostas a ajudar. Agradeço em particular à Giselle de Castro e à Patrícia Berbel de Almeida, do Serviço de Pós-Graduação e Pesquisa, que sempre atenderam às minhas constantes solicitações com competência e disposição. Por fim, tive o privilégio de conviver com um grupo especial e estimulante de colegas. Agradeço-lhes, nas pessoas do Flávio Pinheiro, Cícero Krupp, Lucas Tasqueto e Ítalo Sposito, pelo companheirismo e apoio desde o nosso ingresso no IRI.

Durante os últimos dois anos tive a felicidade de iniciar minha vida profissional no âmbito do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Lá encontrei uma atmosfera de trabalho e de convivência que pretendo conservar pelos próximos 35 anos. Sou extremamente grato ao Prof. José Rubens Garlipp, coordenador do curso de Relações Internacionais, e ao Prof. Clésio Xavier, diretor do Instituto de Economia, por terem feito todo o possível para que eu pudesse conciliar minhas

responsabilidades como docente com minhas atividades de doutorando. Sou também grato aos bons amigos que encontrei no IE-UFU, cuja convivência tem me inspirado mais a cada dia e me convencido do acerto de minha escolha por uma carreira acadêmica.

Não posso deixar de agradecer ao Prof. John Mearsheimer, da Universidade de Chicago, que forneceu todo o apoio que lhe foi demandado – e mais – para a realização de minha pesquisa. Sem a sua cordial e frequente interlocução as eventuais contribuições deste trabalho não seriam possíveis.

Em minha vida pessoal, desde sempre fui agraciado pela presença de pessoas diretamente responsáveis por tudo de bom que me ocorreu. Devo agradecer imensamente ao meu pai, Antônio Nazareno G. Mendes, à minha mãe, Adriana Maria R. Pedroso, e à minha irmã, Marcela Pedroso Mendes, por todo o amor e confiança, que me permitiram desenvolver todo o meu potencial com alegria e satisfação. Agradeço às minhas avós, Dirce e Hilda; aos meus tios, Faustinho, Valéria e João; e aos meus primos, Biel, Letícia, Daniel, Renan, Ju e Laurinha, por me proporcionarem a melhor família que alguém poderia desejar. Em especial, agradeço aos meus avôs, Fausto Pedroso (*in memoriam*) e Messias Mendes, por terem dado os primeiros passos para que, hoje, eu pudesse me dar ao luxo de me dedicar a uma carreira acadêmica. A eles este trabalho é dedicado. Sou imensuravelmente grato à Samantha, que há 5 anos tem tornado minha vida tão mais feliz e especial. Sem você nada disso teria significado. Obrigado por me amar e por ser a mulher da minha vida. Eu amo você!

Finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sem cujo suporte material este trabalho não teria sido realizado.

TABELAS E FIGURAS

Mudanças teóricas, progressividade e degenerescênciap. 36

As grandes linhas da política internacional em função da polaridade regionalp. 136

Comportamento das grandes potências em função do tipo e da polaridadep. 137

Sumário

<i>INTRODUÇÃO</i>	p. 12
-------------------------	-------

<i>PARTE 1 - A Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos e o Estudo Científico das Relações Internacionais</i>	p. 16
--	-------

1.1 - Origens.....	p. 17
1.2 - O Falseacionismo Sofisticado e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos	p. 30
1.3 - Lakatos vs. Kuhn.....	p. 37
1.4 - Sobre 'Fatos novos'	p. 39
1.5 - A Reconstrução Racional da Ciência.....	p. 43
1.6 - Críticas à MPPC.....	p. 49
1.7 - Lakatos nas Ciências Sociais, em Geral, e nas Relações Internacionais, em Particular	p. 57

<i>PARTE 2 - O Realismo Estrutural como um Programa de Pesquisa Científico</i>	p. 65
--	-------

2.1 - Uma Teoria Política e Sistêmica das Relações Internacionais	p. 66
2.2 - O Sistema Internacional: Estrutura e Unidades	p. 70
2.3 - Os Efeitos da Anarquia	p. 76
2.4 - O Dilema da Segurança	p. 84
2.5 - Polaridade e Efeitos Estruturais	p. 92
2.6 - Núcleo Duro e Heurística Negativa	p. 98
2.7 - Cinturão de Proteção e Heurística Positiva	p. 103

<i>PARTE 3 - O Realismo Ofensivo: uma Mudança Teórica Intraprogramática</i>	p. 106
---	--------

3.1 - Os Efeitos da Anarquia e a Clivagem Realismo Ofensivo x Defensivo	p.109
3.2- Os Limites da Hegemonia e as Balanças Regionais de Poder	p. 118
3.3 - Configurações de Poder e Comportamentos de Auto-ajuda.....	p. 126
3.4 – Outras Abordagens do 'Realismo Ofensivo'	p. 138

<i>3.5 – O Realismo Ofensivo e o PPC do Realismo Estrutural</i>	<i>p. 146</i>
 <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS – Progresso no PPC do Realismo Estrutural .</i>	<i>p. 152</i>
<i>Progresso Teórico e Empírico.....</i>	<i>p. 153</i>
<i>Os EUA: de ‘Garoto Propaganda’ a Anomalia</i>	<i>p. 163</i>
 <i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</i>	<i>p. 169</i>

RESUMO

MENDES, Flávio Pedroso. *Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural*. 2013. 183 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo.

Qualquer disciplina científica que se entenda como tal deve, constantemente, avaliar criticamente o mérito interno de suas abordagens, em termos de sua progressividade e da geração de conhecimento relevante. É exatamente a este tipo de reflexão que o presente trabalho doutoral se propõe, tendo como objeto a teoria das relações internacionais. Trata-se, efetivamente, de um exercício situado na fronteira entre a epistemologia, ou teoria do conhecimento, e a apreciação teórica das dinâmicas da política internacional. Precisamente, propõe-se uma análise do fôlego teórico-científico da vertente estrutural do realismo político, da forma desenvolvida seminalmente por Kenneth Waltz, diante de emendas teóricas incorporadas pelo realismo ofensivo de John Mearsheimer. Como uma tal discussão não pode prescindir de uma referência metateórica, optou-se pela aplicação da Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos desenvolvida por Imre Lakatos. Espera-se com esta investigação trazer três contribuições fundamentais ao estudo teórico das relações internacionais: (i) o delineamento da proposta epistemológica de Lakatos e de seus critérios de aplicação, bem como a discussão de sua adequação às ciências sociais, em geral, e à teoria das relações internacionais, em particular; (ii) sistematizar o realismo estrutural na forma de um programa de pesquisa científico, identificando seu núcleo duro, seu cinturão de proteção de hipóteses auxiliares e suas heurísticas negativa e positiva; e (iii) demonstrar que o realismo ofensivo mearsheimeriano representa uma mudança teórica intraprogramática progressiva no interior do Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural.

Palavras-chave: Lakatos – Epistemologia - Realismo Ofensivo - Programa de Pesquisa - Progresso Científico.

ABSTRACT

MENDES, Flávio Pedroso. *Lakatos, Offensive Realism and the Structural Realist Research Program*. 2013. 183 p. PhD Dissertation – International Relations Institute, University of São Paulo.

Any scientific field of research must constantly and critically evaluate its internal developments, in terms of progressiveness and the construction of significant knowledge. That is precisely what the present dissertation is set out to do, regarding the theory of international relations. It is indeed an exercise located at the frontier between epistemology and the theoretical understanding of the international political dynamics. Specifically, the theoretical-scientific depth of structural realism, as seminally developed by Kenneth Waltz, will be analyzed in face of recent theoretical amendments proposed by John Mearsheimer's offensive realism. Since such an approach cannot be conducted in the absence of a metatheoretical referential, Imre Lakatos' Methodology of Scientific Research Programs (MSRP) will be applied. Three main contributions are expected to follow from our study: (i) a clearer understanding of Lakatos' epistemology proposal and its criteria, as well as a discussion of the adequacy of the MSRP for the social sciences, in general, and the theory of international relations, in particular; (ii) a more systematic approach to structural realism as a scientific research program, identifying its hard core, its protective belt of auxiliary hypothesis and its negative and positive heuristics; and (iii) the appreciation of offensive realism as a progressive theoryshift for the Structural Realist Research Program.

Keywords: Lakatos – Epistemology – Offensive Realism – Research Program – Scientific Progress.

INTRODUÇÃO

Qualquer disciplina científica que se entenda como tal deve, constantemente, avaliar criticamente o mérito interno de suas abordagens, em termos de sua progressividade e da geração de conhecimento relevante. É exatamente a este tipo de reflexão que o presente trabalho doutoral se propõe, tendo como objeto a teoria das relações internacionais. Trata-se, efetivamente, de um exercício situado na fronteira entre a epistemologia, ou teoria do conhecimento, e a apreciação teórica das dinâmicas da política internacional.

Precisamente, propõe-se uma análise do fôlego teórico-científico da vertente estrutural do realismo político, da forma desenvolvida seminalmente por Waltz (1979), diante de emendas teóricas incorporadas pelo realismo ofensivo de Mearsheimer (2001). Como uma tal discussão não pode prescindir de uma referência metateórica, optou-se pela aplicação da Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos desenvolvida por Imre Lakatos (1970 e 1998). Enquanto uma série de abordagens epistemológicas poderia servir ao propósito buscado, a metodologia de Lakatos parece particularmente útil para acessar os trabalhos em teoria das relações internacionais.

Elman e Elman (2003) chamam a atenção para o fato de que os teóricos da área se mostram inclinados a avaliar seus próprios trabalhos e os de seus circunstanciais rivais não como teorias isoladas, mas como conjuntos de teorias que compartilham certas premissas e pressupostos fundamentais. Ainda, a noção de progresso científico, mesmo que implícita, se encontra presente no espírito dos teóricos das relações internacionais, assim como certa tolerância com a pluralidade de abordagens contrastantes e uma considerável tenacidade na defesa das abordagens com as quais cada qual se identifica. Estas são, naturalmente, características que aproximam as

atividades no campo à visão proposta por Lakatos do processo científico e de sua construção racional. Nas palavras de Lakatos:

A história da ciência tem sido e deve ser uma história de programas de pesquisa em competição (ou, se quiserem, 'paradigmas'), mas ela não tem sido e nem deve se tornar uma sucessão de períodos de ciência normal: quanto antes se iniciar a competição, melhor para o progresso. 'Pluralismo teórico' é melhor do que 'monismo teórico': neste ponto Popper e Feyerabend estão certos e Kuhn está errado. (Lakatos, 1970, p. 155; itálico e aspas no original)¹

Este exercício parece oportuno não só pela incipiente atenção dada a discussões metateóricas pelos teóricos das relações internacionais, mas também pelo fato de que os escassos exemplos de tentativas semelhantes têm se mostrado inadequados. Talvez o exemplo mais destacado desta tendência seja o trabalho de Vasquez (1997), que, ao propor a aplicação da metodologia lakatosiana para atestar o estado degenerescente do realismo estrutural, falha sistematicamente e em via dupla: de um lado, não utiliza corretamente a metodologia de Lakatos; de outro, não é capaz de identificar adequadamente o programa de pesquisa que pretendia avaliar. O autor misturou critérios próprios, falseacionistas² e lakatosianos para acessar recentes desenvolvimentos no campo, além de embutir a abordagem do realismo estrutural numa estrutura paradigmática mais ampla, fundindo posturas epistemológicas diferentes. Ao cabo, é difícil retirar alguma lição significativa do empreendimento de Vasquez, a não ser, naturalmente, o fato de ter chamado a atenção para a importância de debates metateóricos no campo da teoria das relações internacionais³. Problemas semelhantes podem ser encontrados nos trabalhos amplamente conhecidos e citados de Schroeder (1994) e de Legro e Moravcsik (1999).

¹ Para um exemplo sucinto da defesa de que o pluralismo teórico e a competição entre abordagens rivais é algo presente e benéfico no campo da teoria das relações internacionais, ver Mearsheimer (2005).

² Sobre critérios falseacionistas, ver a Parte 1 a seguir.

³ Críticas à abordagem de Vasquez foram desenvolvidas por Elman e Elman (1997) e Waltz (1997), entre outros.

Como ficará claro adiante, não existe consenso a respeito de elementos-chave da metodologia de Lakatos. Antes que se avance sobre o tema, portanto, far-se-á necessário o delineamento de sua proposta epistemológica e de seus critérios de aplicação. Adicionalmente, impõe-se a discussão acerca da adequação da métrica lakatosiana para as ciências sociais, em geral, e para a teoria das relações internacionais, em particular. Isto será abordado na Parte 1 do trabalho e comporá nossa *primeira contribuição à pesquisa científica em relações internacionais*.

O exercício seguinte será a incorporação do realismo estrutural à epistemologia de Lakatos, por meio da formalização do que seja o Programa de Pesquisa Científico (PPC) do Realismo Estrutural. A ausência de critérios epistemológicos e metodológicos na seara dos debates teóricos em relações internacionais dá à luz uma miríade de referências e apropriações do que se entende por ‘realismo estrutural’. Esta lacuna será preenchida pela utilização rigorosa da moderna epistemologia, criando um terreno mais sólido para futuras críticas e contribuições. Em particular, será necessário discernir, em consonância com Lakatos, quais partes da profícua discussão de Waltz devem compor o núcleo duro de um programa de pesquisa, protegido pela heurística negativa, e quais partes devem compor seu cinturão de proteção de hipóteses auxiliares. Além disso, o avanço do programa dependerá dos elementos que, a partir do entendimento construído, informem sua heurística positiva. Isto será abordado na Parte 2 do trabalho e comporá nossa *segunda contribuição à pesquisa científica em relações internacionais*.

Em seguida, passar-se-á à avaliação das contribuições trazidas pelo realismo ofensivo mearsheimeriano, na qualidade de principal alteração do PPC do Realismo Estrutural desde sua constituição. Isso implicará, primeiramente, demonstrar que o realismo ofensivo deve ser integralmente incorporado ao programa de Waltz, sem gerar um programa de pesquisa rival (i.e., o realismo ofensivo subsume por completo o

núcleo duro do programa, modifica apenas elementos de seu cinturão de proteção e respeita sua heurística positiva). Ainda a este respeito, deveremos demonstrar por que outras abordagens comumente associadas ao realismo ofensivo não são alternativas à teoria de Mearsheimer para compor o PPC do Realismo Estrutural. Em segundo lugar, será avançada a hipótese de que o realismo ofensivo traz progresso teórico e empírico ao programa de pesquisa, nos termos da epistemologia de Lakatos. Em outras palavras, buscar-se-á corroborar a tese de que o realismo ofensivo apresenta, com relação ao PPC do Realismo Estrutural, uma *mudança teórica intraprogramática progressiva*. Isto será abordado na Parte 3 e nas Considerações Finais deste trabalho, arrematando nossa *terceira contribuição à pesquisa científica em relações internacionais*.

*PARTE 1 - A Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos e o Estudo Científico
das Relações Internacionais*

Without a theory the facts are silent.

Friederich A. von Hayek

O objeto desta primeira parte é a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos (MPPC), grande legado epistemológico de Imre Lakatos, bem como seus critérios de aplicação e sua adequação para o estudo científico das relações internacionais. Não concordamos com Kenneth Waltz quando este afirma que “a escrita de Lakatos é opaca e vaga; a leitura de seu conhecido ensaio sobre “Falseamento e Programas de Pesquisa” não fornece guia algum para a avaliação de teorias”. (Waltz, 2003, p. vii; aspas no original) No entanto, é unânime o reconhecimento, entre apoiadores e críticos de Lakatos, de que sua metodologia não dispõe de uma aplicação automática e incontroversa. As dificuldades inerentes à leitura de Lakatos são bem sumarizadas pela seguinte passagem de Mark Blaug:

Lakatos não é um autor fácil de se reduzir a uma interpretação precisa. Sua tendência de fazer afirmações essenciais em notas de rodapé, de proliferar rótulos para diferentes posições intelectuais, de lançar novas frases e expressões e de fazer referências à sua própria obra – como se fosse impossível entender qualquer parte dela sem entender o todo – interpõem-se no caminho para uma compreensão imediata. (Blaug, 1975, p. 400)

Da mesma forma que é impossível realizar qualquer avaliação disciplinar sem a seleção consciente e explícita de uma entre as diferentes epistemologias disponíveis, como corretamente lembram Elman e Elman (2002, p. 233), também a aplicação da epistemologia lakatosiana, na ausência de um entendimento explícito de sua métrica e

de seus critérios de aplicação, tende a ser infrutífera e, eventualmente, contraproducente. Esta primeira parte é, por consequência, absolutamente imprescindível ao sucesso de todo o empreendimento proposto por este trabalho doutoral⁴. Afigura-se-nos, igualmente, que ela tende a ser uma de suas principais contribuições para a pesquisa metateórica em relações internacionais.

1.1 – Origens

Lakatos propõe sua metodologia em meio ao principal embate da filosofia da ciência do século XX, entre o programa falseacionista de Karl Popper (Popper, 1994) e a abordagem sociológica de Thomas Kuhn (Kuhn, 2005). A profícua produção de Popper nasceu como reação à tendência verificacionista (ou *justificacionista*, como prefere Lakatos [1979, p. 113]) que exercia enorme influência nas primeiras décadas do século XX, de forma mais plenamente representada pelos positivistas lógicos ou neopositivistas que encorpavam o Círculo de Viena⁵. Em linhas gerais, para esses autores a linha de demarcação entre proposições científicas e não-científicas (i.e., metafísicas) residia em sua possibilidade de comprovação a partir de um confronto direto com dados empíricos. A honestidade científica, ou código de honra científico, para os neopositivistas “*exigia que não se afirmasse nada que não estivesse provado*”. (Lakatos, 1979, p. 114; *itálico no original*)

Popper criticou o fundamento lógico dessa perspectiva, apoiada no método indutivo, afirmando que uma teoria jamais poderia ser logicamente comprovada por

⁴ O Anexo A deste trabalho de qualificação apresenta a introdução do projeto de tese de doutorado, de cujas partes se apresenta, aqui, a primeira. A introdução em anexo tem o propósito de orientar o leitor sobre a proposta geral de tese, para que se tenha claro o papel da discussão epistemológica na discussão proposta.

⁵ Para a proposta central do Círculo de Viena, ver Neurath e al. (1986).

uma sucessão de corroborações empíricas. Ou seja, por mais recorrentes que forem as instâncias corroborantes de uma teoria, seu status de verdade jamais poderia ser derivado logicamente, na medida em que a indução permite apenas uma reflexão retroativa e nada diz sobre o que o futuro pode apresentar. Tentativas de trabalhar com noções probabilísticas, último recurso verificacionista para defender a tese da comprovação fatual de proposições científicas, tampouco soavam logicamente atraentes para Popper. O *probabilismo* reconhecia que toda teoria era logicamente improvável pelo método indutivo, mas afirmava que elas podem apresentar diferentes graus de probabilidade. Assim, o critério de verdade perdia força e cedia lugar para noções de grau de certeza ou de confiança. Lakatos percebeu o que isso implicava para a honestidade científica: “*ela consiste em proclamar apenas teorias altamente prováveis; ou até em especificar apenas, para cada teoria científica, a evidência e a probabilidade da teoria à luz dessa evidência*”. (Lakatos, 1979, p. 114; itálico no original) Para Popper, no entanto, essa cessão de terreno por parte dos verificacionistas não lhes fornecia uma base lógica mais sólida: indutivamente, qualquer teoria é também improvável.

A primeira reação ao problema lógico do verificacionismo foi uma forma de falseacionismo que Lakatos chamou de *dogmático* ou *naturalista*. (Lakatos, 1979, p. 115), pela qual se avançava que, apesar de não poder ser logicamente comprovada por dados da realidade, uma teoria científica ainda poderia ser *seguramente* falseada diante de uma contra-evidência empírica. O processo dedutivo garantiria a base lógica e a validade universal do processo. Nasce uma nova linha de demarcação entre proposições científicas e não-científicas: as primeiras seriam aquelas passíveis de falseamento, ou seja, que são capazes de estabelecer *a priori* os seus falseadores potenciais (i.e., instâncias que, se verificadas, refutariam definitivamente a proposição); e as últimas

seriam aquelas completamente protegidas contra possíveis refutações, ou seja, incapazes de estabelecer *a priori* os seus falseadores potenciais. Assim, “amanhã poderá ou não chover” seria uma proposição pseudocientífica, posto que não pode ser desconfirmada qualquer que seja o resultado no dia seguinte. Já “todos os cisnes são brancos” seria uma efetiva proposição científica, na medida em que “uma única observação de um cisne negro pode, logicamente, refutar a hipótese de que todos os cisnes são brancos”. (Alves-Mazzotti e Gewandszajder, 1999)⁶. Aqui, reconhece-se que a verdade científica é inalcançável, na medida da falibilidade lógica do indutivismo para a comprovação definitiva de teorias. Contudo, o falseamento dedutivo de teorias poderia garantir que, ao menos, se possam eliminar *definitivamente* teorias que sejam falsas.

O falseacionismo dogmático refazia em novos moldes o código de honra dos cientistas: “*a honestidade científica, portanto, consiste em especificar, de antemão, uma experiência de tal natureza que, se o resultado contradisser a teoria, a teoria terá de ser abandonada*”. (Lakatos, 1979, p. 116; itálico no original) A prática da ciência também adquire contornos bastante específicos: a ciência avança pelo contínuo derrubamento de teorias falsas por observações que conflitem com elas, e pela sua subsequente substituição por teorias ainda não refutadas (mas refutáveis). O cientista que se empenha em realizar experimentos que corroborem sua teoria não agrega conhecimento e gasta seu tempo com uma atividade estéril, de acordo com essa visão. Os esforços do cientista deveriam, antes, ser totalmente empenhados na elaboração de experimentos cada vez mais rigorosos para tentar derrubar sua própria teoria. Quanto mais rigoroso o teste e quanto mais a teoria resistir à refutação, mais ganham o cientista e o empreendimento científico como um todo. O falseacionismo dogmático também

⁶ Apesar de que, como sugere Lakatos, uma proposição como essa seria útil apenas do ponto de vista da curiosidade. Uma proposição efetivamente útil do ponto de vista científico deve explorar relações de causalidade, demonstrando, por exemplo, qual a relação entre a condição de cisne e sua manifestação de brancura. (Lakatos, 1979)

garante um lugar especial na história da ciência para os *experimentos cruciais*, experimentos ou testes que marcariam a derrubada de uma teoria importante e sua substituição por uma melhor. (Lakatos, 1974)

De acordo com Lakatos, o falseacionismo dogmático se assenta em duas suposições insustentáveis:

A primeira suposição é que há uma fronteira natural, psicológica, entre as proposições teóricas ou especulativas de um lado e as proposições fatuais ou observacionais (ou básicas) de outro. [...]

A segunda suposição é que se uma proposição satisfaz ao critério psicológico de ser fatural ou observacional (ou básica), ela é verdadeira; é possível afirmar que foi demonstrada a partir dos fatos. (Lakatos, 1979, p. 118; itálicos no original)

A primeira suposição pressupõe a existência de fatos puros, quando, para Lakatos, há uma inalienável interdependência entre teorias e fatos. Isso é sagazmente demonstrado pelo autor a partir do exemplo de Galileu, que não conseguia convencer seus rivais intelectuais à época de que o que ele ‘observava’ na lua e no sol por meio do telescópio era de fato a realidade, isso porque a ‘observação’ de Galileu requeria a aceitação prévia da teoria óptica acerca do funcionamento do telescópio, o que não acontecia: “pois não há, nem pode haver, sensações não impregnadas de expectativas e, portanto, *não há demarcação natural (isto é, psicológica) entre as proposições observacionais e as teóricas.* (Lakatos, 1979, p. 119-120; itálico no original)

A segunda suposição pressupõe que é possível aferir o conteúdo de verdade das proposições fatuais, quando, na realidade, proposições fatuais só podem derivar-se de outras proposições, não do próprio fato. Disso depreende-se que proposições fatuais são improváveis e, portanto, falíveis. Sendo falíveis, a eventual inconsistência entre proposições fatuais e teorias não pode ser decidida seguramente em favor das primeiras e contra as últimas: “os choques entre teorias e proposições fatuais não são “falseamentos”, mas apenas discrepâncias”. (Lakatos, 1979, p. 120; aspas no original)

O golpe de misericórdia de Lakatos contra o falseacionismo dogmático se dá pela constatação de que a exigência de que teorias científicas sejam capazes de estabelecer instâncias falseadoras que, se observadas, jogariam por terra a teoria, é insustentável na realidade. Para Lakatos, “*são exatamente as teorias científicas mais admiradas que simplesmente falham em proibir qualquer estado observável de coisas*”. (Lakatos, 1979, p. 121; *itálico no original*) Para ilustrar, Lakatos propõe um exemplo que envolve o que foi por séculos a maior representação do sucesso e do mérito da ciência: a física newtoniana. Apesar de longo, o trecho é interessante e inspirador o suficiente para merecer reprodução integral:

A história é a respeito de um caso imaginário de mau comportamento planetário. Valendo-se da mecânica de Newton, da sua lei da gravitação, (N), e das condições iniciais aceitas, I , um físico da era pré-einsteiniana calcula o caminho de um planetazinho recém-descoberto, p . Mas o planeta se desvia da trajetória calculada. O nosso físico newtoniano considera, acaso, que o desvio era proibido pela teoria de Newton e, portanto, uma vez estabelecido, refuta a teoria N ? Não. Sugere que deve existir um planeta p' , até então desconhecido, que perturba a trajetória de p . Calcula a massa, a órbita, etc., desse planeta hipotético e, em seguida, pede a um astrônomo experimental que teste sua hipótese. O planeta p' é tão pequeno que nem o maior dos telescópios disponíveis pode observá-lo: o astrônomo experimental solicita uma verba de pesquisa a fim de construir um telescópio ainda maior. Em três anos o novo telescópio fica pronto. Se o planeta desconhecido p' fosse descoberto seria saudado como uma nova vitória da ciência newtoniana. Mas não o é. Porventura o nosso cientista abandona a teoria de Newton e sua ideia do planeta perturbador? Não. Sugere que uma nuvem de poeira cósmica esconde o planeta de nós. Calcula a localização e as propriedades dessa nuvem e solicita uma verba de pesquisa para enviar um satélite ao espaço a fim de pôr à prova os seus cálculos. Se os instrumentos do satélite (possivelmente instrumentos novos, baseados numa teoria pouco testada ainda) registrassem a existência da nuvem hipotética, o resultado seria saudado como uma vitória extraordinária da ciência newtoniana. Mas a nuvem não é encontrada. Por acaso o nosso cientista abandona a teoria de Newton, juntamente com a ideia do planeta perturbador e a ideia da nuvem que o esconde? Não. Sugere a existência de um campo magnético naquela região do universo que perturbou os instrumentos do satélite. Um novo satélite é enviado ao espaço. Se o campo magnético fosse encontrado, os newtonianos comemorariam o encontro como uma vitória sensacional. Mas ninguém o encontra. Isso é considerado uma refutação da ciência newtoniana? Não. Ou se propõe outra engenhosa hipótese auxiliar ou... toda a história é sepultada nos poentes volumes das publicações especializadas, e nunca mais se toca no assunto. (Lakatos, 1979, p. 122)

Popper, imbuído de espírito falseacionista, foi um forte crítico da psicanálise, por julgá-la disposta a explicar tudo e incapaz de apresentar de antemão os seus

falseadores potenciais. Sua pergunta, resumidamente, era: quais resultados clínicos seriam capazes de fazer um psicanalista abandonar a psicanálise? Porém, lembra Lakatos, o que responderia um newtoniano se lhe perguntassem: “que tipo de observação refutaria, com aceitação de um newtoniano, não somente uma explicação newtoniana particular, mas as próprias dinâmicas newtonianas e a teoria da gravitação?”. (Lakatos, 1974, p. 348) Para Lakatos, o físico newtoniano ficaria tão confuso quanto o psicanalista, e é essa a realidade da prática científica que o exemplo acima busca retratar. Conforme atenta Diniz, referindo-se ao mesmo exemplo de Lakatos, “são exatamente as teorias maduras, mais aceitas, que são mais irrefutáveis no sentido descrito acima”. (Diniz, 2002, p. 136)

Uma versão do falseacionismo, chamado por Lakatos de metodológico, propõe que, diante da falibilidade dos fatos e da decorrente impossibilidade de falseamento decisivo de teorias a partir da empiria, o cientista deve tomar algumas decisões metodológicas. A primeira decisão diz respeito ao estabelecimento de uma espécie de “conhecimento de fundo” não-problematizável, aproximando o falseacionismo metodológico da epistemologia convencionalista⁷. Essa decisão consiste em eleger por decreto os enunciados tidos como “verdadeiros”, que deverão atuar – de forma reconhecidamente arbitrária – como falseadores potenciais. Isso leva necessariamente a uma segunda decisão: a de separar, no teste, o conhecimento não-problematizável do restante que está efetivamente sendo testado.

Nessa nova perspectiva, torna-se aceitável a elaboração de teorias probabilísticas, por meio de algum critério convencionalmente estabelecido (terceira decisão) a respeito de qual resultado estatístico será aceito como consistente com a teoria. Um quarto tipo de decisão, por fim, aparece forçosamente diante de um eventual

⁷ Ver, principalmente, Poincaré (1984) e Duhem (1989).

experimento que tenha resultado em refutação. Nas palavras de Lakatos, “quando ele [o cientista] testa uma teoria juntamente com a cláusula *ceteris paribus* e descobre que essa conjunção foi refutada, precisa *decidir* se deve tornar a refutação também como refutação da teoria específica”. (Lakatos, 1979, p. 134; itálicos no original) Ou seja, uma vez que o teste envolve a teoria, as condições iniciais aceitas e o conhecimento de fundo não-problematizável, diante de um resultado negativo o cientista deve decidir qual das três partes deve suportar o peso do fracasso. Naturalmente, o falseacionista metodológico espera que a escolha seja feita da forma mais crítica possível, com novos e rigorosos experimentos que testem também as condições iniciais e o conhecimento de fundo. Não obstante, o processo envolve necessariamente um alto grau de arbitrariedade e, com ele, elevados riscos:

As *decisões* desempenham um papel crucial nessa metodologia – como em qualquer classe de convencionalismo. As decisões, todavia, podem levar-nos desastrosamente para o mau caminho. O falseacionista metodológico é o primeiro a admiti-lo. Mas isso, argumenta ele, é o preço que temos de pagar pela possibilidade de progresso. (Lakatos, 1979, p. 137)

Lakatos reconhece que o falseacionismo metodológico representou um avanço significativo em relação ao falseacionismo dogmático, em que pesem o reconhecimento da interdependência entre teoria e fato e o abandono da visão ingênua de que o veredicto negativo da natureza é suficiente para se abandonar com segurança uma teoria falseada. Entretanto, contradições flagrantes entre a métrica falseacionista metodológica e a prática efetiva da ciência tornam essa epistemologia pouco útil, senão deturpada. Para Lakatos, duas suposições herdadas da versão dogmática do falseacionismo derrubavam irremediavelmente também a versão metodológica:

(1) um teste é – ou deve-se fazer que seja – uma luta de dois adversários, entre a teoria e a experiência, de modo que, na confrontação final, só as duas se defrontem; e (2) o único resultado interessante é o falseamento (conclusivo). Entretanto, a história da ciência sugere que (1') os testes são – pelo menos – lutas de três adversários, entre as teorias rivais e a experiência,

e (2') algumas das experiências mais interessantes resultam, *prima facie*, antes em confirmação do que em falseamento. (Lakatos, 1979, p. 140; *itálico no original*)

Em suma, o falseacionismo metodológico, para além dos riscos e arbitrariedades envolvidos, tem pouca correspondência com a história efetiva da ciência, o que o torna estéril e mudo. Para alguns, a alternativa estava no reconhecimento de que a ciência não é um processo tão racional quanto queria Popper, sujeita a regras gerais e universais que orientam seu desenvolvimento e progresso. Esse foi o caminho tomado por Kuhn, que compôs o principal front de combate à posição popperiana.

Para Kuhn (2005), a visão da ciência como um contínuo processo de falseamento de teorias por meio de “experimentos cruciais” e sua posterior substituição por teorias ainda não refutadas (mas refutáveis) é uma postura ingênua e ideal, que não corresponde à efetiva história do conhecimento científico. Kuhn acredita que o espírito crítico, tão importante para a epistemologia popperiana, é de fato uma exceção e representa um estágio “extraordinário” ou “revolucionário” da ciência. O estágio natural, denominado “normal” por Kuhn, seria marcado pela adesão da comunidade científica a um determinado *paradigma*, com problemas e teorias próprios, que subsistiria mesmo diante de contra-evidências — que para Popper deveriam levar à sua derrocada. Durante a fase normal da ciência, o cientista não se preocuparia em testar a sua teoria para tentar falseá-la. Antes, ele a utiliza como ferramenta para a resolução de problemas ou quebra-cabeças (*puzzles*), sem questionar seu conteúdo de verdade.

A ciência aparece como uma atividade coletiva, não individual. O núcleo de análise a partir da epistemologia de Kuhn não é o cientista, mas a comunidade científica, que ele caracteriza como um grupo de praticantes de uma especialidade científica “que foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas”. (Kuhn, 2005,

p. 222) Os membros de uma comunidade científica tiveram acesso à mesma literatura e aprenderam as mesmas técnicas para a resolução de problemas: compartilham, assim, uma mesma visão de mundo, ou paradigma. A circularidade entre o entendimento de paradigma e a constituição de uma comunidade científica é evidente: “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens⁸ que partilham um paradigma”. (Kuhn, 2005, p. 221) Em outros momentos, Kuhn sugere a possibilidade de identificação de uma comunidade científica à parte do paradigma compartilhado, num exercício de análise sociológico.

Apesar da centralidade dos paradigmas para a posição epistemológica de Kuhn, o autor foi inicialmente muito vago e ambíguo em sua caracterização. Masterman (1979), por exemplo, conta mais de vinte sentidos diferentes de paradigma ao longo de “A Estrutura das Revoluções Científicas”. Reconhecendo o erro, Kuhn propôs o estreitamento do termo em torno de dois sentidos particulares. O primeiro sentido de paradigma, que Kuhn considera sinônimo de “matriz disciplinar”, refere-se ao conjunto de compromissos compartilhados por uma comunidade científica, particularmente em termos de (i) generalizações simbólicas, (ii) elementos metafísicos e (iii) valores. (Kuhn, 2005, p. 228-234) O segundo sentido, que parece mais importante para o argumento de Kuhn, corresponde ao que Kuhn chamou de “exemplares” ou exemplos compartilhados. Esse é o elemento que torna possível a fase normal da ciência. Por meio de um processo de educação comum, os cientistas aprenderam *quais* tipos de problemas devem ser resolvidos e *como* eles devem ser resolvidos. Tendo os “exemplares” como referência, os membros de uma determinada comunidade científica trabalham uniforme e acriticamente na resolução de quebra-cabeças. (Kuhn, 2005, p. 234)

⁸ Não parece ter sido a intenção de Kuhn fazer qualquer referência de conotação sexista. De qualquer forma, a palavra *men* em inglês parece gozar de maior generalidade e neutralidade do que sua correspondente em português.

Se há elementos distintivos na epistemologia de Kuhn, tais elementos são sua descrição da transição entre ciência normal e ciência revolucionária e a noção de incomensurabilidade. Infelizmente, Kuhn, diante das inúmeras críticas dirigidas à sua abordagem, arrefeceu esses dois elementos, a ponto de minar qualquer distinção que sua epistemologia pudera ter.

Na argumentação original, elementos extracientíficos — culturais, sociais, psicológicos etc.— dariam conta dos motivos que levaram a comunidade científica a aderir a um determinado paradigma, assim como das razões que poderiam desencadear o processo de crise paradigmática e levar à sua substituição por um novo paradigma. A epistemologia de Kuhn esperava, portanto, rupturas abruptas no processo da ciência, com visões de mundo sendo substituídas por novas visões, e o estabelecimento de uma fase normal radicalmente distinta da anterior. Certamente esse processo “revolucionário” é descrito como a exceção no desenvolvimento da ciência, na visão de Kuhn, sendo a regra a adesão paradigmática acrítica nos tempos de calmaria da ciência normal. Lakatos resume da seguinte forma a divergência entre Popper e Kuhn a respeito do desenvolvimento da ciência:

Para Popper a mudança científica é racional ou, pelo menos, pode ser racionalmente construída e cai no domínio da *lógica da descoberta*. Para Kuhn a mudança científica — de um ‘paradigma’ a outro — é uma conversão mística, que não é, nem pode ser, governada por regras da razão e cai totalmente no reino da *psicologia(social) da descoberta*. A mudança científica é uma espécie de mudança religiosa. (Lakatos, 1979, p. 112; itálicos e aspas no original)

Mais ainda, não só a transição de um paradigma a outro não está sujeita a critérios racionais objetivamente compartilhados, mas também, para Kuhn, os dois paradigmas são *incomensuráveis*, termo com o qual o autor quer dizer, na verdade, incomunicáveis. Para Kuhn, o compartilhamento de compromissos e de exemplares distintos pelos dois paradigmas implica que eles são incapazes de se comunicar entre si.

É dizer, não se poderia esperar uma conversa coerente entre um físico newtoniano, para quem o mundo é controlado por forças de atração e repulsão, e um físico einsteiniano, para quem o espaço pode ser deformado e isso explica o movimento. Com essa noção de incomensurabilidade, fica muito difícil a Kuhn escapar da alcunha de relativista, apesar de ter tencionado fazê-lo. (Kuhn, 2005, p. 254-256)

Kuhn não tarda a perceber os prejuízos causados pela não identificação de critérios racionais – ou ‘vulgares’, como prefere Kuhn – para o julgamento entre teorias (ou paradigmas rivais): “atualmente penso que uma fraqueza do meu texto original está na pouca atenção prestada a valores como a coerência interna e externa ao considerar fontes de crises e fatores que determinam a escolha de uma teoria”. (Kuhn, 2005, p. 232) Ao flexibilizar também a noção de incomensurabilidade, tratando-a agora como um problema mais simples de tradução, Kuhn enfraquece ainda mais a base de sua epistemologia: “em suma, o que resta aos interlocutores que não se compreendem mutuamente é reconhecerem-se uns aos outros como membros de diferentes comunidades de linguagem e a partir daí tornarem-se tradutores”. (Kuhn, 2005, p. 251)

De acordo com Blaug (1975), ao considerar a incomensurabilidade não como uma questão absoluta, mas de grau, e ao reconhecer que sua noção de revolução foi “exagero retórico”, Kuhn flexibiliza sua epistemologia ao ponto de dissolvê-la no ar:

Em resumo, nesta versão mais recente de Kuhn qualquer período de desenvolvimento científico é marcado por um grande número de “paradigmas” sobrepostos e interpenetrantes; alguns deles podem ser incomensuráveis, mas certamente nem todos são; “paradigmas” não são substituídos imediatamente e, em todo caso, novos “paradigmas” não surgem como uma explosão, mas antes emergem vitoriosos num longo processo de competição intelectual. Fica evidente que essas concessões diluem consideravelmente o impacto aparentemente dramático da mensagem original de Kuhn, e nesta versão final fica difícil distinguir seu argumento do relato de um historiador comum da ciência. (Blaug, 1975, p. 404-405; aspas no original)

Toulmin (1979) avança a mesma tese, argumentando que o termo “revolução” na epistemologia de Kuhn, a partir do reconhecimento da existência de micro-revoluções, assim como na discussão de revoluções políticas, perdeu seu valor como conceito explanatório. O mesmo efeito é identificado por Toulmin no que diz respeito às teorias geológicas da catástrofe: a partir do reconhecimento de que as catástrofes naturais não eram fatos inexplicáveis, mas estavam submetidas às mesmas regras naturais que os fenômenos geológicos ordinários, o termo “catástrofe” deixou de ter utilidade analítica, passando apenas a uma função descritiva. (Toulmin, 1979, p. 52-54) Watkins (1979) demonstra ainda como, adotando-se a descrição kuhniana da ciência, a astrologia poderia ser perfeitamente descrita como uma atividade científica.

Popper, de sua parte, reconhece a existência do que Kuhn chama de ciência normal. Porém, Popper se recusa a enxergar normalidade na “ciência normal”: ela não é, nem pode ser, a regra. A ciência normal, quando praticada, seria um exemplo de má ciência. “A meu ver – afirma Popper – o cientista “normal”, tal como Kuhn o descreve, é uma pessoa da qual devemos ter pena. [...] O cientista “normal”, descrito por Kuhn, foi mal ensinado. Foi ensinado com espírito dogmático: é uma vítima da doutrinação”. (Popper, 1979, p. 65; aspas no original) Para Popper, a epistemologia de Kuhn é eminentemente relativista⁹, mas nem por isso deixa de ser lógica – ao contrário do que pensava Kuhn, que se considerava crítico da possibilidade de uma abordagem lógica da ciência¹⁰. Popper prontamente reconhece a existência de algum grau de imersão em

⁹ Já para autores como Feyerabend (1977), com seu anarquismo metodológico, Kuhn já não é relativista o suficiente, tendo em vista que, afinal, para ele, as revoluções científicas possuem uma determinada ‘estrutura’.

¹⁰ Uma crítica essencial de Lakatos à abordagem sociológica kuhniana nunca foi respondida:

“Dever-se-ia mencionar aqui que o cético kuhniano ainda fica com o que eu denominaria “o dilema do cético científico”: qualquer cético científico ainda tentará explicar mudanças em crenças e encarará sua própria teoria psicológica como uma teoria que, sendo mais que simples crença, em certo sentido é “científica”. [...] Em termos contemporâneos, podemos perguntar se a popularidade da filosofia de Kuhn indica que as pessoas lhe reconhecem a *verdade*. Nesse caso, ela seria refutada. Ou essa popularidade

nossas teorias e crenças – o que ele chamou de *mito do referencial* – mas se recusa a enxergar nisso uma barreira incontornável à atitude crítica e progressista:

Admito que a qualquer momento somos prisioneiros apanhados no referencial de nossas teorias; das nossas expectativas; das nossas experiências passadas [pode-se ler aqui uma referência aos ‘exemplares’ de Kuhn]; da nossa linguagem. Mas somos prisioneiros num sentido pickwickiano; se o tentarmos, poderemos sair de nosso referencial a qualquer momento. É verdade que tornaremos a encontrar-nos em outro referencial, mas este será melhor e mais espaçoso; e poderemos, a qualquer momento, deixá-lo também¹¹. (Popper, 1979, p. 69)

Finalmente, Feyerabend, que se tornou possivelmente o mais relativista de todos, questiona a correspondência histórica tanto da ciência ‘normal’ de Kuhn quanto de sua noção de incomensurabilidade – num campo que era, nada mais nada menos, que o da física teórica:

No segundo terço desse século existiam, pelo menos, três paradigmas diferentes e mutuamente incompatíveis. Eram eles: (1) o *ponto de vista mecânico*, que encontrou expressão na astronomia, na teoria cinética, nos vários modelos mecânicos da eletrodinâmica, assim como nas ciências biológicas, sobretudo na medicina (aqui a influência de Helmholtz foi fator decisivo); (2) o ponto de vista ligado à invenção de uma *teoria do calor* independente e fenomenológica, que finalmente se revelou incompatível com a mecânica; (3) o ponto de vista implícito da *eletrodinâmica* de Faraday e Maxwell, desenvolvido e libertado dos seus concomitantes mecânicos por Hertz.

Ora, esses diferentes paradigmas estavam longe de ser “quase independentes”. Ao contrário, foi a *ativa interação* deles que acarretou a queda da física clássica. (Feyerabend, 1979, p. 256; itálicos e aspas no original)

A alternativa para a onda irracionalista e relativista, segundo Lakatos, era tentar reduzir o elemento convencionalista do falseacionismo popperiano – sem poder, no entanto, eliminá-lo completamente. Para Lakatos, salvar a epistemologia e a noção de progresso científico exigia fornecer bases mais sólidas – históricas e lógicas – ao falseacionismo.

indica que as pessoas a consideravam como atraente moda nova? Nesse caso, ela seria “verificada”. Mas gostaria Kuhn dessa “verificação”? (Lakatos, 1979, p. 141; itálicos e aspas no original)

¹¹ Como ficará claro adiante, esta visão de Popper é perfeitamente consistente com a descrição lakatosiana do processo científico.

1.2 – O Falseacionismo Sofisticado e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos

A metodologia dos programas de pesquisa científicos (MPPC) se origina diretamente do embate Popper-Kuhn e pode ser encarada como uma sofisticação do programa falseacionista pela incorporação de críticas introduzidas por Kuhn e seus seguidores.

O *falseacionismo metodológico sofisticado* é a solução que Lakatos propõe ao ceticismo epistemológico que parecia inevitável, constituindo a base de sua MPPC, e derivada diretamente de sua leitura de Popper. De início, tem-se um novo critério de demarcação:

Para o falseacionista ingênuo qualquer teoria que se possa interpretar como experimentalmente falseável é “aceitável” ou “científica”. Para o falseacionista sofisticado uma teoria só será “aceitável” ou “científica” se tiver um excesso corroborado de conteúdo empírico em relação à sua predecessora (ou rival), isto é, se levar à descoberta de fatos novos. Essa condição pode ser analisada em duas cláusulas: a nova teoria tem um excesso de conteúdo empírico (“*aceitabilidade 1*”) e parte desse excesso de conteúdo é verificada (“*aceitabilidade 2*”). A primeira cláusula pode ser conferida instantaneamente por uma análise lógica *a priori*; a segunda só pode ser conferida empiricamente e isso talvez leve um tempo indefinido. (Lakatos, 1979, p. 141-142; *itálico e aspas no original*)

O critério de demarcação introduzido pelo falseacionismo metodológico sofisticado deve ser entendido a partir do reconhecimento de que teorias não são falseadas pela experiência, e cientistas, quando deparados com aparentes anomalias, esforçam-se para defender suas teorias a partir da introdução de hipóteses auxiliares para conformá-las com o comportamento anômalo. O critério racional proposto para a apuração do desenvolvimento científico passa a ser a *natureza deste tipo de tentativa de salvar as teorias diante de evidências discrepantes*. Os convencionalistas, particularmente duhemianos, já reconheciam este processo e propunham uma maneira

de verificar sua “legitimidade” ou “cientificidade”: a incorporação de emendas ou hipóteses auxiliares só é válida na medida em que não compromete dramaticamente a simplicidade das teorias científicas. O caráter subjetivo do que *simplicidade* pode significar para um cientista tornava esse critério inaceitável para Lakatos. Já o critério de demarcação da forma sofisticada do falseacionismo, com suas duas cláusulas de aceitabilidade, parecia trazer de volta a objetividade desejada. Desse critério se origina outro, que tem a ver com as regras de “falseamento” ou eliminação de uma teoria:

Para o falseacionista ingênuo uma teoria é falseada por um enunciado “observacional” (“fortificado”) que conflita com ela (ou que ele decida interpretar como conflitando com ela). Para o falseacionista sofisticado uma teoria científica *T* só será *falseada* se outra teoria *T'* tiver sido proposta com as seguintes características: (1) *T'* tem um excesso de conteúdo empírico com relação a *T*; isto é, prediz fatos *novos*, a saber, fatos improváveis à luz de *T*, ou mesmo proibidos por ela; (2) *T'* explica o êxito anterior de *T*, isto é, todo o conteúdo não-refutado de *T* está incluído (dentro dos limites de erro observacional) no conteúdo de *T'*; e (3) parte do conteúdo excessivo de *T'* é corroborada. (Lakatos, 1979, p. 142; itálicos e aspas no original)

Dos critérios anteriores uma conclusão é particularmente importante: o processo científico não é e não deve ser observado em teorias isoladas, mas antes em *sequências de teorias*. Uma teoria só pode receber o título de científica em relação a uma anterior, sendo o árbitro final o seu excedente empírico (pelo menos parcialmente) corroborado. Similarmente, uma teoria não é “falseada” ou eliminada senão pelo surgimento de uma teoria melhor, com excedente empírico (pelo menos parcialmente) corroborado. Dá-se lugar a um mundo da ciência em que não há teorias isoladas, mas teorias que se sucedem e se relacionam, constituindo um *programa de pesquisa científico* (PPC).

Da maneira proposta por Lakatos, um PPC tem quatro elementos principais: um núcleo duro, uma heurística negativa, uma heurística positiva e um cinturão de proteção. O *núcleo duro* consiste em pressupostos invioláveis. Seu conteúdo é protegido pela *heurística negativa* do programa, que funciona como “um conjunto de proposições que expressam que o seu conteúdo [do núcleo duro] não pode ser diretamente desafiado ou

testado”. (Elman e Elman, 2003, p. 26) O delineamento do núcleo duro é uma decisão metodológica, resquício da influência convencionalista de que Lakatos julga ser impossível fugir por completo. No interior do PPC newtoniano, por exemplo, o núcleo duro era formado pelas três leis da dinâmica de Newton e por sua lei da gravitação. (Lakatos, 1979, p. 133) Sua heurística negativa proibia que qualquer desenvolvimento teórico dentro do programa ferisse alguma dessas leis.

O *cinturão de proteção* é, ao contrário, especialmente designado para ser modificado e reajustado, por meio da introdução de hipóteses auxiliares, com vistas a proteger o núcleo duro contra eventuais anomalias. É ele quem recebe diretamente os golpes da empiria e trata de acomodá-los. Seu ajustamento, no entanto, não é feito de modo desordenado, mas antes obedece às determinações da heurística positiva do programa, definida como um “conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as ‘variantes refutáveis’ do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinturão de proteção ‘refutável’”. (Lakatos, 1979, p. 165; aspas no original) A heurística positiva indica que, contrariamente à concepção de um falseacionista ingênuo, o desenvolvimento de um programa de pesquisa envolve a previsão de prováveis anomalias e a elaboração de diretrizes para guiar o seu tratamento. Por isso, a heurística positiva é responsável pelo que Lakatos chama de (relativa) *autonomia da ciência teórica*. Segundo Lakatos:

O exemplo clássico de programa de pesquisa bem-sucedido é a teoria gravitacional de Newton; talvez seja até o mais bem-sucedido programa de pesquisa já levado a cabo. Quando foi produzido pela primeira vez, viu-se submerso num oceano de “anomalias” (ou, se quiserem, de “contra-exemplos”), e enfrentou a oposição das teorias observacionais que sustentavam tais anomalias. Os newtonianos, contudo, transformaram, com tenacidade e engenho brilhantes, um contra-exemplo depois do outro em exemplos corroborativos, principalmente derrubando as teorias observacionais originais a cuja luz essa “evidência contrária” foi estabelecida. No processo, eles mesmos produziram novos contra-exemplos, que novamente resolviam. “Converteram cada nova dificuldade numa nova vitória do seu programa”. (Lakatos, 1979, p. 163; aspas no original)

Um trecho de Lakatos é particularmente importante para que se entenda como a cientificidade de emendas teóricas ao cinturão de proteção pode ser medida:

Tomemos uma série de teorias, *T1, T2, T3...* em que cada teoria subsequente resulta da adição de cláusulas auxiliares à teoria anterior (ou de reinterpretações semânticas da teoria anterior) a fim de acomodar alguma anomalia, tendo cada teoria pelo menos tanto conteúdo quando o conteúdo não-refutado da sua predecessora. Digamos que uma série de teorias nessas condições será *teoricamente progressiva* (ou “constituirá uma transferência de problemas [problemshift] *teoricamente progressiva*”) se cada nova teoria tiver algum excesso de conteúdo empírico em relação à sua predecessora, isto é, se ela predisser algum fato novo, até então inesperado. Digamos que uma série de teorias *teoricamente progressiva* será também *empiricamente progressiva* (ou “constituirá uma transferência de problemas *empiricamente progressiva*”) se parte desse conteúdo empírico excessivo for também corroborada, isto é, se cada teoria nova nos conduzir à descoberta real de algum fato *novo*. Finalmente, seja-nos permitido chamar *progressiva* à transferência de problemas se ela for, ao mesmo tempo, teórica e empiricamente progressiva, e *degenerescente* se não o for. Só ‘*aceitamos*’ as transferências de problemas como ‘científicas’ se elas forem pelo menos *teoricamente progressivas*; se não o forem, nós as ‘*rejeitamos-las*’ como ‘pseudocientíficas’. O progresso mede-se pelo grau em que uma transferência de problemas é progressiva, pelo grau em que a série de teorias nos conduz à descoberta de fatos novos. Consideramos ‘falseada’ uma teoria da série quando ela é suplantada por uma teoria com um conteúdo corroborado mais elevado. (Lakatos, 1979, p. 143-144; itálico e aspas no original)¹²

Para ser considerada científica, portanto, uma teoria tem de ser *teoricamente progressiva*, ou seja, precisa levar à previsão de fatos novos. Lakatos denominou as emendas teóricas que visavam somente a salvar uma teoria de discrepâncias empíricas, sem prever fatos novos, de *ad hoc 1*. (Lakatos, 1968, p. 389) Para que um PPC seja considerado progressivo, sua mudança teórica, além de ser *teoricamente progressiva*, deve ser *empiricamente progressiva*. Isso significa que pelos menos parte dos novos fatos previstos deve ser corroborada empiricamente. Lakatos denominou as emendas teóricas que, apesar de prever novos fatos, não passavam pelo teste empírico (não tinham nem parcela de seus novos fatos corroborada) de *ad hoc 2*. (Lakatos, 1968, p. 389) Essa rígida condição dupla de progresso corresponde aos dois critérios de aceitabilidade mencionados previamente.

¹² Note-se que com “transferência de problemas” (*problemshift*) Lakatos se refere a “transferência teórica” (*theoryshift*), porém preferiu não usar a última expressão por considerá-la problemática.

Zahar (1973), um ilustre colaborador de Lakatos, adverte, entretanto, que o critério de aceitabilidade 2 pode ser concebido de maneiras distintas, com implicações importantes para a apreciação de teorias científicas. Segundo Zahar, Lakatos considerava uma teoria como *ad hoc* 2 somente após a “refutação” de todo o seu excedente empírico. Para Zahar, em sua aplicação da MPPC, uma teoria deve ser considerada *ad hoc* 2 se, em determinado momento *T*, nenhuma parte de seu excedente empírico tiver sido “corroborada”. (Zahar, 1973, p. 101) Portanto, um avaliador teórico que se valha da MPPC deve, antes de tudo, identificar qual a sua interpretação do critério de cientificidade 2, pois disso pode depender diretamente a sua avaliação. Nossa impressão é de que a postura de Zahar pode ser útil, mas apenas para produzir um veredicto espaço-temporalmente determinado (daí sua ênfase no momento *T*). Nada impede que um veredicto negativo seja revisto no futuro, diante de eventuais avanços técnicos ou metodológicos que permitam “corroborar” o que antes era “incorroborável”.

Ainda um terceiro critério deve ser observado, que se pode chamar de critério *heurístico*. Lakatos não foi ingênuo diante da possibilidade concreta de que a agregação de hipóteses auxiliares poderia, mesmo levando à previsão de fatos novos empiricamente corroborados, ser feita de forma desordenada e sem critérios, formando um amontoado desconexo de teorias. Para ele, “é possível alcançar-se tal ‘progresso’ com uma série arbitrária e emendada de teorias desconexas [...] eles [os bons cientistas] poderão até rejeitá-lo [este tipo de progresso] por não ser genuinamente científico”. (Lakatos, 1979, p. 217; aspas no original) Neste ponto, avulta-se a importância da heurística positiva de um programa de pesquisa, que deve orientar a continuidade do seu desenvolvimento. Desta forma, além de prever fatos novos pelo menos parcialmente corroborados, uma teoria deve refletir o poder heurístico do PPC em que se insere. Lakatos chama de *ad hoc* 3 as emendas teóricas que, não obstante apresentarem os

requisitos de aceitabilidade propostos (não são *ad hoc 1* nem *ad hoc 2*), falham em respeitar as regras colocadas pela heurística positiva do programa. (Lakatos, 1979, p. 217)

Lakatos continua o legado popperiano de crítica ao marxismo e à psicanálise freudiana, porém em termos consistentes com sua metodologia. Para Popper, tanto o marxismo quanto a psicanálise eram pseudocientíficos porque tentavam explicar tudo, sendo incapazes de apresentar de antemão que tipos de “observações” seriam interpretados como conflitantes com eles, levando seus seguidores, diante da verificação dessas observações, a abandonar sua teoria. (Popper, 1994) Já para Lakatos, o marxismo e a psicanálise apresentavam tendência degenerescente não pela incapacidade de apresentar seus falseadores potenciais – traço característico de qualquer teoria científica, conforme discutido anteriormente -, mas porque o tratamento de anomalias no interior desses dois PPCs era feito em desrespeito aos critérios da MPPC. Especificamente, apesar de reconhecer a força heurística do marxismo e da psicanálise, para Lakatos os pesquisadores nesses dois programas emendavam suas teorias de modo a contornar anomalias particulares, sem com isso avançar o conhecimento e prever fatos novos. Falando das vantagens da MPPC, Lakatos afirma que sua epistemologia:

Primeiro, mostra a fraqueza de programas que, como o marxismo e o freudismo, são, sem dúvida, “unificados”, e dão um apanhado geral da espécie de teorias auxiliares que usarão na absorção de anomalias, mas que planejam infalivelmente suas teorias auxiliares reais na esteira de fatos sem, ao mesmo tempo, antecipar outros. (Que fato *novo predisse* o marxismo, digamos, desde 1917?) (Lakatos, 1979, p. 217; *itálico e aspas no original*)

Finalmente, cumpre destacar os dois tipos possíveis de mudanças teóricas: intraprogramáticas e interprogramáticas. O primeiro é caracterizado por alterações no cinturão de proteção de um PPC, sem, contudo, ferir o seu núcleo duro. Neste caso, continua-se no interior de um mesmo PPC, o qual é considerado progressivo se as

alterações respeitarem aos critérios de aceitabilidade e de heurística. Caso contrário, está-se diante de uma mudança degenerescente. O segundo tipo é marcado por modificações no núcleo duro de um determinado PPC, contrariamente às determinações de sua heurística negativa. Aqui há a criação de um novo PPC, formado em torno do novo núcleo duro constituído. Para que esse processo seja considerado progressivo, no entanto, é necessário somente que a alteração respeite aos critérios de aceitabilidade (não sejam *ad hoc 1* ou *ad hoc 2*), dispensando-se o critério heurístico (pode ser *ad hoc 3*). Essa exigência é perfeitamente natural, na medida em que a transição de um PPC para outro não deve impor as regras da heurística positiva do primeiro.

A figura reproduzida abaixo, retirada de Elman e Elman (2002, p. 237), sumariza os tipos de mudança teórica e a correspondente aplicação dos critérios de progressividade:

Figura 1.1: Mudanças teóricas, progressividade e degenerescência.

Fonte: (Elman e Elman, 2002, p. 237)

Nota: SRP (*Scientific Research Program*) = PPC.

1.3 – Lakatos vs. Kuhn

A solução lakatosiana para a crise de racionalidade da ciência é uma posição intermediária entre o relativismo de Kuhn e a a-historicidade e ingenuidade de Popper. Não é exatamente um ‘meio termo’, na medida de sua evidente aproximação com a postura crítica e progressista de Popper: “o resultado é um ajuste entre a ‘metodologia agressiva’ de Popper e a ‘metodologia defensiva’ de Kuhn, mas um ajuste que permanece no interior do campo popperiano”. (Blaug, 1975, p. 405; aspas no original)

Para Kuhn, entretanto, os diferentes corolários da MPPC, quando comparados aos de sua própria abordagem, não pareceram tão evidentes de início: “jamais li um artigo sobre metodologia científica que expressasse opiniões tão paralelas e próximas às minhas”. (Kuhn, 1970, p. 137) Entre as principais semelhanças percebidas por Kuhn, o autor destaca (i) a abordagem metametodológica ou meta-histórica de Lakatos, (ii) o foco em PPCs e (iii) sua descrição do que seja o estágio degenerescente de um programa. Com relação ao primeiro ponto, Kuhn afirma concordar integralmente com Lakatos a respeito da simbiose e da interdependência essencial entre a história da ciência e as epistemologias (ou teorias do conhecimento):

Nenhum historiador, quer da ciência ou de alguma outra atividade humana, pode trabalhar sem pré-concepções do que seja essencial ou não. Tais pré-concepções de fato, se o historiador lida com a ciência, exerce um papel importante na determinação do que ele considera “interno” ou “externo” [à ciência], no sentido de Lakatos¹³. (Kuhn, 1970, p. 138; aspas no original)

Kuhn também acreditava haver um paralelo evidente entre o que Lakatos chama de PPC e o que ele próprio chamou de paradigma, particularmente na descrição lakatosiana do que seja o núcleo duro de um PPC: “eu tenho repetidamente insistido que

¹³ A postura metametodológica de Lakatos ficará mais clara adiante, quando se discutir a reconstrução racional lakatosiana da ciência.

ele [um paradigma] depende, em parte, da aceitação de elementos que não estão, eles mesmos, sujeitos ao ataque interno em sua tradição, e que podem ser alterados somente pela transição a outra tradição, a outro paradigma”. (Kuhn, 1970, p. 138) Igualmente, e por fim, Kuhn julgava que a caracterização de Lakatos do estágio degenerescente de um PPC é idêntica à sua discussão do processo de crise paradigmática.

Com efeito, o que deve ter confundido Kuhn e o impedido de perceber as diferenças essenciais entre a MPPC e a sua própria abordagem foi o novo critério de honestidade científica originado da epistemologia de Lakatos: não é mais desonesto a um cientista aferrar-se na defesa de sua teoria diante de discrepâncias empíricas, contanto que ele as reconheça e tente contorná-las de forma progressiva (i.e., por meio de artifícios que não sejam *ad hoc* 1, 2 ou 3). Entretanto, conforme lembra Lakatos, em sua MPPC “mantemos a *determinação* de eliminar, sob certas condições objetivamente definidas, alguns programas de pesquisa”. (Lakatos, 1979, p. 219; *itálico no original*) Ou seja, a decisão de pesquisar num PPC que eventualmente apresente tendências degenerescentes – bem como a decisão de adotar acriticamente um núcleo duro – é uma escolha consciente, metodológica e sujeita à crítica. Não é, portanto, como na mensagem *original* de Kuhn, uma escolha dogmática, sociopsicologicamente determinada – “mas a estrutura conceptual de Kuhn para lidar com a continuidade na ciência é sociopsicológica: a minha é normativa”. (Lakatos, 1979, p. 219)

Da mesma forma, a decisão de abandonar um PPC em favor de outro, superior, é baseada em critérios racionais de progresso, e não em um tipo de conversão mística ou mudança de *gestalt*, como o próprio Kuhn caracterizou uma transição paradigmática¹⁴. (Kuhn, 2005) Na MPPC, a incomensurabilidade deixa de fazer sentido: é, e deve ser, perfeitamente possível comparar dois PPC diferentes; e se sabe claramente por que um

¹⁴ Naturalmente, elementos subjetivos subsistem mesmo na MPPC, como na resposta à pergunta: quando a degenerescência continuada se torna insustentável? Como se verá logo abaixo, Lakatos assumidamente não pretendia responder a este tipo de indagação.

é, eventualmente, preferível ao outro. Por isso mesmo teorias não são abandonadas, de acordo com a lógica da MPPC, sem o aparecimento de outra teoria melhor que possa substituí-la.

Naturalmente, houve de fato uma aproximação entre as epistemologias de Lakatos e de Kuhn, porém mediante sérias concessões deste – flexibilização das noções de incomensurabilidade e de revolução científica -, que, como se viu, redundou praticamente na inutilidade da abordagem de Kuhn como alternativa analítica distintiva para a caracterização do processo científico. (Blaug, 1975)

Cumprir destacar, entretanto, que não obstante sua postura reconhecidamente normativa, Lakatos não acredita ser capaz de orientar o trabalho do cientista para além do deslocamento da unidade de análise – de teorias isoladas para PPCs – e de suas regras para apurar progresso e degenerescência. Em reflexão posterior, Lakatos afirma:

Os argumentos que meus críticos produzem me fizeram perceber que não reforço suficientemente uma mensagem crucial de meu artigo. Esta mensagem é que minha ‘metodologia’, sem embargo de conotações antigas do termo, somente *avalia* teorias completamente articuladas (ou programas de pesquisa), mas não espera aconselhar o cientista sobre como *chegar* a boas teorias, nem sobre em qual programa de pesquisa, entre dois rivais, ele deve trabalhar. (Lakatos, 1970, p. 174; itálicos e aspas no original)

1.4 – Sobre ‘Fatos novos’

Um dos principais debates sobre a aplicação da MPPC, provavelmente não antecipado por Lakatos em sua formulação original, diz respeito ao significado de ‘fato novo’. Como vêm obstinadamente reiterando Elman e Elman, a pergunta central que se deve fazer é: “novo com relação a quê?”. (Elman e Elman, 1997, p. 923-924; 2002, p. 238-241; 2003, p. 33-40) Elman e Elman contam quatro definições ou critérios gerais para se apurar um ‘fato novo’, e, dependendo de qual se adote, o resultado da apreciação de um PPC pode ser bem diferente.

O critério de *novidade temporal estrita* é atribuído à formulação original de Lakatos – daí ser amplamente referido como *Lakatos1* -, que, ao apresentar seu primeiro critério de aceitabilidade, caracterizou como ‘fatos novos’ aqueles que são improváveis – ou até impossíveis - à luz do conhecimento anterior. (Lakatos, 1979) De acordo com esse critério, um fato é novo se todo o conhecimento disponível até o momento da construção da nova teoria não for capaz de identificá-lo. Posteriormente, Lakatos foi convencido de que o critério de novidade temporal estrita era excessivamente demandante, particularmente a partir da crítica de Zahar, para quem fatos conhecidos podem atribuir progressividade a um PPC: “teríamos, por exemplo, de negar a Einstein o crédito por explicar a precessão anômala do periélio de Mercúrio porque havia sido registrada bem antes da proposição da Relatividade Geral”. (Zahar, 1973, p. 101)

O critério da *nova interpretação*, proposto por Lakatos para flexibilizar o critério original – por isso denominado *Lakatos2* -, reconhecia que um fato previamente conhecido poderia se apresentar como fato novo a uma teoria que lhe desse uma interpretação diferente. Críticas a esse critério multiplicaram-se rapidamente, unanimemente atribuindo-lhe a condição de ser excessivamente liberal. Zahar, novamente, apontou um problema essencial do novo critério: sendo teorias um conjunto de proposições que conectam termos e estabelecem relações, teorias diferentes tendem a identificar termos distintos e a estabelecer diferentes tipos de relações. Para voltar a um exemplo utilizado anteriormente, enquanto físicos newtonianos explicam o movimento de translação da terra a partir de relações de força de atração, físicos einsteinianos explicam o *mesmo* fenômeno com base na deformação do espaço pela massa solar. Com isso, Zahar quer chamar a atenção para o fato de que diferentes explicações para os mesmos fenômenos não são apenas naturais, mas também *esperadas*, em teorias diferentes. Ademais, novas teorias tendem a adquirir um vocabulário novo, dentro de

uma nova lógica: consequentemente, novas hipóteses atribuirão novos sentidos para termos antigos¹⁵”. (Zahar, 1973, p. 102) De maneira ainda mais assertiva, Musgrave afirma que:

A abertura da noção de fato novo proposta por Lakatos na realidade a oblitera completamente. Pode-se dizer que qualquer dedução de um fato antigo a partir de uma nova teoria envolve uma “reinterpretação” daquele fato. E agora qualquer teoria *ad hoc* pode reivindicar o apoio de fatos antigos, mas “interpretados com nova roupagem”, que ela possa explicar. (Musgrave, 1974, p. 11-12; itálico e aspas no original)

Zahar propõe um terceiro critério, chamado de *novidade heurística*, que posteriormente foi aceito por Lakatos e, por isso, recebeu a designação de *Zahar/Lakatos*³. Em linhas gerais, esse critério prevê que o fato (ou fatos) que deu origem à nova teoria não pode ser usado como fato novo para aferir o seu progresso. Nas palavras de Zahar, “nesta situação nós deveríamos certamente dizer que os fatos fornecem pouca ou nenhuma evidência que apóie a teoria, uma vez que *a teoria foi especificamente desenhada para lidar com os fatos*”. (Zahar, 1973, p. 102-103; itálico no original) Isso significa que o importante para apreciar a progressividade de uma teoria não é o produto final, ou a nova teoria em si, mas a maneira como a teoria foi construída:

Se nos derem apenas o produto final T^* [uma teoria derivada de T] que preveja os fatos a , b e c , em geral seremos incapazes de determinar se a , b e c fornecem apoio genuíno a T^* ou se T^* foi simples e astutamente programada, por meio de um ajustamento de parâmetros, para dar conta dos fatos conhecidos. (Zahar, 1973, p. 103; itálicos no original)

O critério de novidade heurística é, por certo, mais condizente com o espírito original da epistemologia de Lakatos. Afinal, Lakatos acreditava que o progresso científico devia ser buscado na maneira como teorias são criadas a partir de anomalias, ou fatos discrepantes, existentes. Como Lakatos acreditava que modificar uma teoria

¹⁵ Não é difícil imaginar o apoio entusiasmado de Kuhn a esta afirmação.

para acomodar uma anomalia conhecida, sem prever fatos novos, era algo suficientemente fácil e corriqueiro, eliminar a possibilidade de que um fato seja usado duas vezes – uma para criar a teoria e outra para atestar sua progressividade – impede, justamente, esse exercício cientificamente ilegítimo que a MPPC tencionava combater. Entretanto, como é natural esperar, o critério de novidade heurística não está livre de problemas. Um deles é que se torna absolutamente essencial conhecer o fato anômalo que orientou o cientista a desenvolver a nova teoria, o que eventualmente pode exigir um contato biográfico com o autor estudado que não seja viável ou possível¹⁶. Outro problema, assinalado por Elman e Elman, é que o critério se arrisca “a condicionar novidade ao julgamento do teórico, introduzindo assim uma dimensão psicológica e não-epistêmica”. (Elman e Elman, 2003, p. 37) Em outras palavras, o critério heurístico confere certo grau de subjetividade a uma metodologia que se pretende o mais racional e objetiva possível.

Por fim, Musgrave oferece um quarto critério para a apuração do teor de “novidade” de um fato. Seu critério, denominado *novidade em relação à teoria de fundo* (*background theory novelty*), propõe que a questão-chave é se o fato era ou não previsto pela teoria anterior, suplantada pela nova teoria. Nas palavras de Musgrave:

Para apreciar a evidência que apóie uma nova teoria, nós devemos compará-la não com o “conhecimento de fundo” em geral, mas com a antiga teoria que é desafiada. [...] De acordo com essa visão, uma teoria é testável independentemente (ou prediz um “fato novo”) se ela prever algo que não seja também previsto pela sua teoria de fundo. (Elman e Elman *apud* Musgrave, 2003, p. 38; aspas no original)

¹⁶ Por boa sorte, este não deve ser um empecilho à realização desta pesquisa doutoral. Uma de nossas preocupações primárias foi estabelecer uma correspondência contínua com Mearsheimer, justamente para obter informações sobre suas motivações ulteriores para desenvolver sua vertente do realismo estrutural. O fato de Mearsheimer ter relatado não ser particularmente um fã de Lakatos e não ter se baseado na MPPC para elaborar sua contribuição teórica parece-nos fortalecer o resultado deste trabalho, em caso de um veredicto positivo à apreciação de progresso no PPC do Realismo Estrutural, como ficará claro adiante.

Apesar de seu apelo lógico, o critério de Musgrave tem um grave problema, tão grave que, se aplicado, tende a derrotar todo o propósito da MPPC. O problema não é difícil de ser visualizado: o critério de Musgrave torna possível incluir o fato anômalo que deu origem à nova teoria como evidência de sua progressividade, justamente o que o critério de novidade heurística proíbe. Tornar legítima a criação de uma teoria T^* que explique o fato a , não explicado pela teoria anterior T , mas que tenha somente o fato a como excedente empírico em relação a T , é permitir, mais uma vez, o tipo de atividade na ciência que Lakatos desprezava e desejava banir.

Em conclusão, sem embargo de suas imperfeições, consideramos – juntamente com Elman e Elman (1997; 2002 e 2003), Zahar (1973) e Worrall (1978) – o critério de *novidade heurística* como aquele que mais se aproxima da proposta da MPPC para o desenvolvimento da ciência. Naturalmente, a apreciação simultânea da progressividade de um PPC a partir dos outros critérios é desejável e torna mais segura a avaliação, particularmente se estiver de acordo com o critério *Lakatos1*, o mais rigoroso e demandante de todos¹⁷.

1.5 – A Reconstrução Racional da Ciência

Certamente uma das propostas mais fascinantes de Lakatos, e lastimavelmente talvez uma das mais ignoradas, é a utilização das diferentes abordagens epistemológicas como teorias do conhecimento, com a própria história da ciência como sua base empírica. Dessa maneira, resultar-se-ia em diferentes reconstruções racionais da ciência, que poderiam ser comparadas para se apurar o mérito relativo das epistemologias rivais. Essa proposta, naturalmente, vai ao encontro da convicção de Lakatos acerca da

¹⁷ A previsão de Einstein do eclipse de 1919 se encaixa no critério *Lakatos1*, assim como a previsão séculos atrás do retorno do cometa Halley. Não é à toa que esses exemplos tenham embevecido Popper e amadurecido sua ideia do que seja a verdadeira ciência.

interdependência entre epistemologia e história da ciência, como já foi mencionado. Com esse exercício, Lakatos ao mesmo tempo supunha e procurava demonstrar o seguinte:

(a) a filosofia da ciência fornece metodologias normativas segundo as quais o historiador reconstrói a “história interna” e desse modo fornece uma explicação racional do desenvolvimento do conhecimento objetivo; (b) duas metodologias em competição podem ser avaliadas com o auxílio da história (interpretada normativamente); (c) qualquer reconstrução racional da história necessita de ser completada por uma “história externa” empírica (Sociopsicológica). (Lakatos, 1998, p. 21)

O que Lakatos queria dizer com a afirmação (a) é que cada abordagem epistemológica (indutivista, popperiana, kuhniana, a própria MPPC etc.) cria expectativas de como o desenvolvimento da ciência *deveria* se dar. Indutivistas esperam a adoção de teorias provadas por testes empíricos e o abandono de teorias que não possam ser empiricamente testadas (metafísica); popperianos esperam cientistas críticos, que submetem constantemente suas teorias aos testes mais difíceis, tentando falseá-las – e, sendo bem-sucedidos, espera-se o abandono de teorias falseadas e sua substituição por teorias (ainda) não falseadas; kuhnianos esperam que na maior parte do tempo a ciência apresente características da ‘ciência normal’, com a adoção unânime pela comunidade científica de um paradigma que sirva acriticamente como referência para a resolução de problemas, e que seja substituído por outro paradigma apenas após uma fase ‘revolucionária’ de crise – que, por sua vez, deve respeitar a critérios psicossociais intracomunitários; por fim, lakatosianos esperam cientistas trabalhando nos seus respectivos PPCs, tentando dar conta de anomalias em consonância com a heurística positiva, e conscientes de que sua pesquisa tem gerado progresso (excedente empírico) ou não – neste último caso, eventualmente abandonando seu PPC por outro progressivo.

Lakatos não quer com isso sugerir uma postura relativista, de que a história da ciência é o que cada uma das epistemologias faz dela. A ciência é *efetivamente* praticada, mas cada epistemologia pode interpretar essa prática de seu próprio modo. Entretanto, acontece que, ao fazê-lo, as epistemologias não são igualmente bem-sucedidas. Vale dizer, algumas epistemologias podem explicar mais, relegando uma parte menor da história da ciência a fatores extraepistêmicos, e outras podem explicar menos, tendo de recorrer com maior frequência a elementos extraepistêmicos para suprir as lacunas. O ponto central de Lakatos é que este excedente explicativo que uma epistemologia pode ter sobre outra, com a efetiva história da ciência como base empírica, deve ser considerado uma vantagem na busca de uma boa teoria do conhecimento.

Esta discussão tem relação direta com a distinção entre história interna e história externa da ciência. Fazem parte da história interna da ciência todos os elementos que derivam diretamente da prática e da pesquisa científica: a resolução de uma anomalia, a criação de uma hipótese, o aperfeiçoamento das condições de teste etc. A história externa reúne todos os elementos extracientíficos – ou extraepistêmicos, como chamamos anteriormente – que podem influenciar a prática da ciência: preferência política pela pesquisa por um tema em detrimento de outro¹⁸, condições políticas ou burocráticas para a obtenção de financiamento, impedimento moral/religioso a determinadas linhas de pesquisa (p.ex., células tronco) etc. Não é difícil deduzir que a distribuição dos elementos em análise entre a história interna e a externa da ciência deriva diretamente da epistemologia seguida: “assim, ao construir a história interna, o historiador será muito seletivo: omitirá tudo o que é irracional à luz da sua teoria da racionalidade”. (Lakatos, 1998, p. 41)

¹⁸ A proibição soviética da pesquisa em genética mendeliana, por considerá-lo um constructo teórico da burguesia, é um exemplo significativo e patente disso.

A história racionalmente reconstruída por uma epistemologia nunca vai ser idêntica à história ‘real’ da ciência. Trata-se, antes, de uma história ‘ideal’, caso os cientistas fossem perfeitos popperianos, kuhnianos ou lakatosianos. As diferenças entre a história real e a ideal, epistemologicamente informada, podem ser perfeitamente percebidas pelo historiador/teórico da ciência. Pelo menos é essa a lição que depreendemos de nossa leitura de Lakatos. Kuhn discorda: “seu argumento [de Lakatos] não é simplesmente que o historiador seleciona e interpreta, mas que uma filosofia a priori fornece todo o conjunto de critérios com os quais ele o faz”. (Kuhn, 1970, p. 142) Com essa interpretação não admira que Kuhn tenha concluído que o exercício que Lakatos propõe é tautológico: se a própria visão epistemológica do historiador é que constrói a história da ciência, esta história não deve servir para apreciar a epistemologia utilizada no primeiro momento. Para Kuhn, então, a proposta de Lakatos para uma reconstrução racional – metodológica e ideal – esconde, na realidade, um medo da história: “minha aposta é que ele [Lakatos] teme que a história, se tomada seriamente como uma disciplina independente, pode conduzi-lo à postura que ele atribui a mim”. (Kuhn, 1970, p. 143) Ou seja, Lakatos se esconderia, segundo Kuhn, atrás de uma história racional, idealizada, porque a história ‘real’ corrobora mais a visão kuhniana da ciência do que a dele.

No entanto, a proposta metodológica de Lakatos só faz sentido se se considera, como fazemos, que o historiador/teórico da ciência consegue separar a história real da história que ele racionalmente construiu. É o *quão bem essas duas histórias se sobrepõem que determina o mérito de uma epistemologia como teoria do conhecimento*. Lakatos clara e conscientemente privilegia a história interna sobre a história externa da ciência:

A história da ciência é sempre mais rica do que sua reconstrução racional. Mas a reconstrução racional ou história interna é primária, a história externa

só tem uma importância secundária, *dado que os problemas mais importantes da história externa são definidos pela história interna*”. (Lakatos, 1998, p. 40; *itálico no original*)

Depreende-se da leitura de Lakatos que uma epistemologia perfeita, se existisse, daria conta internamente de todo o universo da ciência. Nada sobraria para ser descontado na história externa. Não havendo tal epistemologia, resta-nos apenas apurar, entre as disponíveis, qual a melhor – e a melhor é aquela que “transforma muitos problemas considerados *externos* por outras historiografias em problemas internos”. (Lakatos, 1998, p. 38; *itálico no original*) Aqui já deve ter ficado claro que Lakatos propõe o emprego de sua própria epistemologia, a MPPC, como uma metateoria do conhecimento. Isso implica reconhecer as abordagens de Popper, Kuhn e a sua própria como PPCs historiográficos. As vias para o progresso epistemológico estão contidas na citação anterior: são progressivos os PPCs historiográficos que forem capazes de explicar racionalmente – i.e., internamente – uma parcela maior da história da ciência do que um PPC rival¹⁹.

No entanto, ao responder em nota a seus críticos – principalmente Kuhn, Feyerabend e Musgrave – Lakatos, a nosso ver, coloca-se numa posição complicada no que diz respeito à relação entre história interna e externa da ciência. As críticas se somaram no seguinte ponto: até quando é ‘racional’, pela MPPC, insistir num PPC degenerescente? Como discutido anteriormente, Lakatos não acredita que sua metodologia seja – ou deva ser – capaz de orientar a esse respeito. Afinal, o código de

¹⁹ Lakatos (1998) aponta interessantemente como a utilização da epistemologia de Kuhn como metateoria do conhecimento apresentaria um dilema à sua abordagem, tal qual o “dilema dos cétricos” mencionado anteriormente. Se o sucesso de Kuhn for explicado pela adesão à sua epistemologia como um paradigma, então isso será uma vitória para o seu PPC historiográfico – mas indicará, ao mesmo tempo, que não se trata de uma adesão racional, mas sim dogmática. Ou seja, o sucesso da epistemologia de Kuhn entre cientistas pode indicar, *de acordo com sua própria epistemologia*, que ela não é necessariamente a descrição verdadeira do processo científico, e sim um modismo que pode ser substituído num momento de crise.

Entretanto, essa circularidade não deixa incólume nem a epistemologia de Lakatos: se o veredicto da MPPC, como metateoria do conhecimento, sobre a própria MPPC for *negativo* – ou seja, se a MPPC na história da ciência for degenerescente –, então a legitimidade de sua aplicação como metateoria, em primeiro lugar, deixa de existir.

honra do cientista lakatosiano não está em se dedicar a um programa progressivo ou degenerescente, mas em, dedicando-se ao último, não esconder seus problemas e tentar atacá-los *progressivamente*: “é perfeitamente racional participar num jogo arriscado: o que é irracional é iludirmo-nos sobre o risco”. (Lakatos, 1998, p. 39) Porém, Lakatos adverte:

Isto não significa que a permissividade para com aqueles que se mantêm ligados a um programa degenerativo seja tão grande quanto aparenta. Porquanto eles só o podem fazer na maior parte dos casos em privado. Os editores das publicações científicas deviam recusar-se a publicar os textos que em geral contêm quer reasserções solenes da sua posição quer absorções da contra-evidência (ou até de programas rivais) por recurso a ajustamentos linguísticos *ad hoc*. As fundações de investigação deviam, também, recusar as suas verbas. (Lakatos, 1998, p. 39; itálico no original)

Ora, se os colaboradores de um PPC degenerescente não tiverem o mesmo acesso aos periódicos científicos e às fundações de pesquisa, não estarão eles próprios limitados em sua possibilidade de trazer progressividade ao seu PPC? Mesmo que suas tentativas sejam degenerescentes – por meio de artifícios *ad hoc*, como salienta Lakatos -, esse julgamento deve ficar a cargo dos editores das revistas e dos avaliadores das fundações? Principalmente: se tudo isso acontecer, deve ser atribuído à história interna da ciência ou à externa? Chega-se à situação do ovo e da galinha: o PPC não consegue verba porque é degenerescente, ou é degenerescente porque não consegue verba? De qualquer forma, consideramos que esta seja uma leve derrapada de Lakatos, pressionado por seus críticos a fornecer corolários pragmáticos e substantivos. E, o que é mais importante, acreditamos que em nada prejudica o mérito do argumento e da lógica construída por Lakatos.

1.6 – Críticas à MPPC

A MPPC foi – e ainda é – alvo de inúmeras críticas, algumas improcedentes, derivadas de uma leitura enviesada de Lakatos, mas outras, porém, que apontam problemas concretos ou potenciais da metodologia, sugerindo suas limitações. As primeiras críticas se seguiram imediatamente à publicação por Lakatos da MPPC e foram mencionadas na parte final da seção anterior. Como se viu, críticos indagaram sobre até onde deve ir o limite da racionalidade – de um cientista lakatosiano – na dedicação a um PPC degenerescente. Essa crítica era de fato pertinente, particularmente para Kuhn. Afinal, se se aceita como ‘racional’ a adesão indefinida a um PPC degenerescente, pouca diferença haverá entre o cientista lakatosiano e o paradigmático e dogmático cientista kuhniano. Kuhn afirma, com efeito, que se a MPPC não nos fornece critérios para a decisão definitiva de se transitar de um PPC degenerescente a um novo, ela não nos comunica absolutamente nada. (Kuhn, 1979) Da mesma forma, Feyerabend afirma que os parâmetros de Lakatos “só têm força prática se forem combinados com um limite temporal (o que parece ser uma mudança regressiva de uma problemática pode ser o início de um período de progresso muito mais longo)”. (Feyerabend, 1979, p. 261-265)

A este respeito já se comentou. Lakatos reconhece a incapacidade de sua MPPC de traçar um ‘limite racional’ para a adesão a um PPC que emita sinais de degenerescência. Porém, Lakatos oferece critérios epistêmicos e, portanto, ‘racionais’, para separar um cientista resistente ‘racional’ de um ‘irracional’: o primeiro reconhece os problemas de seu PPC e se esforça para contorná-lo de forma progressiva, pronto ainda para reconhecer se seus esforços eventualmente não estiverem rendendo frutos (o que não significa automaticamente que ele deva abandonar o programa); o segundo

fecha os olhos aos problemas enfrentados por seu PPC, ou tenta contorná-los com dispositivos *ad hoc*, sem adição de conhecimento, *mascarando-os como mudanças progressivas*. Em suma, os críticos têm razão ao apontar essa falta de precisão da MPPC, mas perdem a razão ao considerá-la uma renúncia à possibilidade de reconstrução racional da ciência. O mapa científico de Lakatos pode apresentar alguns traçados pouco visíveis, mas seu caminho ainda é capaz de conduzir a uma teoria racional do progresso científico.

Uma crítica similar, no entanto, é mais difícil de contornar. DiCicco e Levy (2003) e Simowitz (2003) afirmam que, apesar de ser possível aplicar os critérios lakatosianos de progressividade a uma transição teórica, a MPPC fornece poucas pistas sobre como chegar a um veredicto com relação a um PPC que apresente tanto sinais de progresso quanto de degenerescência. Na medida em que dificilmente um cientista (ou grupo) terá monopólio de pesquisa no interior de um PPC, havendo diferentes pesquisas paralelas e com diferentes graus de progresso, como chegar a um resultado agregado para o PPC como um todo? Nas palavras de Simowitz:

Isto se dá porque Lakatos não oferece orientação alguma sobre como agregar mudanças teóricas progressivas e degenerescentes no interior de um mesmo programa. Da mesma forma, a impossibilidade de agregar mudanças teóricas progressivas e degenerescentes torna igualmente impossível a escolha entre programas de pesquisa rivais. (Simowitz, 2003, p. 412)

Com efeito, a MPPC não oferece, ela própria, critérios para se obter um ‘índice de progresso’ de um PPC que apresente ao mesmo tempo resultados progressivos e degenerescentes. Chega-se, efetivamente, a uma limitação da epistemologia de Lakatos. Se chegar o momento em que um índice agregado de progresso for necessário para a comparação entre PPCs rivais, então algum critério subjetivo terá de ser adotado. Há, porém, maneiras de fazê-lo que estejam imbuídas do espírito da MPPC. Por exemplo, pode-se apurar o ‘conteúdo de progresso’ – para fazer uma analogia com a noção de

‘conteúdo de verdade’ em Popper – de um PPC, medido pelos casos de progresso *menos* os casos de degenerescência. Eventualmente, porém, seremos forçados a reconhecer a insuficiência dos resultados disponíveis para a comparação entre dois PPCs (por exemplo, porque ambos possuem o mesmo ‘conteúdo de progresso’), sendo necessária mais pesquisa em ambos. O ponto, no entanto, é que essa dificuldade em particular da MPPC, que deve ser reconhecida, não oferece um obstáculo incontornável à aplicação da metodologia. A MPPC pode, no mínimo, oferecer os critérios para se saber se tentativas particulares de mudança teórica são cientificamente legítimas, mesmo que não possamos agregá-las.

Outra crítica recorrente é a de que os critérios propostos por Lakatos restringem desnecessariamente o que se possa apreciar como progresso na ciência. Simowitz, novamente, acredita que “há uma quantidade significativa de atividade científica que não seria considerada progressiva pela perspectiva lakatosiana”. (Simowitz, 2003, p. 409) Para este autor, o exemplo mais claro disso é o desenvolvimento de melhores técnicas de mensuração e tratamento de dados, o que, em si mesmas, não indicam progresso algum de acordo com Lakatos. Da mesma forma, Laudan (1977), filósofo da ciência cuja epistemologia é apontada por muitos como uma alternativa à MPPC, acredita que uma nova teoria T^* que explique a , fato que não é explicado por T , deve ser considerada um progresso com relação a T , mesmo que nenhum fato além de a seja explicado por T^* . Em linha similar, Nickles (1987) acredita que o critério heurístico de progresso (que a emenda teórica não seja *ad hoc*) é conflitante com a exigência dos critérios de aceitabilidade, ou seja, de que a nova teoria tenha excedente explicativo teórico e empírico. Para Nickles, exigir que o cientista siga algumas regras rígidas da heurística positiva de um PPC vai de encontro com a exigência de que ele seja ousado e tente expandir o conhecimento para além de sua condição presente.

A crítica de Simowitz, no entanto, é vazia. É preciso traçar uma linha de demarcação entre ciência (ou ciência legítima) e não-ciência (ou ciência ilegítima). Isso, é claro, se se pretende manter uma visão progressiva e racional da ciência, como o fizeram Popper, Lakatos e os positivistas lógicos antes deles. É perfeitamente defensável, do ponto de vista lógico, que não exista tal linha de demarcação – mas é preciso que se esteja preparado para assumir os corolários dessa posição: relativismo e esvaziamento da noção de progresso. Lakatos traça sua linha de demarcação em torno de seus critérios de aceitabilidade, ou seja, ele exige que um movimento, para ser científico, deve aumentar o nosso conhecimento. A linha de demarcação de Lakatos não exclui os ‘avanços’ mencionados por Simowitz, *contanto que eles gerem excedente empírico*. Se Simowitz deseja incluir mudanças não contempladas pela MPPC como científicas, ele precisa também indicar *onde* traçar a nova linha. Se ele não o fizer, sua crítica será vazia. Se ele se recusar a fazê-lo, então será forçado, necessariamente, a abraçar o relativismo.

Fazer a inclusão proposta por Laudan implica, de fato, a anulação do propósito da MPPC. Laudan permitiria que cientistas praticassem o que Popper e Lakatos abominavam: que teorias sejam emendadas de maneira *ad hoc*, simplesmente para acomodar uma anomalia *conhecida*, sem criar conhecimento novo. A implicação disso para a ciência fica patente com a palavra destacada na oração anterior: conhecida. A ciência passaria a ser uma espécie de farol voltado para trás, sem lançar luz alguma à frente. Ou seja, o ‘desenvolvimento’ científico seria pautado pelo constante remendo de teorias à medida – e somente à medida - que anomalias vão aparecendo, sem preparar a humanidade para novas questões e desafios. Lakatos não aceitava esse tipo de acumulação como verdadeiramente progressiva. Estará Laudan de fato disposto a aceitá-lo?

Já a crítica de Nickles é dirigida a um critério aparentemente secundário na MPPC, se comparado aos critérios de aceitabilidade, por alguns considerado um critério estético herdado do convencionalismo. Essa interpretação não está totalmente equivocada. Talvez a razão de ser do critério heurístico seja normativa, no sentido de orientar à produção de uma ciência que seja do gosto de Lakatos, vale dizer, que não redunde numa “série arbitrária e emendada de teorias desconexas”. (Lakatos, 1979, p. 217) Porém, um olhar mais próximo revela a importância do critério heurístico no interior da MPPC. Um PPC sem uma heurística positiva deixa, para todos os efeitos, de ser um efetivo PPC. Lakatos repetidamente se refere à força de um bom PPC, como o era o newtoniano, que continha no seu próprio bojo as diretrizes para tratar as anomalias e transformá-las em instâncias verificadoras. Em suma, a força heurística de um PPC é um dos principais indicadores de sua maturidade e seriedade; é sinal de que a pesquisa no interior do PPC é planejada e coerente, e não o resultado de um esforço açodado e improvisado de salvar o programa a qualquer custo.

Já entrando em pontos que interessam sanguineamente a esta tese doutoral, Walt critica a utilização da MPPC para apurar desenvolvimentos na teoria das relações internacionais, com base no argumento de que a metodologia é datada e amplamente rejeitada. Precisamente, de acordo com Walt: “a análise datada de Lakatos foi largamente rejeitada por historiadores e filósofos da ciência contemporâneos”. (Walt, 1997, p. 932) Em primeiro lugar, importantes historiadores e filósofos da ciência contemporâneos, inclusive críticos de Lakatos, reconhecem amplamente os méritos e avanços da MPPC²⁰. Em segundo lugar, e mais importante, mesmo que isso fosse verdade, não seria suficiente para criticar o emprego contemporâneo da MPPC. Afinal,

²⁰ Ver Laudan (1977), Mayo (1996) e Leplin (1997).

entre os tipos de argumento, o de *autoridade* tende a ser o mais fraco e ilegítimo de todos.

Algumas críticas importantes são dirigidas por um autor que é particularmente caro ao nosso trabalho. Waltz (2003) reconhece em Lakatos o grande mérito de acabar de vez com a crença positivista de que teorias são derrubadas por ‘fatos’ que conflitem com elas. Porém, não acredita que a mudança da unidade de análise de teorias para PPCs faça alguma diferença. O que Waltz quer dizer é que Lakatos apresentou, como ninguém antes dele, o problema da *base empírica*, ou seja, a constatação de que teorias e fatos são interdependentes. A insatisfação de Waltz advém do fato de que, quer se use um ‘fato’ para derrubar uma teoria, quer se use para comparar PPCs rivais, o problema da base empírica permanece intocado. E Waltz tem razão. O entendimento de que os fatos são falíveis implica que eles não possam definitivamente decidir entre um PPC e outro. A única defesa de Lakatos que se pode fazer a este respeito é que ele reconhece o problema e, reconhecendo-o, abandona a noção de *verdade* no processo da ciência. Fatos não podem ser contrários ou favoráveis a um PPC, de modo a falseá-lo ou prová-lo, mas antes podem ser *consistentes* ou *inconsistentes* com ele. Assim, os fatos não decidem sobre o conteúdo de verdade de um PPC, apenas emitem juízos sobre sua consistência. Da leitura de Lakatos entendemos que essa é uma fatalidade que a filosofia da ciência nos impõe – ou seja, a impossibilidade de se obter conhecimento seguro e provado -, mas isso não significa que a noção de progresso científico deva ser abandonada. Deve-se, inclusive, interpretar o desenvolvimento da MPPC como uma tentativa de construir as bases mais sólidas possíveis para o progresso da ciência no terreno arenoso da base empírica.

Outra crítica de Waltz – talvez mais precisamente uma queixa – soa-nos interessantemente autobiográfica. Em suas palavras:

Primeiro, um programa de pesquisa não é moldado pelo criador da teoria original, mas pelos seus sucessores. A teoria original pode ser uma boa teoria, mas as teorias sucessoras podem ser fracas e defeituosas. Caso o programa saia dos trilhos, ainda gostaríamos de saber quão boa a teoria original pode ser. (Waltz, 2003, p. xi)

Waltz se refere ao fato de que, uma vez criado, um PPC se torna domínio público e qualquer um pode trabalhar no interior dele. Assim, o controle dos rumos do PPC sai (pelo menos parcialmente) das mãos de seu criador. Waltz talvez se ressinta das heresias faladas e cometidas em seu nome e em nome de sua teoria nos últimos 30 anos. Contudo, se isso de fato é praticado, não é melhor para o criador de um PPC que haja uma metodologia rigorosa como a MPPC, que forneça critérios para saber se os desenvolvimentos em seu interior foram válidos ou não? Com a MPPC, o pai de um PPC tem ao menos alguma segurança de que qualquer atentado à ciência cometido em seu nome poderá ser objetivamente desmascarado.

Elman e Elman destacam uma crítica que é particularmente relevante à nossa proposta de pesquisa, a saber, de que a MPPC não foi projetada para ser aplicada às ciências sociais²¹. Eles reconhecem que “Lakatos certamente não era um fã das ciências sociais, e alguns sugerem que talvez ele não quisesse que sua metateoria fosse usada para avaliar os seus trabalhos [das ciências sociais]”. (Elman e Elman, 2003, p. 45) No entanto, depreende-se da leitura de Lakatos que sua eventual antipatia pelas ciências sociais era fruto de alguns desenvolvimentos teóricos considerados cientificamente ilegítimos, *de acordo com os critérios da MPPC*. Permita-se, por facilidade, a repetição de um trecho de Lakatos reproduzido anteriormente:

Primeiro, mostra a fraqueza de programas que, como o marxismo e o freudismo, são, sem dúvida, “unificados”, e dão um apanhado geral da espécie de teorias auxiliares que usarão na absorção de anomalias, mas que

²¹ Essa visão pode ser atribuída, entre outros, a Keohane (1989). Não obstante, Keohane e Martin (2003) utilizaram a MPPC para defender a progressividade da pesquisa em seu PPC da teoria institucional.

planejam infalivelmente suas teorias auxiliares reais na esteira de fatos sem, ao mesmo tempo, antecipar outros. (Que fato *novo predisse* o marxismo, digamos, desde 1917?) (Lakatos, 1979, p. 217; itálico e aspas no original)

Neste trecho especificamente fica muito claro que a crítica ao marxismo e à psicanálise foi construída em torno de sua dificuldade em produzir excedente empírico diante de revisões teóricas. Se Lakatos acha pertinente criticar essas teorias com base nos critérios de sua metodologia, como pode ele obstar à utilização da MPPC para apreciar desenvolvimentos nas ciências sociais? Da mesma forma, como se aludiu, Popper criticava o marxismo e a psicanálise em consonância com sua epistemologia falseacionista. Ademais, em nenhum momento transparece da discussão de Lakatos que a MPPC tem alguma implicação em termos de objeto – natural ou social. A metodologia foi criada para orientar/descrever o processo da ciência como um empreendimento comum, ou uma postura diante da vontade de conhecer. É essa, afinal, a proposta de uma *filosofia da ciência*, que não se divide em filosofia da ciência natural x filosofia da ciência social. Para mais uma evidência, caso ainda seja necessário, veja-se o que relatou Latsis, companheiro de Lakatos na organização do Colóquio de Nafplion:

A ideia de organizar o Colóquio [de Nafplion] foi concebida primeiramente por Lakatos [...] Seu propósito principal era examinar sinoticamente sua nova e provocativa metodologia dos programas de pesquisa científicos (MPPC) em desenvolvimentos nas ciências físicas e na economia. (Elman e Elman *apud* Latsis, 2002, p. 247)

E o veredicto dos próprios cientistas sociais? Acaso eles julgam a MPPC útil para apurar os avanços em seu próprio domínio? Veremos que sim, e os pesquisadores das relações internacionais não constituem exceção.

1.7 - Lakatos nas Ciências Sociais, em Geral, e nas Relações Internacionais, em Particular

É absolutamente impraticável dar conta de todo o escopo da discussão lakatosiana no campo das ciências sociais, mesmo que se restrinja às relações internacionais. Elman e Elman, em consulta ao *Social Science Citation Index*, por exemplo, contam pelo menos 100 referências a Lakatos, de 1971 a 1997, *exclusivamente no campo das relações internacionais e de análise de política externa*. (Elman e Elman, 2002, p. 241) O que se segue, portanto, é apenas um recorte em um universo muito mais amplo e diversificado.

Já em 1976, Ball clamava por uma ciência política pós-kuhniana, em favor de uma pesquisa orientada pela MPPC. Com isso Ball acreditava ser capaz, “para estender a metáfora militar, de avançar para um terreno mais novo e defensável”. (Ball, 1976, p. 154) As vantagens de se adotar a metodologia de Lakatos residiria numa série de decisões, todas convergindo para uma prática mais sistemática e coerente da pesquisa em ciência política:

Requer-se, em primeiro lugar, que abandonemos nossa longa e tradicional visão de falseacionistas dogmáticos; segundo, que sejamos tenazes na defesa e tolerantes na crítica de programas de pesquisa; terceiro, que distingamos o “núcleo duro” do “cinturão de proteção” e endereçemos nossas defesas e/ou críticas nesse sentido; quarto, que nossa crítica seja retrospectiva e dirigida aos ajustamentos no cinturão de proteção do programa em questão; e finalmente, que julguemos o sucesso momentâneo de um programa de pesquisa em termos da “progressividade” ou “degenerescência” de suas sucessivas mudanças de problema. (Ball, 1976, p. 172; aspas no original)

Ball demonstra como esse exercício pode e deve ser feito. O autor considera o PPC da Escolha Racional como um dos mais bem articulados da ciência política. Seu núcleo duro, segundo Ball, consiste num “modelo humano”, que define os indivíduos como auto-interessados e portadores de uma racionalidade instrumental. Em linhas

gerais, Ball se propõe a avaliar emendas teóricas criadas para contornar a anomalia do ‘paradoxo do voto’²², separando as degenerescentes (criadas apenas para contornar a anomalia, sem oferecer excedente empírico) das progressivas. (Ball, 1976, p. 167-171)

Na mesma linha, Blaug (1975) compara os méritos relativos da epistemologia de Kuhn e da MPPC na história da economia. Sua conclusão é a de que a noção de ‘paradigma’ deve ser abolida do pensamento econômico, por distorcer a realidade do desenvolvimento da pesquisa em economia, e deve ser substituída pela ideia de PPCs. Especificamente, Blaug acha difícil reconstruir a evolução da economia a partir de concepções como ‘revolução científica’ e ‘incomensurabilidade’. Segundo o autor, “parece-nos que se a economia oferece algum exemplo de ‘revolução científica’ kuhniana, o exemplo favorito é a Revolução Keynesiana, que apresenta, de todo modo, a aparência superficial de uma mudança paradigmática”. (Blaug, 1975, p. 411-412; aspas no original) Porém, Blaug acredita que o que a revolução keynesiana suplantou deve ser encarado mais como subparadigmas interconectados, ou PPCs. Ademais, Blaug demonstra como Keynes construiu seu próprio PPC com base em desenvolvimentos *conscientes* sobre o pensamento econômico anterior. Aplicando Lakatos, Blaug sugere que o PPC keynesiano apresentou progresso, em termos da MPPC, com relação ao PPC liberal. Por essa razão, a suplantação do último pelo primeiro foi um movimento sujeito à reconstrução racional:

A tendência dos economistas de aderir às fileiras dos keynesianos em números crescentes depois de 1936 foi, portanto, perfeitamente racional; tratou-se da mudança de um programa de pesquisa “degenerescente” para um “progressivo”, que pouco se relacionava com disputas sobre problemas de política pública. (Blaug, 1975, p. 414; aspas no original)

²² O paradoxo do voto se refere a uma situação logicamente criada pelos pressupostos de escolha racional. Espera-se dos indivíduos, como maximizadores de utilidade, que eles só arquem com os custos de votar se sua expectativa for de que seu voto seja decisivo para a vitória de seu candidato. Caso contrário, o melhor é não votar e esperar a derrota inevitável ou a vitória “de graça”. Porém, se todos pensarem assim, ninguém votaria e, dessa forma, um voto individual se tornaria decisivo para a vitória de um candidato. Todos, assim, seriam incentivados a votar, mais uma vez tornando irrelevante o peso de cada voto individual.

No campo dos Estudos Estratégicos – i.e., do estudo científico do emprego da força, em ato ou potência, para fins políticos -, Diniz (2002) propõe um teste empírico da teoria da guerra de Clausewitz²³ contra uma teoria rival, a abordagem cultural da guerra proposta por Keegan²⁴. Com isso, Diniz pretendia aferir, em primeiro lugar, a cientificidade da teoria clausewitziana, e, em segundo lugar, sua superioridade com relação à teoria de Keegan. Diniz é bem-sucedido em ambos os pontos. A partir da MPPC ele demonstra a superioridade da teoria da guerra de Clausewitz, que apresenta conteúdo excedente empiricamente corroborado. (Diniz, 2002, p. 129-175) Com esse resultado, Diniz se debruça na crítica às abordagens do balanço ataque-defesa²⁵, muito influentes nas últimas décadas na pesquisa teórica em relações internacionais.

A redescoberta de Lakatos por teóricos das relações internacionais se deveu ao provocador artigo de Vasquez (1997). Vasquez se propôs a criticar o que ele chama de paradigma realista a partir da MPPC. O autor já começou, portanto, fundindo posturas epistemológicas incompatíveis, conforme nossa discussão anterior. Particularmente, Vasquez pretendia testar o que ele identificou como um dos principais PPCs realistas da atualidade: a proposição de Waltz (1979) de que “Estados equilibram poder”. (Vasquez, 1997, p. 902) Discutindo os trabalhos teóricos de Walt (1987), Schweller (1994) e Christensen e Snyder (1990) – os dois últimos pertencentes a uma tradição a que se convencionou chamar de realismo neoclássico ou neotradicional (Rose, 1998) -, bem como a crítica histórica contra o realismo de Schroeder (1994), Vasquez julga apontar o estado degenerescente do PPC em questão. Especificamente, Vasquez argumenta que as novas pesquisas no PPC o tornam infalseável. Por exemplo, depois de Walt (1987) tanto o balanceamento quanto a adesão (*bandwagoning*) entre Estados se teriam tornado

²³ Ver Clausewitz (1993).

²⁴ Ver Keegan (1994).

²⁵ Ver, por exemplo, Van Evera (1998), Lieber (2000) e Lynn-Jones (2001).

comportamentos aceitáveis pelo PPC; e depois de Christensen e Snyder (1990), tanto a manifestação de *chain gangs* quanto de *buck-passing*²⁶ passaram a ser previstas na multipolaridade. (Vasquez, 1997, p. 903-907)

Grande parte dos problemas flagrantes do esforço epistemológico de Vasquez já foi amplamente apontada (Elman e Elman, 1997; Waltz, 1997; Schweller, 1997b; Walt, 1997). Alguns são mais graves do que outros. Apesar de fazer algumas referências consistentes a Lakatos, como o fato de ele “estipular que um programa de pesquisa originado de um núcleo deve desenvolver-se de modo que suas emendas teóricas sejam progressivas e não degenerescentes” (Vasquez, 1997, p. 900), pouca correspondência com a MPPC segue a partir daí. Em primeiro lugar, a identificação de um PPC com a simples proposição de que “Estado equilibram poder” é absurda. Como se viu, um PPC deve ter, necessariamente, um núcleo duro, um cinturão de proteção e duas heurísticas, uma que proíbe e outra que orienta a mudança. De acordo com Lakatos, não faz sentido procurar progresso ou degenerescência numa proposição isolada. Tão grave quanto é o critério falseacionista ingênuo empregado. O critério mais importante utilizado por Vasquez prevê que:

Se um programa de pesquisa passa por uma série de mudanças teóricas [...] e o resultado dessas mudanças é que, coletivamente, a família de teorias ofereça um conjunto de hipóteses contraditórias, que aumentem largamente a probabilidade de que pelo menos uma passará no teste empírico, então o programa de pesquisa pode ser caracterizado como degenerescente. (Vasquez: 1997, p. 901)

Ora, esta exigência falseacionista ingênua depõe diretamente contra a MPPC. A metodologia prevê justamente que a força heurística de um PPC reside em sua capacidade de transformar uma anomalia em evidência de apoio, contanto que no processo seja gerado excedente empírico. Outro problema grave é a intenção de

²⁶ De acordo com Christensen e Snyder (1990), *chain gangs* se referem à tendência ao arrastamento de Estados para conflitos envolvendo aliados, e *buck-passing* diz respeito ao comportamento oposto, de tentar permanecer fora do conflito, repassando integral ou parcialmente os custos ao aliado.

derrubar um suposto paradigma por meio do ataque a um PPC particular – por sua vez, ineptamente construído, como se viu. Em suma, Vasquez mistura as epistemologias de Kuhn, Popper e Lakatos, resultando numa discussão que nada agrega ao debate metateórico sério. A contribuição de Vasquez foi, sim, indireta e não intencionada: sua inaptidão reacendeu o interesse na MPPC e em sua correta aplicação à teoria das relações internacionais.

Keohane e Martin (2003) se propõem a aplicar a MPPC à sua *teoria institucional* – termo que, acreditam eles, deva substituir o tradicional *institucionalismo neoliberal*. Os autores retomam a discussão fundacional de Keohane (1984), agora com elementos lakatosianos concretos, de que a teoria institucional adota o núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural, mas acrescenta uma variável: informação; ou, mais precisamente, a possibilidade de resolver o problema da escassez de informação. (Keohane e Martin, 2003, p. 78) Com isso, Keohane e Martin acreditam produzir uma mudança teórica progressiva, na medida em que explicam os casos de ausência de cooperação, cobertos pelo realismo estrutural, e explicam adicionalmente a ocorrência de cooperação interestatal. Curiosamente, os autores afirmam que essa mudança teórica pode ser encarada como intraprogramática ou interprogramática, dependendo da decisão de se ter violado ou não o núcleo duro do PPC. No primeiro caso, ter-se-ia um “realismo estrutural modificado”. (Keohane e Martin, 2003, p. 80) Na realidade, entretanto, essa decisão – que os autores julgam periférica e desimportante – faz toda a diferença, e a incapacidade de Keohane e Martin de tomá-la indica um grave problema em sua avaliação: eles simplesmente não sabem o que deva ser o núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural.

DiCicco e Levy (2003) desenvolvem uma análise lakatosiana do PPC que, segundo eles, reúne pesquisas sobre o impacto de transições de poder nas relações

internacionais. Especificamente, os autores vão argumentar que “a teoria da transição de poder, assim como outros modelos de teorias hegemônicas, rompem com o ‘núcleo duro’ de pressupostos do realismo centrado na balança de poder”. (DiCicco e Levy, 2003, p. 111) Em outras palavras, apesar de compartilhar alguns pressupostos com o realismo estrutural, tais teorias acreditam que a formação de hegemonias é um traço recorrente da política internacional e que as principais resultantes sistêmicas – tais como estabilidade – resultam dos processos de ascensão e queda de poder relativo. Em contraste com a prática comum, DiCicco e Levy se preocupam com o recorte exato dos elementos do PPC que analisam, indicando precisamente os elementos de seu núcleo duro e o conteúdo de sua heurística positiva, depois do que passam a avaliar sumariamente alguns desenvolvimentos no interior do programa. Na pesquisa sobre a existência de hierarquias múltiplas de poder no sistema internacional, os autores acreditam encontrar um caso de mudança intraprogramática progressiva; na pesquisa a respeito da transição de alianças DiCicco e Levy concluem por um desenvolvimento interprogramático progressivo; por fim, identificam-se traços degenerescentes na pesquisa em torno do início e das causas de guerras. (DiCicco e Levy, 2003, p. 132-144)

Diante de seu veredicto, DiCicco e Levy identificam o problema já discutido sobre como agregar traços de progresso e de degenerescência numa única medida. Sem enfrentar diretamente o problema, os autores concluem em favor de um saldo positivo de progresso para o PPC da transição de poder, de maneira similar ao que propusemos anteriormente. Não obstante, algumas objeções significativas à utilização da MPPC são apontadas:

Concluimos que a metodologia de Lakatos é útil, mas sua aplicação apresenta alguns desafios difíceis aos cientistas sociais. Atribuímos muito desta dificuldade à atenção insuficiente que Lakatos dá a tarefas operacionais, tais como identificar as fronteiras de um programa de pesquisa, especificar o núcleo duro do programa e se ele evolui com o tempo, avaliar programas de

pesquisa que simultaneamente exibam sinais de progresso e de degenerescência, pesar a importância relativa da criação de indicadores empíricos válidos ou de corroborações múltiplas de uma hipótese, e decidir por quanto tempo se deve tolerar um programa de pesquisa com dificuldades. (DiCicco e Levy, 2003, p. 114)

Dois estudos complementares de Moravcsik (2003) e de Ray (2003), dedicados, respectivamente, ao PPC liberal e ao PPC da paz democrática, são dignos de nota. Moravcsik faz sua análise de maneira confessadamente relutante, por considerar o embate teórico previsto e prescrito pela MPPC como algo indesejável à teoria das relações internacionais. Para ele, com isso são perdidos dois benefícios potenciais: “o delineamento de domínios explanatórios relativos e a criação de sínteses multicausais criativas”. (Moravcsik, 2003, p. 160) Julgamos que o primeiro benefício citado por Moravcsik não procede, afinal, teorias com domínios distintos – p.ex., teorias de política externa e de política internacional – não competem, naturalmente, entre si. Já a competição entre teorias que sejam rivais explicativas deve ocorrer, de acordo com a MPPC, como fonte de progresso e de avanço no conhecimento. Para retomar um ponto levantado anteriormente, isso faz parte da linha de demarcação proposta por Lakatos, faz parte de seu critério para a (re)construção racional da ciência. Para propor uma visão alternativa, Moravcsik deve, necessariamente, traçar uma nova linha de demarcação.

Não obstante, Moravcsik se vale da MPPC para avançar sua tese de que o liberalismo ‘falseia’ o realismo, ou seja, supera-o em excedente empírico corroborado. Moravcsik, contudo, reconhecidamente se atém ao critério de novidade com base na *teoria de fundo* – aceita que uma anomalia que influenciou a criação de uma teoria seja usada como evidência de seu progresso -, o que, como discutido, derruba todo o propósito da MPPC. Já Ray, em defesa do PPC da paz democrática, afiança também a superioridade de seu programa com relação ao PPC do Realismo Estrutural, apesar de se valer de um critério questionável de probabilidade: “pares de Estados democráticos são

menos propensos a guerrear entre si do que pares de Estados que não sejam, ambos, democráticos”. (Ray, 2003, p. 211; *itálico no original*)

Finalmente, Schweller (2003) propõe a verificação do estado de progresso do PPC realista neoclássico. Entretanto, o autor descaracteriza completamente a MPPC pela adição de novos critérios, em forma de perguntas, identificados como critérios de ‘senso comum’: (i) a pesquisa no PPC faz perguntas importantes e interessantes?; (ii) são oferecidas respostas a essas perguntas, empiricamente corroboradas?; (iii) a metodologia empregada é consistente com os padrões de evidência e de argumento das ciências sociais? (Schweller, 2003, p. 315) O único critério empregado por Schweller consistente com a MPPC é um quarto: o PPC produz conhecimento acumulado? Nesses termos, é com no mínimo uma enorme ressalva que se pode caracterizar como lakatosiana a discussão de Schweller. Interessantemente, Schweller faz uma afirmação que vai de encontro ao argumento a ser construído nesta tese. Para ele, Waltz (1979) e Mearsheimer (2001) dão origem a PPCs distintos e independentes. E, curiosamente, Schweller desincentiva a pesquisa em ambos, por considerá-los excessivamente bem-sucedidos. (Schweller, 2003, p. 345) Com isso, torna-se insustentável manter Schweller no legado popperiano/lakatosiano.

O que parece central a *todos* os esforços de emprego da MPPC em relações internacionais é a centralidade do – que seja – o PPC do Realismo Estrutural. Quase unanimemente, o PPC do Realismo Estrutural, como quer que se queira que ele seja, é o ponto de partida tanto para os que querem aprimorá-lo quanto para o que tencionam superá-lo. Não há dúvida de que o devido entendimento dos elementos que conformam o PPC do Realismo Estrutural, bem como de seu estágio de desenvolvimento, é essencial não apenas para o seu próprio progresso, mas para a saúde da análise metateórica em teoria das relações internacionais como um todo.

PARTE 2 – O Realismo Estrutural como um Programa de Pesquisa Científico

Poucos autores na história lograram produzir duas obras que sejam consideradas divisores de água em sua área do conhecimento, dando origem ao que se poderia chamar de *clássicos instantâneos*, sem embargo da óbvia contradição inerente à expressão. Kenneth Waltz é um desses autores para o campo das relações internacionais, razão pela qual é amplamente aclamado como o “nosso teórico indispensável”. (Booth, 2011) Aqui, indispensabilidade não implica concordância universal com seus argumentos, mas antes que todos os que vieram depois dele não podiam, de um jeito ou de outro, seja para segui-lo ou para negá-lo, escapar de tê-lo como interlocutor, mesmo que indireto.

Em *The Man, The State and War*, Waltz apresenta sua primeira grande contribuição ao estudo científico da política internacional. Nesta obra, Waltz discute como uma teoria das relações internacionais pode ser construída, identificando os três níveis de análise nos quais pesquisadores poderiam buscar as motivações dos cursos de ação que os Estados empreendem internacionalmente. (Waltz, 1959) Assim, as resultantes internacionais podem ter suas raízes no próprio *indivíduo*²⁷, na natureza do *Estado*²⁸ ou no *sistema internacional*. Teorias que buscam suas explicações nos dois primeiros níveis de análise, ou seja, na natureza do homem ou na natureza do Estado, são chamadas por Waltz de *reducionistas*; teorias que identificam no sistema internacional as causas das resultantes internacionais são por ele denominadas *sistêmicas ou estruturais*.

²⁷ Neste caso, acredita-se na existência de uma natureza humana dada e que essa natureza é transposta ao nível estatal de modo que se reflete também na maneira como os Estados se comportam no cenário internacional.

²⁸ Note-se que a natureza do Estado pode ser apreendida em termos políticos (regimes democráticos ou autoritários; formas de governo presidencialistas ou parlamentaristas etc.), econômicos (economia capitalista de mercado ou planificada socialista etc.) ou ainda de acordo com outras categorias.

Em 1979, Waltz oferece sua segunda grande contribuição ao campo das relações internacionais. Em *Theory of International Politics*, Waltz apresenta sua própria teoria da política internacional, que se pretende verdadeiramente²⁹ sistêmica ou estrutural. O argumento que se desenvolverá na presente parte deste trabalho doutoral é que a discussão teórica de Waltz fornece as bases para a consolidação de um efetivo Programa de Pesquisa Científico.

2.1 – Uma Teoria Política e Sistêmica das Relações Internacionais

Quase uma década após a publicação de sua teoria, Waltz reflete sobre as razões pelas quais Hans Morgenthau, seu principal predecessor no tratamento acadêmico do realismo político nas relações internacionais, falhou em desenvolver uma efetiva teoria política internacional. Para Waltz, “a sua [referindo-se a Morgenthau] apreciação dos fatores acidentais e da ocorrência do inesperado na política refreou sua ambição teórica”. (Waltz, 1988, p. 615) O que Waltz queria dizer é que, enquanto a realidade é altamente complexa e nela, no limite, tudo se relaciona com tudo, o trabalho do teórico exige a identificação de regularidades e repetições, ao mesmo tempo em que abstrai todo o resto que não pode ser tratado ou sistematizado. Naturalmente, o sucesso e utilidade de uma teoria assim elaborada vão depender do quão centrais são os padrões de regularidade para o domínio analisado. Um domínio que seja determinado majoritariamente por acidentes e pelo acaso não é passível de tratamento teórico, ou permite apenas a criação de teorias fracas e de pouca utilidade empírica.

Para a sorte dos estudiosos da política internacional, Waltz acreditava que seu objeto de estudo apresentava regularidades importantes que poderiam ser

²⁹ Isso porque, conforme Waltz discute nos primeiros capítulos de sua obra, teorias anteriores se pretendiam sistêmicas, mas não o eram essencialmente. Ver Waltz (1979, caps. 2-4).

sistematizadas. Ao mesmo tempo, essas regularidades nas relações internacionais, para Waltz, a despeito de transformações significativas por que passaram os sujeitos políticos “internacionais”³⁰ ao longo da história, sugerem a necessidade de uma teoria sistêmica ou estrutural, que ignore os atributos individuais dos atores cujo relacionamento se pretende explicar. Em uma das passagens mais elucidativas a este respeito, Waltz afirma:

Continuidades e repetições derrotam os esforços para explicar a política internacional a partir da tradicional fórmula de dentro para fora. Pense nas várias causas de guerras descobertas pelos estudantes. Formas de governo, sistemas econômicos, instituições sociais, ideologias políticas: estes são apenas alguns exemplos de onde causas foram encontradas. E, no entanto, apesar da indicação de causas específicas, sabemos que estados com toda variedade imaginável de instituições econômicas, costumes sociais e ideologias políticas travaram guerras. Ainda mais impressionante, muitos tipos diferentes de organizações travam guerras, quer sejam tribos, simples principados, impérios, nações ou gangues de rua. Se uma condição apontada parece ter causado uma determinada guerra, deve-se perguntar o que permite a repetição de guerras mesmo quando suas causas variam. Variações no caráter das unidades não estão ligadas diretamente aos resultados que seus comportamentos produzem, assim como não estão também as variações nos padrões de interação. (Waltz, 1979, p. 67)

De acordo com Waltz, uma teoria sistêmica das relações internacionais determinaria ainda a autonomia do domínio político internacional, separando claramente os efeitos políticos dos demais. Os efeitos disso seriam tão significativos para sua área do conhecimento que Waltz não se acanhou em invocar uma revolução copernicana (Waltz, 1979, p. 69): tratava-se de saber, finalmente, quanto das ações e interações dos Estados é determinado pelo ambiente em que estão inseridos, e não pelas suas características individuais.

A elaboração de uma teoria sistêmica pressupõe que se deixe absolutamente claro o que se entende por sistema. Para Waltz, um sistema é composto por uma estrutura e por unidades em interação. (Waltz, 1979, p. 79) A estrutura, ao contrário das

³⁰ As aspas justificam-se pela impropriedade de se falar em nação, como entendemos hoje, antes da era moderna.

unidades, é uma abstração. Ela não pode ser observada diretamente, mas é fundamental que seus efeitos sejam isolados. Para tanto, a estrutura precisa ser concebida independentemente das características individuais das unidades: “definições de estrutura devem deixar de lado, ou abstrair, as características, o comportamento e as interações das unidades”. (Waltz, 1979, p. 79) É justamente a incapacidade de conceber uma estrutura à parte das unidades em interação que, para Waltz, fez que os supostos teóricos sistêmicos antes dele falhassem em seu propósito.

Segundo Waltz, uma estrutura política é composta por três elementos: um princípio de ordenação, a especificação de funções entre as unidades do sistema, e a distribuição de recursos, também entre as unidades do sistema. As estruturas políticas podem se transformar a partir de alterações em qualquer um dos três elementos.

Waltz admite apenas dois princípios de ordenação. O primeiro deles, chamado de *hierarquia*, apresenta uma relação de subordinação das partes do sistema a uma agência superior. Para Waltz, o sistema político doméstico dos Estados é um exemplo de sistema hierárquico, em que existem claras relações de autoridade e determinadas agências (que formam o governo) atuam sobre as demais, com monopólio sobre o uso legítimo da força e sobre a elaboração de regras e leis que organizam a vida social. (Waltz, 1979, p. 81) O outro princípio de ordenação possível para Waltz, chamado de *anarquia*, é definido pela ausência de uma agência superior às partes do sistema. Um sistema anárquico não possui relações formais de autoridade e a ordem é formada pela resultante agregada dos comportamentos individuais das unidades do sistema. As relações de subordinação de um sistema hierárquico são substituídas, em um sistema anárquico, por relações de coordenação: “formalmente, cada um é igual aos outros. Ninguém tem o direito de comandar; ninguém tem a obrigação de obedecer”. (Waltz, 1979, p. 88)

O segundo elemento da definição de estrutura, a especificação de funções entre as unidades do sistema, diz o quanto das atividades realizadas no interior do sistema é repartido entre as unidades. Um sistema de unidades diferenciadas é aquele em que existem funções restritas e específicas a determinadas unidades, enquanto outras desempenham funções distintas, igualmente restritas e específicas: “portanto, o Congresso fornece as forças armadas, o presidente as comanda. O Congresso faz as leis, o executivo as impõe, as agências as administram e os juízes as interpretam”. (Waltz, 1979, p. 81-82) Supõe-se, segundo Waltz, que a existência e distribuição de funções específicas ajudam a determinar os efeitos da estrutura sobre as unidades³¹. E como destaca Diniz (2007, p. 44), “uma das diferenciações funcionais mais importantes é a existência ou não de unidades especializadas em administrar conflitos, tomar decisões e fazê-las respeitadas”. Escrevendo mais tarde, em resposta a seus críticos, Waltz credita suas ideias acerca da relação entre princípio ordenador e diferenciação de papéis a Durkheim e sua discussão sobre sociedades de solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica. (Waltz, 1986, p. 23-30)

O terceiro e último elemento de uma estrutura política é a distribuição de recursos entre as unidades do sistema. Reconhece-se que, independentemente do princípio de ordenação e da especificação de funções, as unidades podem variar em termos de suas capacidades (*capabilities*) para realizar suas atividades. Assim, a posição relativa das unidades, em termos da comparação entre suas capacidades, aparece como um elemento estrutural fundamental. Não é incomum que se questione a propriedade deste terceiro elemento estrutural levantado por Waltz. Afinal, Waltz foi enfático a respeito da necessidade, para uma teoria efetivamente sistêmica, de separar os atributos das unidades dos atributos da estrutura. Porém, como o próprio Waltz teve o cuidado de

³¹ Veja-se, por exemplo, a discussão de Waltz sobre as resultantes políticas diante das distintas distribuições de funções no regime presidencialista norte-americano e no parlamentarismo britânico. Waltz (1979, cap. 5).

esclarecer, “apesar das capacidades serem atributos das unidades, a *distribuição* de capacidades não é”. (Waltz, 1979, p. 98; ênfase no original)

Um exemplo feliz criado por Diniz ajuda a ilustrar o argumento anterior a respeito do caráter estrutural da distribuição de capacidades no interior do sistema. Imaginem-se dois mercados distintos: um deles possui 1.002 empresas que faturam 3 bilhões de reais, sendo que duas delas faturam 1 bilhão de reais cada uma e as demais faturam 1 milhão de reais cada; o outro mercado possui 10.002 empresas que faturam 12 trilhões de dólares, sendo que duas delas faturam 1 trilhão de dólares cada uma e as demais faturam 1 bilhão de dólares cada. Como demonstra Diniz, apesar das inúmeras diferenças entre os dois mercados – número de empresas, moeda, podendo até supor que pertençam a setores distintos, como automobilístico e de alimentos -, a *distribuição* dos recursos no interior dos dois mercados apresenta a mesma proporção, igual a 1.000 : 1.000 : 1 : 1 : 1 (...). Isso permite concluir que os dois mercados possuem uma estrutura comum: ambos são oligopolistas. (Diniz, 2007, p. 46) É isso que Waltz quer dizer quando afirma que a distribuição de capacidades é um atributo estrutural, e não da unidade³². Tendo-se claros o que se entende por sistema e o que compõe uma estrutura, resta saber o que isso significa para a política internacional.

2.2 – O Sistema Internacional: Estrutura e Unidades

Para Waltz, a observação das relações internacionais revela imediatamente um primeiro traço estrutural: “as partes dos sistemas político-internacionais se encontram em relações de coordenação. Formalmente, cada qual é igual às demais”. Em termos da tipologia de princípios de ordenação proposta por Waltz, “sistemas internacionais são

³² Não é coincidência que Diniz tenha elaborado um exemplo da microeconomia, sendo esta uma área de influência óbvia e reconhecida sobre a teorização de Waltz.

descentralizados e anárquicos”. (Waltz, 1979, p. 88) Assim, diferentemente dos relacionamentos que têm lugar no ambiente hierárquico da política doméstica dos Estados modernos, os relacionamentos no sistema internacional produzem resultados diretamente determinados pelo conjunto de escolhas individuais das unidades do sistema, sem qualquer imposição de ordem por parte de uma agência superior. Cabe lembrar também que isso não significa que agências com pretensões supranacionais não possam existir. Significa apenas que, para que tais agências tenham algum papel substancial na política internacional, elas precisam possuir capacidades suficientes para se impor sobre as unidades do sistema, ou elas precisam ao menos da aquiescência dessas unidades para desempenhar o seu papel.

Então a política internacional, ao contrário da política doméstica, seria a esfera da desordem? Waltz responde imediatamente que não. É possível conceber ordem sem governo e algum tipo de organização na ausência de um organizador formal. Para mostrar como isso é possível, Waltz recorre à analogia microeconômica. A noção de um mercado que molda o comportamento das firmas é análoga à noção de uma estrutura política que constrange o comportamento das unidades do sistema internacional. Desta forma, pensar a formação de uma ordem de mercado deve também ser útil para se pensar o estabelecimento de ordem na política internacional:

O mercado de uma economia descentralizada é originalmente individualista, gerado espontaneamente e não-intencionado. O mercado tem origem nas atividades de unidades separadas – pessoas e firmas – cujos objetivos e esforços são direcionados não à criação de uma ordem, mas à satisfação de seus próprios interesses internamente determinados, com quaisquer meios de que eles possam dispor. A unidade individual age por si própria. Pela co-ação de unidades semelhantes emerge uma estrutura que afeta e constrange todas elas. Uma vez formado, o mercado se torna uma força em si mesma, uma força que as unidades constitutivas não podem controlar individualmente ou agindo em pequenos números. Ao invés disso, em maior ou menor grau, conforme variam as condições do mercado, os criadores se tornam as criaturas do mercado a que suas atividades deram origem. (Waltz, 1979, p. 89-90)

A teoria microeconômica dos mercados se encaixa perfeitamente na ideia que Popper nutria sobre o que seja o objeto das ciências sociais: entender os efeitos não-intencionados das ações intencionais dos atores. (Popper, 1999) Pode-se afirmar sem dificuldades que era exatamente isso que Waltz pretendia ao elaborar sua teoria sistêmica da política internacional.

Para Waltz, o caráter do segundo elemento estrutural – a especificação de papéis e funções – deriva diretamente do princípio ordenador do sistema. Sistemas hierárquicos, ordenados por relações de super- e subordinação, admitem – ou, mais apropriadamente, exigem – especificações claras de papéis e funções entre as unidades. Mais ainda, a própria diferenciação entre unidades que a hierarquia impõe só faz sentido se lhes são atribuídos funções e papéis distintos. Que hierarquia haveria em uma monarquia no início da era moderna se a nobreza, o clero, a burguesia e o campesinato fossem funcionalmente semelhantes? Já a realidade de sistemas anárquicos é radicalmente diferente, segundo Waltz. Como, em sistemas anárquicos, os relacionamentos são de coordenação e as resultantes são formadas a partir do agregado das ações individuais das unidades, tais unidades não são formalmente diferenciadas pelas funções que desempenham: “a anarquia gera relações de coordenação entre as unidades de um sistema, e isso implica sua semelhança [*sameness*]”. (Waltz, 1979, p. 93) Assim, Waltz chega a uma significativa conclusão: se um sistema é anárquico, o segundo elemento da definição de estrutura não é importante e pode ser ignorado. Porém, essa conclusão é seguida por uma ponderação igualmente significativa: apesar de sua semelhança formal na realização de funções, as unidades de um sistema anárquico podem apresentar diferentes *capacidades* para exercer essas funções, o que leva necessariamente à consideração do terceiro elemento estrutural. Antes, porém, faz-

se necessário discutir, finalmente, quais são – e por que são – as unidades do sistema internacional, segundo Waltz.

Para Waltz, as unidades do sistema internacional são os Estados. Isso não significa que Waltz seja completamente míope diante da diversidade de atores que interagem internacionalmente. Trata-se, antes de tudo, de uma decisão teórica demandada pelo caráter da teoria que Waltz perseguia: “os estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais. Mas, de qualquer modo, estruturas não são definidas por todos os atores que floresçam em seu interior, mas pelos principais deles”. (Waltz, 1979, p. 93) Apesar de reconhecer se tratar de uma escolha primordialmente teórica e também, em consequência, uma abstração da realidade, a seleção dos Estados como as unidades naturais do sistema internacional tem, para Waltz, respaldo empírico. São os Estados que estabelecem os termos dos relacionamentos que eles mantêm entre si e com os atores não-estatais. Mais ainda, os próprios atores não-estatais se relacionam a partir de regras e procedimentos acordados pelos Estados, que geralmente possuem a palavra final sobre a eficácia e a durabilidade dessas regras e procedimentos. Nas palavras de Waltz, “é de se surpreender a habilidade que Estados fracos têm de impedir as operações de corporações internacionais poderosas, bem como a atenção que as últimas prestam aos anseios dos primeiros”. (Waltz, 1979, p. 94-95)

Também aqui a analogia microeconômica encontra espaço no argumento de Waltz. Apesar da pluralidade de atores presentes em qualquer mercado de qualquer economia, a estrutura de um mercado é dada pelas firmas que operam em seu interior. Na presença de muitas firmas de porte similar, diz-se que existe um mercado de concorrência perfeita; quando poucas firmas dominam o mercado, diz-se que existe um oligopólio; e quando apenas uma empresa domina o mercado, diz-se estar diante de um monopólio. Assim como o caráter da estrutura de mercado, a partir da quantidade e do

peso das firmas, vai determinar as principais variáveis econômicas naquele setor – como a quantidade produzida e o preço final -, e assim como os demais atores econômicos terão de conviver com essas variáveis e adaptar-se a elas, para Waltz são os Estados que determinam as principais resultantes internacionais, devendo os demais atores (não-estatais) se adaptar a elas ou se satisfazer com uma existência inconsequente.

Sendo, portanto, os Estados as unidades básicas do sistema internacional, e diante da enorme diversidade de Estados em toda sorte de setores – riqueza, estabilidade política, dependência externa etc. -, como falar, retornando ao segundo elemento estrutural, que Estados são unidades semelhantes? Para Waltz, a semelhança funcional dos Estados está ligada à noção de soberania, que não deve ser confundida com independência ou liberdade total. Soberania, segue o argumento, diz respeito à capacidade do Estado de decidir, por si só, como enfrentará, para bem ou para mal, os seus problemas internos e externos. (Waltz, 1979, p. 95) Não importa, por exemplo, que um Estado decida atrelar completamente sua economia à economia de outro Estado, ou que decida se insular completamente de qualquer impacto econômico externo (se é que isso é possível). O que importa é que o Estado decidiu por si só como deveria proceder, sem que um agente externo tenha decidido por ele³³. E mais uma vez, dizer que Estados são funcionalmente semelhantes e desempenham tarefas semelhantes não é o mesmo que dizer que todos os Estados têm as mesmas habilidades ou capacidades para desempenhar essas tarefas, daí a relevância de se considerar o terceiro elemento de uma estrutura política.

³³ Naturalmente, há casos de Estados que decidem por outros e impõem suas decisões sobre eles, como ocorre num país ocupado militarmente após sofrer uma derrota na guerra. O ponto é que não se trata de questionar, diante dessa possibilidade, a plausibilidade da suposição feita por Waltz de que Estados são funcionalmente semelhantes. Trata-se de reconhecer que, nesses casos, os Estados em questão deixaram de ser soberanos e não podem mais ser considerados como unidades políticas independentes do sistema internacional.

A distribuição de capacidades no interior do sistema internacional informa quão bem os diferentes Estados podem desempenhar suas tarefas semelhantes. Quando fala das principais capacidades que um Estado pode deter, Waltz se refere ao tamanho de seu território e de sua população, aos recursos naturais à sua disposição, à sua força militar e capacidade econômica, à sua estabilidade política interna e à sua competência. (Waltz, 1979, p. 131) Assim, as variáveis destacadas por Waltz tornam mais tangíveis e sistematizáveis os atributos de poder de um Estado, comparativamente ao que havia sido proposto por Morgenthau. Em linhas gerais, Morgenthau definia poder como uma relação psicológica, em que o que está em jogo é a maior capacidade por parte de um ator de controlar a mente e o comportamento de outro. (Morgenthau, 1993)

Quando se trata de um sistema de Estados, então, para Waltz, o terceiro elemento estrutural informa o número de grandes potências (ou *pólos*), sendo estas os Estados que detêm quantidades consideráveis de *todas*³⁴ as principais capacidades mencionadas no parágrafo anterior. Desta forma, uma vez reconhecida a semelhança funcional dos Estados, e enquanto o princípio ordenador da estrutura política internacional permanecer sendo a anarquia³⁵, a única alteração estrutural que um sistema internacional pode sofrer é a mudança do número de grandes potências no seu interior.

Uma última ponderação a respeito do terceiro elemento definidor de uma estrutura política é necessária. Enquanto a variação do número de grandes potências deve ser considerada uma mudança estrutural, e, portanto, *do* sistema, a junção dos recursos de duas ou mais potências para um expediente temporário, como no caso de

³⁴ Para o propósito de elaborar um Programa de Pesquisa Científico a partir da obra original de Waltz não é importante que este autor, prevendo alguns possíveis desdobramentos da política internacional pós-Guerra Fria, tenha relaxado esse requisito, com prejuízo para sua abordagem, ao tratar do futuro de alguns países como o Japão. Ver Waltz (1993).

³⁵ Isso porque uma transformação que passasse o sistema internacional de anárquico para hierárquico seria também uma mudança estrutural, e bastante consequente.

uma aliança militar para travar a guerra, não é uma mudança estrutural e se trata, tão-somente, de uma alteração *no* sistema. Waltz sugere uma analogia política doméstica para explicar por que isso se dá: “um sistema multipartidário muda se, digamos, oito partidos se tornam dois, mas não se dois grupos a partir dos oito se formarem meramente para a ocasião de disputar uma eleição”. (Waltz, 1979, p. 98) Além disso, como ficará claro adiante, esse tipo de alteração *no* sistema ou intrassistêmica, como a política de alianças dos Estados em determinado contexto histórico, é exatamente uma das coisas que se espera que uma teoria estrutural explique, a partir de uma dada ordem internacional. Tornar estrutural um evento assim seria inverter as variáveis dependente e independente, com claro prejuízo para o campo de pesquisa.

2.3 – Os Efeitos da Anarquia

Teorias estruturais devem ser capazes de determinar quais tipos de incentivos e constrangimentos são colocados aos agentes pela estrutura. Na teoria sistêmica de política internacional proposta por Waltz, esses incentivos e constrangimentos começam pelo princípio de ordenação, ou seja, pela anarquia. Para Waltz, a característica essencial de um sistema anárquico é a auto-ajuda (*self-help*) por parte das unidades. Em outras palavras, na ausência de uma agência superior capaz de prover serviços básicos para a vida social, como segurança, direito de propriedade, cumprimento de acordos etc., os Estados só podem contar, em última análise, consigo mesmos e com os recursos a que eles próprios podem ter acesso para garantir sua vontade e seus interesses. Segundo o argumento de Waltz, a tônica da auto-ajuda atinge o seu ápice quando se trata da possibilidade de aplicação da força de um Estado sobre outro. Não que o uso da força ou o medo gerado pelo seu potencial sejam exclusividade do ambiente anárquico

da política internacional, como alguns parecem erroneamente concluir. Conforme lembra Waltz, “se a ausência de governo está associada à ameaça de violência, também está a sua presença. Uma lista qualquer de tragédias nacionais ilustra muito bem a questão”. (Waltz, 1979, p. 103) O que diferencia a política doméstica da internacional, ou a política de um ambiente hierárquico da política de um ambiente anárquico, não reside no potencial de uso da força, mas no que se pode fazer diante desse potencial:

Um governo, que governe por algum padrão de legitimidade, arroga-se o direito de usar a força – isto é, de aplicar uma variedade de sanções para controlar o uso da força pelos seus súditos. Se alguns se utilizarem privadamente da força, outros podem apelar ao governo. Um governo não tem o monopólio de uso da força, como é bastante evidente. Um governo efetivo, entretanto, tem o monopólio do uso *legítimo* da força, significando que os agentes públicos estão organizados para evitar e enfrentar o uso privado da força. Cidadãos não precisam se preparar para se defender. Agências públicas fazem isso por eles. Um sistema nacional não é de auto-ajuda. O sistema internacional é. (Waltz, 1979, p. 103-104; *itálico no original*)

Naturalmente, não se pôde deixar de notar, desde o primeiro momento em que Waltz sistematizou sua teoria, a analogia existente entre a situação da política internacional, da maneira elaborada por Waltz, e o famigerado estado de natureza hobbesiano. Quanto mais a partir de declarações como esta: “entre Estados, o estado de natureza é um estado de guerra”. (Waltz, 1979, p. 102) Para Waltz, assim como para Hobbes, referindo-se a uma sociedade de homens sem governo, isso não implica uma condição permanente de luta, mas antes sua *possibilidade*³⁶ permanente. Isso significa que, mesmo não estando presentemente em conflito (quer sejam os Estados, quer sejam homens vivendo em anarquia), deve-se estar constantemente preparado para o pior. E esse estado de vigilância e preparação permanentes coloca sérias limitações à condução das demais atividades da vida social, o que geraria uma existência, para usar as

³⁶ Tornou-se comum discutir se o realismo estrutural waltziano deve derivar suas hipóteses da *possibilidade* ou da *probabilidade* de uso da força na política internacional. Ver, por exemplo, Glaser (1994), Brooks (1997), Taliaferro (2000) e Tang, (2008).

conhecidas palavras de Hobbes, “solitária, pobre, sórdida, bruta e curta”. (Hobbes, 1974)

Conforme argumenta Deudney, o que diferencia um estado de natureza entre homens e um estado de natureza entre Estados é o grau de *interdependência de violência*, definida como uma situação em que “dois atores podem infligir danos um ao outro, e o nível de violência que eles podem utilizar um contra o outro varia de maneiras que importam profundamente”. (Deudney, 2011, p. 22) O que Deudney quer dizer é que, enquanto um sistema anárquico de indivíduos apresenta uma interdependência de violência altamente elevada – a morte súbita de um homem nas mãos de outro é uma possibilidade concreta –, o sistema anárquico de Estados territoriais tem historicamente apresentado uma interdependência de violência relativamente baixa. Estados não deixam de existir subitamente e o uso da força entre unidade políticas territoriais é inerentemente mais lento, espaçado, subordinado a considerações políticas e seus resultados raramente são finais³⁷. Como lembra Waltz, a taxa de mortalidade entre Estados é impressionantemente baixa (Waltz, 1979, p. 95) Tudo isso tem implicações importantes para a discussão hobbesiana acerca do estado de natureza. Enquanto a única solução para uma sociedade anárquica de indivíduos parecia se encontrar na transformação de seu princípio de ordenação – Leviatã –, o sistema anárquico da política internacional é capaz de criar uma ordem própria e de subsistir na ausência de governo. É claro, levar essa discussão ao limite implica reconhecer que o aumento dramático da interdependência de violência entre Estados nos últimos 60 anos, por conta do desenvolvimento da tecnologia bélica termonuclear, aproximaria o estado de natureza internacional do estado de natureza hobbesiano original, pelo menos entre Estados nuclearmente armados. Este é justamente o ponto de chegada de Deudney, que se

³⁷ Todas essas considerações podem ser derivadas da teoria da guerra de Clausewitz (1993).

pergunta sobre a sustentabilidade de um sistema anárquico de Estados diante do grau de interdependência de violência na era nuclear. Contudo, sem aprofundar a questão, histórica e teoricamente – diante dos expressivos avanços nas teorias de dissuasão racional – não é difícil incorporar o poder destrutivo dos armamentos nucleares às dinâmicas tradicionais da política internacional³⁸.

Além de permitir a criação e sustentação de uma ordem própria, a anarquia internacional apresenta, para Waltz, algumas virtudes. Primeiramente, custos organizacionais inerentes a sistemas hierárquicos são evitados, e, em se tratando de uma organização que teria escopo global, os custos seriam gigantescos. Mais importante ainda, um efetivo governo supranacional teria de ser absolutamente poderoso, capaz de enfrentar desafios de qualquer Estado individual ou combinações de Estados. Assim, segundo Waltz, o controle de uma organização como essa, com poderes quase ilimitados sobre o destino de todo o planeta, seria um natural – e principal – objeto de disputa entre os Estados. E diante do que estaria em jogo, é de se esperar que essa disputa seria a mais acirrada possível. Com base nisso, Waltz conclui: “a perspectiva de um governo mundial seria um convite para se preparar para a guerra civil mundial”. (Waltz, 1979, p. 112)

Os efeitos da anarquia na teoria de Waltz, entretanto, só fazem sentido diante de uma suposição *teórica* que o autor faz explicitamente: “eu suponho que os Estados buscam garantir sua sobrevivência”. (Waltz, 1979, p. 91) Nesse contexto, sobrevivência diz respeito à manutenção da autonomia do Estado como unidade política independente. Na prática, Waltz reconhece que os interesses e objetivos dos Estados são os mais variados, “abrangendo desde a ambição de conquistar o mundo até o mero desejo de

³⁸ Um bom ponto de partida continua sendo Brodie (1946) e Schelling (1966). Os esforços pessoais de Waltz neste sentido estão sumarizados em Sagan e Waltz (2003). Apesar de não elaborar nestes termos, a discussão de Waltz indica que a proliferação nuclear tende a não alterar significativamente a sustentabilidade de um sistema anárquico de Estados.

serem deixados em paz”. (Waltz, *ibid*) Porém, Waltz argumenta que garantir a sobrevivência do Estado é um objetivo que antecede natural e logicamente todos os outros. Afinal, se não sobreviver, o Estado não terá nem a chance de perseguir outros objetivos. Deste modo, Waltz reconhecidamente se distancia do realismo clássico na teoria das relações internacionais, mais representativamente elaborado por Morgenthau, para quem os Estados maximizam poder. Para Waltz, a lógica de Morgenthau confundia meios e fins. O poder pode ser perseguido e disputado pelos Estados, não como um valor em si mesmo, mas antes como um meio para um fim: garantir a sobrevivência do Estado. Assim, Waltz parte do suposto de que Estados maximizam segurança, não poder.

A partir da lógica desenvolvida por Waltz, um efeito adicional da anarquia como princípio de ordenação do sistema internacional é o desincentivo à cooperação e à integração das atividades desenvolvidas pelos Estados. Segundo o argumento, um sistema organizado hierarquicamente permite a especialização por parte dos atores, e isso gera eficiência e ganho coletivo. A divisão social do trabalho, bastante saliente nas sociedades domésticas, é, de acordo com Waltz, relativamente subdesenvolvida e menos expressiva no âmbito internacional. Isso se dá porque num ambiente de auto-ajuda os atores são incentivados a dar conta, eles próprios, do maior número possível das atividades que lhes são caras. Depender dos outros em matérias importantes significa, na ausência de um governo que imponha o cumprimento de acordos e obrigações, o risco de se ver desamparado num momento de necessidade. Para usar a conhecida expressão utilizada por Waltz, enquanto o imperativo doméstico é “especialize-se”, o imperativo internacional é “tome conta de si próprio”. (Waltz, 1979, p. 107)

Além de desincentivar que um Estado se coloque voluntariamente numa posição de vulnerabilidade diante de outro Estado, a tônica da auto-ajuda apresenta, segundo

Waltz, um segundo constrangimento à cooperação internacional. Na medida em que os Estados sejam maximizadores de suas garantias de sobrevivência, eles devem observar a sua posição relativa no sistema internacional, em termos de suas capacidades. Afinal, o grau de proteção de que determinado Estado goza é função direta da capacidade dos demais de lhe fazer mal. Assim, para aferir quão seguro ele está, um Estado não observa suas capacidades isoladamente, mas as avalia em comparação com as capacidades dos demais. Para utilizar os termos propostos por Grieco, os Estados assumem uma natureza posicional, e não atomista³⁹. Com base nesse raciocínio, Waltz afirma que, “diante da possibilidade de cooperação para ganhos mútuos, Estados que se sintam inseguros devem perguntar como os ganhos serão divididos”. (Waltz, 1979, p. 105) Isso porque, caso um Estado ganhe mais do que seu parceiro num empreendimento cooperativo, o Estado beneficiado “pode usar seus ganhos desproporcionais para implementar uma política voltada para prejudicar ou destruir o outro”. (Waltz, *ibid.*) Como raramente os acordos cooperativos apresentam ganhos perfeitamente simétricos entre as partes, isso tende a ser, segundo o argumento, um importante inibidor da cooperação internacional⁴⁰.

Todo o raciocínio desenvolvido até aqui conduz logicamente à principal injunção da teoria sistêmica de política internacional proposta por Waltz: Estados equilibram poder. Em outras palavras, Waltz desenvolve dedutivamente a *rationale* de uma teoria da balança de poder. Em um dos trechos mais citados de sua obra, Waltz

³⁹ Para Grieco, a natureza posicional dos Estados faz com que sua *utilidade* — base microeconômica que mede grau de satisfação — seja medida a partir da seguinte fórmula: $U = V - k(W - V)$, sendo U = utilidade; V = ganhos absolutos auferidos; k = coeficiente que retrata a sensibilidade com ganhos relativos, sempre maior que 0; W = ganhos absolutos do parceiro cooperativo. Assim, haveria sempre uma parcela decrescida dos ganhos absolutos dos Estados em seu cálculo de utilidade quando parceiros obtêm ganhos superiores, proporcional à sensibilidade com ganhos relativos apresentada em cada situação específica (k). Ver Grieco (1998). Um problema da proposta de Grieco é que, ao afirmar que k é sempre maior do que 0, o autor desconsidera situações em que a própria lógica da auto-ajuda impõe valor nulo ou negativo a k , como no caso da cooperação com um aliado mais fraco diante de uma ameaça comum.

⁴⁰ O argumento institucional desenvolvido para contestar essa expectativa específica do realismo estrutural pode ser encontrado em Keohane (1984) e Martin (1992). O debate que se seguiu em torno dos ganhos relativos vs. ganhos absolutos é sumarizado em Baldwin (Ed.) (1993).

afirma que “se existe uma teoria política distintiva da política internacional, ela é a teoria da balança de poder”. (Waltz, 1979, p. 117) A teoria, segundo Waltz, parte do pressuposto de que os Estados são “atores unitários⁴¹ que, no mínimo, buscam sua própria preservação e, no máximo, lançam-se à dominação universal”. A essa suposição acrescenta-se uma condição de operacionalidade: “que dois ou mais Estados coexistam num sistema de auto-ajuda”. (Waltz, *ibid.*) Estão lançados os ingredientes para entender o que, para Waltz, constitui uma das regularidades mais notáveis e significativas da política internacional: a recorrente formação de balanças de poder.

O comportamento oposto ao balanceamento, amplamente chamado de adesão (*bandwagon*), corresponde ao alinhamento com o lado mais forte com vistas a obter lucros e ganhos. De acordo com a lógica do realismo estrutural, a adesão é um comportamento desincentivado pela estrutura do sistema internacional, na medida em que tende a trazer ganhos maiores para o lado mais forte e a aumentar sua margem de superioridade. Apesar de eventualmente melhorar a posição absoluta do Estado mais fraco, a adesão, portanto, piora sua posição relativa, tornando-o mais vulnerável e menos seguro. Para Waltz, esta seria uma escolha imprudente num sistema de auto-ajuda: “na anarquia, a segurança é o maior fim. Somente com sua segurança garantida podem os Estado perseguir outros objetivos como tranquilidade, lucro e poder”. (Waltz, 1979, p. 126)

Seguindo o argumento de Waltz, existem apenas dois meios à disposição dos Estados para balancear poder. Em primeiro lugar, os Estados podem se fortalecer internamente - armando-se, melhorando sua economia, enrijecendo seu caráter nacional

⁴¹ Uma qualificação se faz absolutamente essencial, diante de décadas de equívocos e de críticas infundadas. O pressuposto de que os Estados são unitários não é nada além disso, um *pressuposto teórico*. Não há implicação alguma a respeito da natureza da formação dos interesses e dos processos de tomada de decisão no âmbito doméstico dos Estados. Considerar que os Estados formam um todo coerente, sem problematizar seus processos internos, é simplesmente uma necessidade da elaboração de uma teoria sistêmica. Trata-se de mais uma das abstrações da realidade impostas pela atividade de teorização.

e a coesão de seu povo, etc. A esses procedimentos Waltz dá o nome de *esforços internos de balanceamento*. Em segundo lugar, os Estados podem se aliar a outros Estados que também estejam com sua posição na balança de poder ameaçada, ou ainda trabalhar para o enfraquecimento de uma aliança opositora. A esses procedimentos Waltz dá o nome de *esforços externos de balanceamento*. (Waltz, 1979, p. 118)

Fica agora mais evidente o porquê do rompimento do realismo estrutural com o pressuposto de que Estados maximizam poder. Sendo maximizadores de suas condições de sobrevivência, os Estados, para Waltz, não deixam de notar que um acúmulo exagerado de poder pode ser deletério para sua segurança, na medida em que convida os outros Estados do sistema a se fortalecerem internamente e/ou a se unirem para preservar o equilíbrio de poder. Em reflexão posterior, ao comparar sua teoria ao realismo clássico, Waltz afirma o seguinte:

Em contraste [com o realismo clássico], o neo-realismo vê o poder como algo potencialmente útil, com riscos associados à posse de muito ou de pouco poder. Fraqueza excessiva pode convidar um adversário a atacar, o qual seria dissuadido por uma força superior. Força excessiva pode instar os outros Estados a aumentar suas armas e a combinar seus esforços contra o Estado dominante. Porque é um meio potencialmente útil, estadistas sensíveis tentam adquirir uma quantidade apropriada de poder. (Waltz, 1988, p. 616)

Outro elemento importante da discussão waltziana é que a formação de balanças de poder aparece como uma resultante natural do processo político no anárquico sistema internacional, e não como o produto da vontade de um ou mais Estados. Com efeito, conforme argumenta Waltz, qualquer intencionalidade pode ser tirada da equação: “a política de balança de poder prevalece onde quer que duas, e apenas duas, condições se verifiquem: que a ordem seja anárquica e povoada por unidades que desejem sobreviver”. (Waltz, 1979, 121) Ao contrário de importantes abordagens anteriores, como de Morgenthau (1993) e de Bull (1977), a balança de poder não é, no realismo estrutural, uma política (*policy*) selecionada e aplicada, mas sim um resultado

espontâneo de determinadas condições políticas (*politics*). De fato, a partir da lógica de Waltz é possível conceber a formação de balanças de poder mesmo que *todos* os Estados envolvidos sejam individualmente contrários à ideia. Isso aproxima o realismo estrutural do momento alto popperiano nas ciências sociais: a capacidade de explicar resultados não-intencionados de ações individualmente intencionadas.

Neste ponto do argumento uma aparente inconsistência lógica pode ser aventada. Se os Estados querem apenas sobreviver como unidades políticas independentes no sistema internacional, por que a anarquia deve gerar competição, desconfiança e medo a ponto de colocar os Estados num estado de natureza descrito como um estado de guerra? Para entender por que essa é uma expectativa logicamente derivada dos pressupostos da teoria é preciso que se compreenda a realidade ontológica do dilema da segurança.

2.4 – O Dilema da Segurança

O vínculo entre a anarquia e os efeitos esperados pelo realismo estrutural não é automático, como vários críticos apontaram desde a elaboração da teoria de Waltz (Wendt, 1992; Milner, 1993) O elo entre o princípio de ordenação e as resultantes sistêmicas só pode ser feito mediante a consideração de uma realidade ontológica com que, de acordo com o seu principal elaborador moderno, “as sociedades humanas tiveram de lidar desde o despertar da história”. (Herz, 1950, p. 157) Numa das mais eloquentes caracterizações do fenômeno, Herz define da seguinte forma o dilema da segurança:

Onde quer que tal sociedade anárquica tenha existido — e ela existiu em algum nível na maioria dos períodos da história conhecida — surgiu o que pode ser chamado de ‘dilema da segurança’ de homens, grupos ou seus líderes. Grupos ou indivíduos vivendo em tal constelação devem estar, e

geralmente estão, preocupados com sua segurança quanto a ser atacado, subjugado, dominado ou aniquilado por outros grupos ou indivíduos. Esforçando-se por obter segurança quanto a tais ataques, eles são movidos a adquirir mais e mais poder de modo a escapar ao impacto do poder alheio. Isto, por sua vez, torna os demais mais inseguros e os obriga a prepararem-se para o pior. Como ninguém pode jamais sentir-se inteiramente seguro em tal mundo de unidades em competição, segue-se uma competição por poder, e o círculo vicioso de acumulação de segurança e de poder está instalado (Diniz, 2002, p. 13 *apud* Herz, 1950, p. 157)

O dilema da segurança retrata, portanto, a trágica situação em que grupos políticos preocupados com sua própria sobrevivência buscam constantemente adquirir meios para garanti-la, incrementando suas capacidades; isso, no entanto, aumenta a insegurança dos demais, temerosos de que os incrementos adicionais dos outros sejam utilizados ofensivamente, e tratam de aumentar suas próprias capacidades para fazer frente à ameaça potencial. Instaura-se um círculo vicioso, um espiral de incerteza, que acaba por aumentar a insegurança e desconfiança gerais. Na base lógica do dilema da segurança reside uma realidade tática e estratégica relacionada à ambiguidade dos meios de força⁴², ou seja, ao fato de que as mesmas capacidades militares podem ser usadas tanto para ações ofensivas quanto para fins defensivos. O dilema da segurança fornece, com efeito, a *rationale* do realismo estrutural e reflete os dois processos pelos quais, para Waltz, a estrutura do sistema internacional exerce indiretamente os seus efeitos: *competição e socialização*. (Waltz, 1979, 127)

Para Herz, a origem do dilema da segurança é eminentemente estrutural e nada tem a ver com uma suposta natureza humana: “se o homem é naturalmente pacífico e cooperativo, ou dominador e agressivo, não é a questão”. (Herz, 1950, p. 157) Assim, apenas as duas condições supostas por Waltz – um sistema anárquico com unidades políticas que desejem sobreviver - satisfazem as condições de operacionalidade do

⁴² Nos termos da teoria da guerra de Clausewitz, tática se refere ao emprego dos meios de força no combate, ao passo que a estratégia informa o uso combinado dos combates para a consecução do objetivo político da guerra. (Clausewitz, 1993). Para compreender por que a ambiguidade dos meios de força deve ser apreendida a partir de ambas as dimensões (tática e estratégia), ver Diniz (2002).

dilema da segurança, da forma elaborada por Herz. Ainda segundo Herz, o dilema da segurança é a causa sumarizada do histórico de fracassos dos grandes movimentos sociais e políticos modernos de caráter idealista e transformador (Herz, 1950, p. 159-180)

Contemporaneamente a Herz, Butterfield trazia outra contribuição fundacional ao estudo do dilema da segurança. Este autor atribuía o fenômeno ao que chamou de “medo hobbesiano” e de “pecado universal da humanidade”. Contudo, ao retratar o dilema da segurança, Butterfield nega o princípio causal identificado e sugere que se trata de uma resultante não-intencionada de origem estrutural:

“A maior guerra da história pode ser produzida sem a intervenção de qualquer grande criminoso que deseje deliberadamente fazer mal ao mundo. Ela poderia ser produzida entre duas potências, ambas desesperadamente ansiosas para evitar qualquer tipo de conflito”. (Butterfield, 1951, p. 19-20)

Inconsistências à parte, Butterfield é o autor que discute de maneira mais clara uma variável que parece ser central para a discussão do dilema da segurança: a existência ou não de más intenções; ou, colocado de outra forma, se o conflito é real ou ilusório. A ideia é que a competição e, no limite, a guerra, só são frutos de um verdadeiro dilema da segurança se nenhum dos lados envolvidos *originalmente* tencionava causar danos aos demais, mas o embate não pôde ser evitado em função do círculo vicioso imposto pelo dilema da segurança. Este ponto é enfatizado também por Schweller:

Quando o objetivo de um ou mais Estados é algo além da segurança mútua, o conflito não é aparente, mas real; e por ser real, a consequente insegurança não pode ser atribuída ao dilema da segurança. Os Estados adquirem mais armas não porque interpretam errado os esforços de segurança de outros Estados benignos, mas porque Estados agressivos de fato desejam lhe fazer mal. (Schweller, 1996, p. 104)

Assim, Jervis (2001), ao discutir a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética nos termos do dilema da segurança, chega a conclusões ambíguas. Enquanto, para o autor, parte da competição entre as potências se dava em função de consequências não-intencionadas e desnecessárias da estrutura de força e da postura da potência rival, essa competição se dava num contexto político em que o status quo internacional era visto como inaceitável, particularmente pela União Soviética. Jervis chama este tipo de situação de “dilema da segurança profundo” (Jervis, 2001, p. 41), apesar de que, na acepção de Butterfield e de Schweller, nestes termos não se poderia caracterizar um verdadeiro dilema da segurança.

O caráter estrutural do dilema da segurança também fica claro no estudo de Posen acerca de conflitos étnicos, que muitos consideram um importante progresso nesta área de pesquisa. Para Posen, o conflito entre grupos étnicos distintos que habitam um mesmo território tem origem no dilema da segurança gerado por uma situação de “anarquia emergente”. (Posen, 1993, p. 27) Em outras palavras, novas condições de conflito têm lugar a partir do colapso de autoridades centrais em Estados falidos, o que implica uma alteração progressiva de sua estrutura política doméstica à medida que a anarquia substitui a hierarquia como princípio de ordenação.

Um terceiro trabalho muito influente e fundacional de grande parte dos debates sobre o tema foi elaborado por Jervis em 1978. Nele, Jervis se preocupa menos com a caracterização do dilema da segurança do que com a possibilidade de sua mitigação. Para Jervis, o dilema da segurança também tem origem estrutural: “central ao argumento sobre o dilema da segurança é que o aumento da segurança de um Estado pode tornar os outros menos seguros não por percepção errada ou hostilidade imaginada, mas por conta do contexto anárquico das relações internacionais”. (Jervis, 1978, p. 76) Para o autor, entretanto, a intensidade do dilema da segurança não é

universal e varia em função de fatores geográficos e tecnológicos, na medida em que eles alterem um suposto balanço entre o ataque e a defesa. Em linhas gerais, se num determinado contexto material o lado que defende possui vantagens sobre o lado que ataca, o dilema da segurança perde parte de sua importância como constrangimento à ação dos Estados; porém, se o ataque apresentar vantagens sobre a defesa, segue o argumento, o dilema da segurança assumiria grande intensidade e a competição seria máxima. (Jervis, 1978, p. 186-214)⁴³

Uma síntese das formulações de Butterfield, Herz e Jervis acerca do dilema da segurança é proposta por Tang, e, por essa razão, é denominada “formulação BHJ”. (Tang, 2010, p. 39) Segundo o autor, a formulação BHJ apresenta oito aspectos que, somados, retratariam por completo o dilema da segurança e suas implicações. São eles:

- 1) A origem do dilema da segurança é a natureza anárquica da política internacional;
- 2) Sob anarquia os Estados nunca podem estar certos quanto às intenções presentes e futuras dos demais, o que gera um temor compartilhado;
- 3) O dilema da segurança tem origem não-intencional (os Estados envolvidos querem apenas segurança, e não intencionalmente ameaçar os outros);
- 4) Diante do medo e da incerteza, os Estados acumulam capacidades para se defender, as quais inerentemente apresentam atributos ofensivos;
- 5) As dinâmicas do dilema da segurança se reforçam e frequentemente geram espirais negativas e não-intencionais, tais como corridas armamentistas;

⁴³ A discussão de Jervis também previa a possibilidade de controle consciente da intensidade do dilema da segurança. Por exemplo, diante da eventual capacidade de distinção entre armamentos ofensivos e defensivos – ou que são potencializados pelo ataque ou pela defesa –, acordos de controle de armamento poderiam proibir os primeiros e incentivar a aquisição dos segundos.

- 6) As dinâmicas do dilema da segurança tornam contraproduativas algumas medidas de segurança – como o acúmulo excessivo de capacidade militar;
- 7) O círculo vicioso do dilema da segurança pode trazer resultados trágicos, como guerras que seriam, em princípio, evitáveis;
- 8) A intensidade do dilema da segurança é regulada por fatores materiais e psicológicos.

(Tang, 2010, p. 39-40)

Ao tempo em que oferece um ponto de partida útil para a discussão do dilema da segurança, a síntese proposta por Tang precisa ser problematizada. Em primeiro lugar, considerar a incerteza quanto às intenções dos demais e o temor derivado dela como uma característica própria da anarquia, da forma descrita pelo segundo elemento da síntese, é um equívoco. Assim como o uso da força não é suficiente para distinguir os sistemas políticos doméstico e internacional, conforme alerta Waltz, a presença de incerteza e medo também não o é. A incerteza quanto às intenções dos outros é uma condição humana que só pode ser anulada por completo, no limite, com o desenvolvimento de dispositivos que permitam a leitura das mentes alheias⁴⁴. Um indivíduo que viva numa sociedade hierárquica não tem melhores condições de saber as intenções *reais* de seu vizinho do que um Estado tem de apurar a intenção dos demais Estados no sistema internacional. Como no caso do uso da força, o que importa são as diferentes implicações da incerteza e do medo nos ambientes doméstico e internacional.

⁴⁴ A teoria dos jogos discute como atores em interação estratégica podem sinalizar suas intenções aos demais mediante a absorção de custos que seriam muito altos na presença de comportamentos distintos do anunciado. Ver, por exemplo, Dixit e Skeath (1999, p. 263-295). Entretanto, apesar de ser possível diminuir as incertezas por meio desta forma de *sinalização*, elas nunca vão ser eliminadas por completo. Além disso, em contextos estritamente competitivos a sinalização não é uma alternativa.

A perspectiva de uma sanção certa⁴⁵ contra comportamentos temidos, própria de um ambiente hierárquico em adequado funcionamento, permite aos indivíduos viver confortavelmente diante das incertezas. Já no ambiente anárquico da política internacional, a ausência dessa perspectiva produz um desconforto permanente diante das incertezas, particularmente em contextos temerosos, desconforto este que só pode ser diminuído mediante as formas de auto-ajuda – entre as quais se destacam a formação de alianças e o fortalecimento militar, ambos elementos que reforçam o dilema da segurança. E, da mesma maneira, o medo, apesar de presente em configurações hierárquicas e anárquicas, tem consequências distintas nos dois ambientes sobre o comportamento das unidades.

Em segundo lugar, a exigência de que as intenções originais devam revelar cálculos estritamente de segurança, e não de agressividade, pode ser analiticamente inviável. Como lembra Jervis, “não podemos contrastar universalmente expansionismo com busca por segurança. O primeiro pode, de fato, ser perseguido como um caminho para a segunda”. (Jervis, 2001, p. 40) Isso quer dizer que a linha que separa comportamentos agressivos ou revisionistas de comportamentos motivados por segurança pode ser mais tênue do que Tang – e Butterfield – gostariam⁴⁶.

O oitavo elemento da formulação BHJ também demanda algumas considerações. Quando se fala de fatores psicológicos na discussão do dilema da segurança, normalmente está-se referindo a duas coisas: à existência de um balanço ataque-defesa percebido ou imaginado pelos líderes dos Estados num determinado momento histórico (Van Evera, 1998; Christensen e Snyder, 1990) ou à crença de que conflitos de interesse

⁴⁵ A certeza da sanção não é realmente necessária, basta que haja uma probabilidade alta o suficiente para que o risco de prejuízo ao perpetrador seja maior do que o benefício esperado da ação transgressora. Por outro lado, uma agência punitiva muito ineficiente – com probabilidade de sanção nula ou muito baixa -, pode transformar um ambiente formalmente hierárquico num ambiente anárquico de fato.

⁴⁶ É claro, esta é a base do argumento de Mearsheimer (1990; 1994 e 2001), o qual não cabe agora desenvolver.

sejam irreconciliáveis quando, na realidade, são conciliáveis (Tang, 2010, p. 43-47; Schweller, 1996). No primeiro caso, para além dos problemas tradicionais de identificação e manipulação de variáveis perceptivas, para que se tenha uma dimensão real de seu peso e relevância é necessário o desenvolvimento de uma teoria complementar que explique (i) o que determina a criação de percepções e (ii) em quais circunstâncias elas exercem alguma influência. Caso contrário, a inclusão dessas variáveis seria teoricamente vazia. No segundo caso, quando dois ou mais Estados não possuem intenções genuinamente agressivas, mas não obstante compitam entre si por efeito do dilema da segurança, acredita-se que a disputa entre eles é fruto de um conflito ilusório – e, portanto, de ordem psicológica - de interesses. Para Schweller (1996, p. 117-119), por exemplo, o realismo estrutural de Waltz não pode partir do argumento estrutural para explicar o dilema da segurança, devendo recorrer a erros de percepção ou a medos infundados.

Aqui existe um problema de aceção. Considera-se como único conflito real de interesses possível a presença de propósitos políticos positivos, de um lado, e negativos, de outro. Em outros termos, interesses realmente irreconciliáveis existiriam apenas entre um Estado revisionista e um conservador. Contudo, é possível conceber uma importante fonte de conflito *real* de interesses entre Estados conservadores: a margem de segurança com que cada um se sentiria confortável. Na medida em que margem de segurança seja uma noção relacional, que depende não da avaliação absoluta das capacidades de um Estado, mas de sua posição relativa na distribuição sistêmica de recursos, é concebível que Estados conservadores conflitam sobre o quão seguros eles se sentem diante de uma dada distribuição, e esse seria um conflito de interesses real, não ilusório. Poder-se-ia dizer inclusive que este tipo de conflito de interesses, além de real, é a condição de possibilidade para a ocorrência de um efetivo *dilema* da segurança de ordem estrutural.

Por fim, o oitavo elemento da formulação menciona ainda reguladores materiais da intensidade do dilema da segurança. Consideramos que esta seja uma variável importante e condizente com a lógica do realismo estrutural, porém não pela incorrigível via dos teóricos do balanço ataque-defesa⁴⁷. A própria discussão de Waltz acerca do impacto dos armamentos nucleares sobre a política internacional pode ser interpretada em termos do entendimento de como uma variável do nível das unidades (tecnologia) afeta um efeito estrutural importante (dilema da segurança)⁴⁸. (Waltz e Sagan, 2003) Contudo, o principal fator material que o realismo estrutural traz à mesa para a apreensão do dilema da segurança é a distribuição de capacidades no interior do sistema internacional, o que conduz à consideração das resultantes estruturais em sistemas internacionais distintos.

2.5 – Polaridade e Efeitos Estruturais

Como aludido, na ausência de alteração no princípio de ordenação do sistema internacional, sua estrutura varia unicamente em função do número de grandes potências – ou, em outras palavras, em termos de sua polaridade. Segundo Waltz, “contar as grandes potências de uma era é quase tão difícil, ou tão fácil, quanto dizer o número de grandes empresas existentes num setor econômico oligopolista”. (Waltz, 1979, p. 131) Assim, saber quais são as grandes potências de um dado sistema internacional seria uma matéria empírica e, em princípio, pouco problemática. O

⁴⁷ Veja-se a poderosa crítica de Diniz (2002).

⁴⁸ Curiosamente, Waltz não percebe como a proliferação nuclear pode ser acoplada ao argumento estrutural, mediante seu efeito sobre a *distribuição de capacidades no interior do sistema*. Assim, a nuclearização por parte de um Estado pode – e deve - ser tratada não (somente) como uma transformação unitária, mas também estrutural, em que pese a nova posição relativa que o Estado em questão passa a ocupar no sistema internacional.

trabalho do teórico é o de derivar expectativas distintas para estruturas internacionais com distintas polaridades.

Waltz admite dois tipos de estruturas políticas internacionais em função de sua polaridade: *bipolar*, dominada por duas grandes potências, e *multipolar*, dominada por três ou mais grandes potências. Já 15 anos antes da publicação de sua principal obra teórica, Waltz desenvolvia o argumento de que *sistemas bipolares são inerentemente mais estáveis do que sistemas multipolares*. Aqui, Waltz abria mais um flanco de oposição à abordagem clássica de Morgenthau, para quem sistemas multipolares eram inerentemente mais estáveis do que sistemas bipolares⁴⁹. Naquele momento, Waltz definia estabilidade em termos da durabilidade do sistema e da ocorrência de guerras no seu interior. (Waltz, 1964, p. 887) Posteriormente, Waltz reduziu sua definição para incorporar apenas a durabilidade do sistema: “um sistema é estável contanto que sua estrutura dure. Em sistemas de auto-ajuda, uma estrutura dura enquanto não houver mudança significativa no número de unidades principais”. (Waltz, 1979, p. 135) Entender por que, para Waltz, sistemas bipolares são mais estáveis do que sistemas multipolares implica traçar as expectativas teóricas do realismo estrutural para ambos os tipos de estrutura.

A diferença dos efeitos de estruturas bipolares e multipolares é percebida imediatamente mediante as formas de condução da política de balanço de poder. Em sistemas multipolares – em que haja, por definição, três ou mais grandes potências – as dinâmicas de alinhamento tendem a dominar o processo de balanceamento. Nesta situação, uma parte substancial da política internacional se resume à “diplomacia pela qual alianças são feitas, mantidas e terminadas”. (Waltz, 1988, p. 620) Conforme atenta Diniz (2007, p. 69-70), com base em Waltz, a interdependência de aliados, própria de

⁴⁹ Esta também era a posição de Kaplan (1957), autor da principal abordagem (supostamente) sistêmica das relações internacionais até então.

um sistema multipolar, pode gerar dois problemas quase opostos: comportamento em cadeia (*chain-ganging*) e repasse de custos (*buck-passing*)⁵⁰. O primeiro problema tem origem na necessidade, num mundo multipolar, de preservar aliados. Afinal, um aliado que deserte de uma aliança para compor uma coligação rival não apenas subtrai seus recursos da primeira, mas também os agrega, na mesma proporção, à segunda. Para Waltz, esse fato dá grande poder de barganha até aos aliados mais fracos, que passam a ter um peso desproporcional nos rumos da aliança: “num momento de crise, o lado mais fraco ou mais aventureiro tende a determinar a política de sua aliança”. (Waltz, 1988, p. 621) Isso significa que os relacionamentos diádicos potencialmente conflituosos se multiplicam na mesma proporção em que cresce o número de membros (iguais) de cada aliança. O prelúdio da Primeira Guerra Mundial apresenta, segundo Waltz, um exemplo vívido deste processo:

Se a Áustria-Hungria marchasse, a Alemanha teria que seguir; a dissolução do Império Austro-Húngaro deixaria a Alemanha sozinha no centro da Europa. Se a França marchasse, a Rússia teria que seguir; uma vitória alemã sobre a França seria uma derrota para a Rússia. E então o círculo vicioso continuou. Porque a derrota ou deserção de um grande aliado teria alterado a balança, cada Estado estava condenado a ajustar sua estratégia e o uso de suas forças aos propósitos e temores de seus parceiros. (Waltz, 1988, p. 621)

O segundo problema – repasse de custos – pode acontecer na medida em que, numa aliança entre iguais, tenta-se impor uma divisão de custos e de responsabilidades que pese mais sobre os outros do que sobre si próprio. Isso gera um potencial problema de eficiência na agregação de recursos para a consecução do objetivo comum, e sinais de fraqueza e desagregação podem ter um efeito deletério sobre a capacidade dissuasória da aliança.

Em sistemas bipolares, em contrapartida, esforços internos de balanceamento necessariamente dominam o alinhamento internacional como forma de balanceamento.

⁵⁰ Para a elaboração detalhada destes dois problemas, ver Christensen e Snyder (1990).

Por definição, uma potência se opõe somente à outra e deve contar prioritariamente com seus próprios esforços para contê-la ou superá-la. Alianças ainda são formadas, mas agora entre desiguais: os aliados de uma potência numa configuração bipolar são Estados relativamente fracos sobre os quais ela possui uma influência política direta, geralmente por conta de proximidade geográfica, ou que dependem de sua proteção contra a potência rival. Nesse tipo de aliança, fica claro de imediato por que os dois problemas anteriores desaparecem. Primeiro, a relativa independência das potências com relação a seus aliados menores as coloca em posição de dominância, capazes de ditar os rumos da aliança e imunes a ameaças de deserção. Em comparação aos antecedentes da Primeira Guerra Mundial, Waltz oferece um exemplo da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, período em que acreditava haver uma configuração bipolar de poder:

Contraste-se a situação em 1914 com a dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França em 1956. Os Estados Unidos puderam se dissociar da aventura de Suez conduzida por seus dois principais aliados, assim como submeter um deles a severa pressão financeira. Tal qual a Áustria-Hungria em 1914, a Grã-Bretanha e a França tentaram comprometer, ou pelo menos imobilizar, seu aliado pela apresentação de um fato consumado. Gozando de uma posição de predominância, os Estados Unidos puderam continuar a focar suas atenções no seu maior adversário, ao mesmo tempo em que disciplinava seus aliados. (Waltz, 1988, p. 621)

Por outro lado, a tentativa de repassar os custos e responsabilidades da aliança não é uma opção para as grandes potências de uma bipolaridade. Não há outro Estado no sistema em condições de receber este fardo. Isso gera maior eficiência no balanceamento: apenas as duas grandes potências têm controle sobre a produção e gestão das capacidades que sustentam a configuração sistêmica de poder.

Das distintas dinâmicas de balanceamento na multipolaridade e na bipolaridade deduz-se também que a segunda apresenta menor espaço para erros de cálculo, por estabelecer uma “simplicidade de relacionamentos”. (Waltz, 1964, p. 903) A

interdependência entre aliados no sistema multipolar, associada à maior flexibilidade dos alinhamentos, pode gerar dúvidas quanto à real força de uma aliança: qual a quantidade agregada de seus recursos? Qual o grau de solidariedade entre os membros da aliança? Qual o impacto da deserção de determinado Estado sobre a correlação de forças entre as alianças? Etc. Na bipolaridade, erros de cálculos são menos prováveis porque “quem oferece perigo a quem não é posto em dúvida”. (Waltz, 1988, p. 622)

Para saber a força que se lhe opõe, bem como as ações e os desenvolvimentos que a colocam em risco, cada potência só precisa concentrar sua atenção na potência rival. Escrevendo em 1967, Waltz chega a sugerir que a simplicidade dos relacionamentos na bipolaridade traz foco inclusive ao debate político doméstico: “a simplicidade das relações entre dois adversários poderosos produz clareza na definição de seus interesses nacionais”. (Waltz, 1967, p. 200)

Apesar de Waltz abandonar a propensão à ocorrência de guerras como uma variável de estabilidade sistêmica, a discussão anterior também conduz à conclusão de que estruturas bipolares são mais pacíficas do que estruturas multipolares. De início, o poder disciplinador das potências sobre seus aliados num mundo bipolar, a que se relaciona também uma probabilidade significativamente menor do comportamento em cadeia, contribui diretamente para este resultado. Quando um aliado menor se envolve em um relacionamento conflituoso, a exemplo da Guerra de Suez citada por Waltz, as potências não são incentivadas a apoiá-los incondicionalmente por temor do efeito que uma deserção poderia causar à sua coligação. Ao contrário, as potências num mundo bipolar tendem a pressionar seus aliados para não se envolverem – e, uma vez envolvidos, para saírem – de conflitos periféricos. As razões para isso são naturais: evitar uma escalada desnecessária, quando o conflito contrapõe aliados das potências

rivais; ou evitar o enfraquecimento da aliança, quando o conflito contrapõe aliados da mesma potência.

Ademais, na bipolaridade existe, por definição, apenas uma díade de conflito potencial envolvendo grandes potências, que é o próprio relacionamento entre os dois pólos do sistema. As guerras entre potências tendem a ser, por razões óbvias, as mais devastadoras que um sistema político internacional pode experimentar. Uma possível objeção, entretanto, seria que apenas um foco de conflito devastador pode não ser melhor do que a existência de vários focos, caso o primeiro seja significativamente mais instável do que os últimos somados. Porém, como se viu, esse não é o caso. O relacionamento entre as potências na bipolaridade tende a ser mais simples e estável do que o relacionamento entre potências na multipolaridade.

Em síntese, segundo Diniz, a lógica do realismo estrutural waltziano conduz à conclusão de que a bipolaridade é:

- *mais propensa à estabilidade* – isto é, menos propensa a uma mudança significativa na quantidade de grandes potências, ou seja, menos propensa à transformação em outra configuração da balança de poder (no caso, multipolar);
- *menos propensa à ocorrência de guerras entre as principais potências* – as guerras cuja ocorrência é mais provável se dariam entre cada potência e Estados menores e, mais provavelmente, seriam [mais] decorrentes de uma reação exagerada do que por real necessidade. Mesmo estas, porém, tendem a não ser muito frequentes, em função exatamente da assimetria de poder entre os prospectivos contendores⁵¹. (...)
- *mais favorável à cooperação e à interdependência* – também nesse caso, não entre as grandes potências, mas sim entre cada grande potência e seus aliados⁵². (Diniz, 2007, p. 74-75; itálicos no original)

⁵¹ Diniz se esqueceu de mencionar que também a propensão à ocorrência de guerras entre os Estados menores – quer sejam aliados ou rivais – é menor, dada a capacidade disciplinadora – e o incentivo a fazer uso dessa capacidade – das grandes potências.

⁵² Essa conclusão também pode ser derivada da lógica do realismo estrutural. Como, na bipolaridade, a correlação de força que mais importa se dá entre as duas grandes potências, a preocupação com ganhos desproporcionais diminui em importância nos relacionamentos cooperativos entre cada grande potência e seus aliados menores. O fortalecimento de um aliado importante pode, inclusive, ser encarado pelas grandes potências como uma melhora de posição frente a sua rival. Por outro lado, a sensibilidade a ganhos relativos (a variável *k* de Grieco) assumiria seu valor máximo no relacionamento entre as grandes potências de uma configuração bipolar. Deve-se lembrar ainda, contudo, que mesmo entre uma grande potência e seus aliados menores pode haver obstáculos à cooperação, particularmente se envolver tecnologias sensíveis e se houver uma distensão no relacionamento bipolar. Ver, por exemplo, Schelling (1965) sobre os dilemas da cooperação nuclear no interior da Organização do Tratado do Atlântico Norte

Com tudo o que se discutiu até aqui, reúnem-se os elementos necessários para formular o que seja, afinal, um programa de pesquisa científico que tenha como bojo o realismo estrutural.

2.6 – Núcleo Duro e Heurística Negativa

Em consonância com a epistemologia de Lakatos, discutida na primeira parte, um Programa de Pesquisa Científico (PPC) se origina do delineamento de um núcleo duro formado por pressupostos tidos - por decisão metodológica e consciente - como invioláveis. Não se trata de uma adesão dogmática, mas do reconhecimento de que, caso o avanço do conhecimento científico exija que se rompa com os elementos do núcleo duro de um PPC, deve-se forçosamente apontar para o abandono do programa em questão e para a criação de um programa distinto. Avançar-se-á aqui o argumento de que a obra de Waltz dá origem a um PPC cujo núcleo duro é composto por quatro elementos:

(i) *os principais atores da política internacional são os Estados*. A figura do Estado, na qualidade de uma forma de organização da vida política e social historicamente construída, deriva do foco que Waltz dá à política internacional do nosso tempo. No entanto, a discussão de Waltz fornece elementos analíticos para se pensar o funcionamento de qualquer sistema político anárquico antecessor ao moderno sistema de Estados e ao advento de uma política efetivamente *internacional*⁵³. Assim, pode-se

(OTAN); e Mastanduno (1993) sobre a cooperação econômica entre Estados Unidos e Japão na década de 1980.

⁵³ Ou seja, conduzida pelo Estado-nação territorialmente constituído, cuja gênese data dos séculos XVI e XVII.

aplicar a lógica do argumento estrutural de Waltz, sem prejuízo analítico, à discussão de Tucídides sobre a política das cidades-estado gregas e as causas da Guerra do Peloponeso (Tucídides, 1982), aos conflitos e interações entre tribos pré-históricas (Keeley, 1996), ou, como se viu em Posen (1993), ao relacionamento entre grupos étnicos num contexto de anarquia emergente. É evidente que Waltz tem consciência de que sua teoria transcende a política internacional moderna, como atesta sua condição dupla de possibilidade: “a política de balança de poder prevalece onde quer que duas, e apenas duas, condições se verifiquem: que a ordem seja anárquica e povoada por unidades que desejem sobreviver”. (Waltz, 1979, 121) Desta forma, talvez seja mais adequado, conforme sugere Schweller (2003, p. 325), considerar que os principais grupamentos humanos de uma determinada época, que coexistem num ambiente político com outros grupamentos humanos semelhantes, são os atores essenciais da política “internacional”. Nas palavras de Gilpin, “a essência da realidade social é o grupo. Os elementos e unidades fundamentais da vida política e social não são os indivíduos do pensamento liberal nem as classes do marxismo, mas antes os grupos em situação de conflito”. (Gilpin, 1986, p. 304-305)

ii) os Estados⁵⁴ são unitários. Mais uma vez, considerar os Estados como unitários é um pressuposto teórico, não uma constatação empírica. Isso significa somente que, por imposição de seu caráter estrutural, o realismo estrutural abstrai os processos domésticos de formação de interesses e de tomada de decisão. Os Estados se diferenciam pela sua posição relativa na estrutura do sistema internacional, não pelos seus atributos domésticos. Para autores de orientação liberal (Putnam, 1988; Moravcsik, 1997; Milner, 1997) esta abstração é uma atrocidade empírica. No entanto, na medida

⁵⁴ Ou, em concordância com a conclusão anterior, os principais grupamentos humanos de um momento histórico dado.

em que o Estado como ator unitário é um pressuposto teórico, não se trata de uma disputa empírica, mas epistêmica, entre modelos distintos da realidade.

iii) os Estados⁵⁵ colocam sua sobrevivência, entendida como a preservação de sua autonomia política, acima de qualquer outro objetivo. Também aqui, como já salientado, tem-se um pressuposto teórico, não uma constatação empírica. Waltz reconhece que os objetivos dos Estados podem variar dramaticamente, desde a dominação universal até meramente serem deixados em paz (Waltz, 1979, p. 117). Porém, quaisquer que sejam os objetivos, a sobrevivência os antecede natural e logicamente, por ser a condição primeira de possibilidade para sua consecução.

(iv) os principais incentivos ao comportamento dos Estados, que dão conta das resultantes internacionais mais significativas — assim como de sua recorrência —, emanam da estrutura do sistema internacional. Seu princípio ordenador, a anarquia, é responsável pela insuperabilidade do dilema da segurança, e o número de grandes potências produz incentivos específicos que ditam as dinâmicas gerais do sistema e o seu grau de estabilidade.

A *heurística negativa* do PPC do Realismo Estrutural proíbe qualquer emenda teórica que viole um ou mais elementos do núcleo duro. Devem ser excluídas do programa teorias que pressuponham, por exemplo: que empresas, movimentos sociais transnacionais e ONGs têm uma influência decisiva na política internacional; que instituições internacionais e regimes são capazes de alterar fundamentalmente as dinâmicas da política internacional, mesmo na ausência de alteração do princípio de

⁵⁵ Ver nota anterior.

ordenação do sistema; que o dilema da segurança pode ser anulado ou mitigado por processos de interação social dos Estados, sem que isso seja derivado de mudanças estruturais profundas; que os principais traços da política internacional – agressividade ou conservadorismo, intervencionismo ou isolacionismo, escolhas de alinhamento etc. – são determinados primariamente por atributos internos aos Estados, como caráter das instituições ou tipo de organização econômica; etc.

Uma ressalva precisa ser feita. O pressuposto de que *os Estados são racionais* não foi incluído no núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural, apesar de ser quase uma unanimidade entre debatedores e teóricos que problematizaram o realismo de Waltz. Esta ausência precisa ser explicada. Em primeiro lugar, Waltz nega que sua teoria dependa de um pressuposto de racionalidade. Sua condição dupla – anarquia e unidades que desejem sobreviver – não faz menção ao caráter (racional) das unidades. De maneira direta, Waltz afirma: “perceba que a teoria não requer qualquer pressuposto de racionalidade ou de constância de vontade por parte de todos os atores”. (Waltz, 1979, p. 118) Também em reflexão posterior, Waltz afirma que: “como a elaboração de política externa é um assunto complicado, não se deve esperar de líderes políticos o tipo de decisões calculadas que a palavra ‘racionalidade’ sugere”. (Waltz, 1986, p. 330; aspas no original) Quando se fala em racionalidade estatal, geralmente está-se referendo a dois pressupostos somados - que os Estados selecionam opções “em que os ganhos esperados tendem a superar as perdas esperadas” e que as decisões estatais são baseadas “em sua situação estratégica e no acesso de seu ambiente externo”. (Elman e Elman, 1997, p. 924) Trata-se, portanto, de uma noção instrumental de racionalidade – ponte entre meios e fins. Ainda, como lembra Mearsheimer (2009, p. 244-248) – para quem a rejeição do pressuposto de racionalidade por Waltz é deletéria à sua teoria -, não se pode

confundir falta de racionalidade com comportamentos autodestrutivos dos Estados em situações de informação incompleta.

No entanto, de fato em diversas passagens Waltz dá a entender que o pressuposto de racionalidade está implícito na lógica de sua teoria, como quando sugere que “os Estados, ou aqueles que agem em nome deles, tentam, de maneira mais ou menos razoável, utilizar os meios à disposição para alcançar os fins em vista” (Waltz, 1979, p. 118), ou quando afirma que os Estados “preferem segurança a outros objetivos de curto prazo, comportando-se com relativa eficiência para atingir aquele fim”. (Waltz, 1979, p. 93) Então por que Waltz se recusou a adotar a racionalidade como um pressuposto basilar de sua teoria? A resposta se encontra no tipo de teoria que Waltz tencionava desenvolver: uma teoria sistêmica que aponte não como determinados Estados se comportam, mas quais os constrangimentos colocados aos Estados pelas características estruturais do sistema internacional. As inferências que Waltz julga ser capaz de derivar de sua teoria dizem respeito a “como eles [os Estados] terão que competir e se ajustar uns aos outros se pretendem sobreviver e prosperar”. (Waltz, 1988, p. 618) Em outras palavras, para Waltz, o realismo estrutural é uma teoria voltada para explicar o processo de seleção natural que ocorre no interior de sistemas competitivos – no caso, o sistema político internacional. Desta forma, a teoria permite explicar por que algumas unidades prosperam – porque agem de acordo com os constrangimentos estruturais – e outras fracassam – porque ignoram tais constrangimentos. Isso permite que a teoria conviva com Estados que ajam “irracionalmente”, contanto que as consequências de seus atos imprudentes sejam aquelas previstas teoricamente.

Ao cabo, a recorrência de importantes fenômenos internacionais, que possibilita a Waltz vislumbrar uma ciência da política internacional, força este autor a reconhecer que as injunções e os constrangimentos estruturais “provêm incentivos suficientes para

que *a maioria* dos atores se comporte com sensibilidade”. (Waltz, 1986, p. 331; ênfase adicionada) Esta é a concessão máxima feita por Waltz ao argumento da racionalidade. Porém, o reconhecimento implícito de que nem todos os Estados, em todos os momentos, agirão racionalmente – dentro da margem de comportamentos que a teoria consideraria racionais – mantém o realismo estrutural no interior de seu escopo original. Por isto o pressuposto da racionalidade não entra como um elemento do inviolável núcleo duro do PPC.

2.7 – Cinturão de Proteção e Heurística Positiva

Ao redor do núcleo duro de um PPC, Lakatos identifica a existência de um cinturão de proteção formado por hipóteses auxiliares. Essas hipóteses podem ser emendadas, excluídas e ajustadas para fazer frente a anomalias colocadas ao programa, sem que se dê origem a um PPC distinto. As expectativas teóricas que Waltz deriva dos pressupostos basilares de sua abordagem – núcleo duro – formam o cinturão de proteção do PPC do Realismo Estrutural. São elas:

- (i) *Os Estados equilibram poder, por esforços internos e externos de balanceamento, como forma de garantir sua sobrevivência no anárquico sistema internacional;*
- (ii) *Os Estados possuem natureza eminentemente posicional conservadora, preocupando-se, sobretudo, com a manutenção da sua posição relativa no sistema;*

- (iii) *Sistemas bipolares são mais estáveis e pacíficos do que sistemas multipolares.*

Qualquer teoria que parta dos mesmos pressupostos que compõem o núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural, mas que modifique uma ou mais das expectativas teóricas que formam o cinturão de proteção, ainda assim permaneceria no interior do programa, originando uma mudança teórica intraprogramática. Para Lakatos, no entanto, para ser legitimamente científica, uma alteração no cinturão de proteção deve respeitar a orientação geral do PPC, de modo a manter sua coerência interna. Em outras palavras, deve ser respeitada a heurística positiva do programa, que Lakatos define como um “conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as ‘variantes refutáveis’ do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinturão de proteção ‘refutável’”. (Lakatos, 1979, p. 165; aspas no original) No que respeita ao PPC do Realismo Estrutural, estamos de acordo com Elman e Elman quando afirmam que sua heurística positiva deve incluir “a sugestão de que pesquisadores desenvolvam teorias que façam previsões sobre resultados de política internacional (por exemplo, que balanças tendem a se formar no sistema internacional ou que sistemas multipolares são mais propensos à guerra do que sistemas bipolares)”. (Elman e Elman, 2003, p. 27-8)

Foi o próprio Waltz quem cunhou a distinção entre teorias de política internacional e teorias de política externa, alocando o realismo estrutural à primeira categoria. Teorias de política internacional relacionam causas estruturais a fenômenos sistêmicos, como a tendência à formação de balanças de poder ou os padrões gerais de alinhamento internacional, mas não são capazes de explicar por que determinado Estado adotou determinado comportamento num determinado momento. Para Waltz, demandar

que uma teoria de política internacional explique ações específicas dos Estados equivale a “esperar que a teoria da gravitação universal explique a trajetória de uma folha em queda”. (Waltz, 1979, p. 121) Este tipo de explicação deveria ser buscado, segundo Waltz, em uma teoria de política externa, que considere os atributos internos dos Estados e seus intrincados processos domésticos de tomada de decisão⁵⁶. Desta forma, a heurística positiva do PPC do Realismo Estrutural exige que emendas sejam colocadas ao seu cinturão de proteção de modo a gerar diferentes expectativas de política internacional – ou resultantes sistêmicas⁵⁷.

⁵⁶ Para uma visão distinta, segundo a qual é possível conceber uma teoria sistêmica de política externa, ver Elman, 1996.

⁵⁷ É importante ressaltar que Waltz não atribuiu nenhuma superioridade a priori entre teorias de política internacional e teorias de política externa. Elas simplesmente tratam de objetos distintos e respondem a diferentes questões. Com efeito, Waltz tem veementemente repetido, desde a publicação de *Theory of International Politics*, que um quadro completo das relações internacionais só pode ser vislumbrado mediante a complementação de uma teoria de política internacional por uma boa teoria de política externa.

PARTE 3 – O Realismo Ofensivo: uma Mudança Teórica Intraprogramática

A teoria construída por John J. Mearsheimer (2001; com embrião discernível em Mearsheimer, 1990a; 1990b; 1994 e 1998) é o objeto a que se dedica esta parte. Tornou-se lugar comum considerar as teorias de Waltz e de Mearsheimer, chamando a primeira de *realismo defensivo* e a segunda de *realismo ofensivo*⁵⁸, como teorias distintas e competidoras, com maior ou menor grau de compatibilidade. Nesta linha, Taliaferro pôde afirmar que “os realismos ofensivo e defensivo competem teoricamente porque geram previsões e prescrições políticas distintas”. (Taliaferro, 2000, p. 134) Schweller vai além e afirma que, mais do que a duas teorias distintas, os dois autores dão origem a dois PPC independentes que sofrem, para ele, de “excessivo sucesso”. (Schweller, 2003, p. 345) De acordo com Rosecrance, haveria ainda uma diferença essencial na variável dependente: “distintamente de Waltz, Mearsheimer também busca oferecer uma teoria de política externa para complementar uma teoria de relações internacionais⁵⁹”. (Rosecrance, 2002, p. 138) E mesmo comentadores que percebem uma complementaridade teoricamente produtiva entre as duas abordagens (p. ex. Snyder, 2002; e Toft, 2005) as enxergam de forma independente e à parte de um empreendimento comum.

Argumentar-se-á aqui, após a devida apreciação da intrincada lógica dedutiva de Mearsheimer, que a melhor maneira de vislumbrar as inovações colocadas à mesa pelo realismo ofensivo é pela ótica lakatosiana de uma mudança teórica intraprogramática, ou seja, interna ao PPC do Realismo Estrutural. Isso implicará demonstrar que: (i) o realismo ofensivo subsume integralmente o núcleo duro do programa de pesquisa, em

⁵⁸ Os termos ‘realismo defensivo’ e ‘realismo ofensivo’ foram cunhados em Snyder (1991).

⁵⁹ Rosecrance se referia à dicotomia entre teorias de política externa e teorias de política internacional, nos termos discutidos anteriormente. A utilização da expressão ‘teoria de relações internacionais’ no lugar de ‘teoria de política internacional’ foi, a nosso ver, um descuido de Rosecrance.

respeito à sua heurística negativa; (ii) as emendas teóricas trazidas pelo realismo ofensivo modificam elementos do – e introduzem elemento no – cinturão de proteção de hipóteses auxiliares do programa; e (iii) o realismo ofensivo respeita as injunções da heurística positiva do programa. Perceba-se que o terceiro ponto se refere a uma das condições de progresso teórico propostas por Lakatos (*aceitabilidade 3*), o que, no que se refere ao PPC do Realismo Estrutural, é matéria que será abordada na parte seguinte e conclusiva desta tese doutoral. Entretanto, por ser a condição que visa a preservar a coerência interna de um PPC, avaliando, em última análise, a legitimidade de uma mudança teórica em seu interior, optou-se por antecipar essa discussão. Não menos porque, como se viu acima, este é um dos aspectos comumente citados para se opor o PPC desenvolvido por Waltz à teoria de Mearsheimer: em que medida ambos compartilham a mesma variável dependente?

Se corroborado o caráter intraprogramático da mudança teórica introduzida pelo realismo ofensivo, os frutos para a pesquisa no campo poderão ser imediatamente colhidos. Taliaferro resume o argumento:

Debates no interior de tradições particulares de pesquisa, e não debates entre elas, tendem a gerar maior progresso teórico no estudo da política internacional. Ao desenvolverem e testarem teorias derivadas dos mesmos pressupostos centrais, pesquisadores podem mais facilmente identificar hipóteses competidoras, refinar o escopo de teorias e descobrir novos fatos. Pode-se argumentar que esta é uma estratégia mais produtiva para o acúmulo do conhecimento do que a tendência atual entre acadêmicos de rotular programas de pesquisa inteiros como “degenerescer”⁶⁰. (Taliaferro, 2000, p. 130; aspas no original)

Uma ressalva final é digna de nota. O argumento será desenvolvido *a despeito* do fato de Mearsheimer, reconhecidamente, não ter-se inspirado metodologicamente em

⁶⁰ Taliaferro se refere aos trabalhos de Vasquez (1997), Legro e Moravcsik (1999) e Schroeder (1995). Os dois primeiros, de cunho teórico, empregam descuidadamente critérios lakatosianos e outros para atestar a degenerescência do realismo estrutural. O último, de cunho empírico, busca rechaçar o realismo estrutural com base na política internacional do séc. XVIII. Schroeder, no entanto, revela desconhecer profundamente as reais expectativas teóricas que podem ser derivadas da obra de Waltz.

Lakatos para desenvolver sua teoria. Com efeito, arguido sobre o tema, Mearsheimer afirma:

Acho difícil responder às suas perguntas, em larga medida porque eu não penso o meu trabalho e como ele se relaciona com outros trabalhos no âmbito do realismo estrutural por uma perspectiva lakatosiana. Em outras palavras, quando comecei a pensar sobre o realismo eu não visualizei um núcleo duro que, então, tentei modificar para aprimorar o realismo estrutural. Ao contrário, eu vi algumas teorias realistas estruturais distintas, entre as quais a mais importante e proeminente era, de longe, a teoria de Waltz apresentada em seu livro de 1979. Sua grande virtude é ser uma teoria abrangente e bem desenvolvida. Mas eu via problemas em vários aspectos da teoria de Waltz e decidi que elaboraria uma teoria realista estrutural e abrangente própria⁶¹.

Diante disso, a primeira questão que se impõe é: pode-se aplicar uma metodologia a uma mudança teórica que, originalmente, não foi pensada e realizada de acordo com suas regras? A resposta a essa questão é um confiante *sim*. Primeira e obviamente porque, caso consciência e volição do cientista sobre suas regras metodológicas fossem condições necessárias para a utilidade analítica de uma metodologia, toda a ciência anterior ao séc. XX estaria automaticamente fora do escopo da rigorosa filosofia da ciência contemporânea. Um Newton, um Darwin ou um Clausewitz não poderiam ser popperianos, kuhnianos ou lakatosianos porque as teorias do conhecimento a que estes adjetivos se referem simplesmente não existiam. Em segundo lugar, é preciso ter em mente a função essencial das teorias epistêmicas na reconstrução racional da ciência, conforme se viu na profícua discussão de Lakatos. A maneira como (re)construímos o desenvolvimento da ciência sempre será uma representação de complexas realidades passadas, ao mesmo tempo em que é derivada de teorias do conhecimento que carregamos consciente ou inconscientemente. Assim, a reconstrução racional da ciência é um procedimento necessário para dar sentido à própria ciência e para apreciar os seus avanços, ainda que tudo isso, paradoxalmente, fosse estranho ao cientista (ou comunidade científica). Por fim, é forçoso reconhecer

⁶¹ Comunicação pessoal com o autor, disponível para consulta sob demanda.

que isto tende a fortalecer o argumento a ser desenvolvido. A eventual demonstração da adequação e das vantagens de se considerar o realismo ofensivo como uma mudança teórica intraprogramática lakatosiana, mesmo não tendo sido o seu autor particularmente influenciado por Lakatos, diminui em larga medida os riscos de sobredeterminação na análise. Trata-se, por assim dizer, para fazer uma analogia com o jargão comum do teste empírico de teorias científicas, de um caso difícil.

3.1 - Os Efeitos da Anarquia e a Clivagem Realismo Ofensivo x Defensivo

Para Mearsheimer, uma teoria das relações internacionais deve ser capaz de responder a duas questões básicas: *por que razão os Estados competem por poder? E quão poderosos os Estados desejam e buscam ser?* (Mearsheimer, 2001, p. 12) A profícua discussão de Carr, considerado com virtual unanimidade como o porta-estandarte do realismo político contemporâneo, não pode, nos termos de Mearsheimer, ser considerada uma tentativa de elaboração de uma efetiva teoria das relações internacionais, justamente por não se propor a responder a nenhuma dessas questões. A preocupação maior que ocupava a mente do autor no conturbado período entreguerras era a de chamar a atenção para as realidades de poder vigentes no cenário internacional e para os riscos de ignorá-las⁶². Nas palavras de Carr, o seu tratado realista visava a “ênfatizar o poder irresistível das forças existentes e o caráter inevitável das tendências existentes, e a insistir em que a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, adaptando-se a elas”. (Carr, 1982, p. 14)

⁶² Para uma discussão sobre a contemporaneidade das críticas e questões aventadas por Carr há mais de meio século, ver Mearsheimer (2005).

Morgenthau, de sua parte, elaborou efetivamente uma teoria das relações internacionais, ainda em consonância com os critérios de Mearsheimer. Em linhas gerais, o autor desenvolveu uma teoria reducionista que buscava explicar a razão pela qual os Estados competem por poder com base em uma suposta natureza humana. O homem, segue o argumento, nasce com um desejo imanente por poder e prestígio, o qual se transpõe ao nível estatal por intermédio dos indivíduos que governam e regem as instituições governamentais. À pergunta sobre quão poderosos desejam ser os Estados, ou qual a quantidade de poder que eles buscam controlar, Morgenthau responde com a afirmação de que o desejo por poder embutido na natureza humana é ilimitado. Isso significa que os Estados competem intensamente por poder e se encontram em constante busca de oportunidades para alterar o *status quo* internacional e reverter em seu favor a distribuição do poder mundial. Estados têm, em outras palavras, uma sede insaciável por poder⁶³. (Morgenthau, 1993)

Para Mearsheimer, a lógica desenvolvida por Waltz para explicar o caráter competitivo da política internacional é mais convincente – e histórica e analiticamente mais útil – do que a tese de Morgenthau: trata-se de um incentivo sistêmico, derivado da estrutura do sistema internacional. Mearsheimer apresenta cinco pressupostos explícitos que se somariam para formar dedutivamente o argumento:

- (i) *O sistema internacional é anárquico*, ou, como quer que se entenda, inexistente na esfera internacional uma entidade supranacional com poder e autoridade para regular o comportamento dos Estados e suas interações.

⁶³ Morgenthau também identifica constrangimentos sistêmicos que pesam sobre os Estados, porém esse peso ocupa lugar claramente secundário em sua abordagem.

- (ii) *As grandes potências⁶⁴ invariavelmente possuem alguma capacidade ofensiva.* De todos os pressupostos teóricos, talvez seja este o que mais se assenta com a realidade concreta. Com efeito, toda e qualquer grande potência possui, em qualquer momento, alguma capacidade de impor danos e destruição às demais⁶⁵.
- (iii) *Os Estados nunca podem estar completamente certos sobre as intenções dos demais, tanto no presente quanto, principalmente, no futuro.* Esse pressuposto deve ser relacionado ao anterior no sentido de agregar a agravante de que intenções podem perfeitamente envolver o emprego das capacidades ofensivas de que invariavelmente os Estados dispõem.
- (iv) *O principal objetivo das grandes potências é garantir a sua sobrevivência.* Sobrevivência deve ser entendida, em conformidade com Waltz (1979), como a manutenção da integridade territorial e do Estado como unidade política autônoma.
- (v) *As grandes potências são atores racionais.* Racionalidade implica que os Estados são capazes de reconhecer os constrangimentos que lhe são impostos e de fazer cálculos no sentido de empregar os meios mais

⁶⁴ Todos os pressupostos teóricos valem igualmente para pequenos e médios Estados, não somente para as grandes potências. Contudo, a ênfase nas últimas é justificada, na esteira das contribuições de Waltz, pelo fato de serem elas, em função de seus recursos e do escopo de suas ações, os únicos atores internacionais capazes de causar impactos sistêmicos. Com efeito, a teoria de Mearsheimer faz jus à designação de ‘teoria das grandes potências’.

⁶⁵ No limite, como lembra Mearsheimer, a população de uma *polity* pode atacar os habitantes de outra usando apenas suas mãos e pernas como meios de emprego da força. Para uma demonstração de como essa dinâmica independe da existência de meios de força sofisticados, ver Keeley (1996).

adequados e eficientes para atingir os fins visados⁶⁶. (Mearsheimer, 2001, p. 30-32)

De acordo com Mearsheimer, os cinco pressupostos somados pintam o quadro da realidade essencial que se impõe aos Estados: são eles atores que possuem como objetivo supremo garantir a sua própria sobrevivência; habitam, porém, um mundo repleto de unidades semelhantes que detêm necessariamente capacidades que desafiam esse objetivo e cujas intenções nunca podem ser apuradas com certeza; para completar o quadro, inexistente um órgão central capaz de regular o comportamento dessas unidades (com ênfase ao emprego da força). Da trágica situação enfrentada pelos Estados, Mearsheimer deriva três corolários, dois deles em absoluta consistência com o argumento de Waltz: Estados temem uns aos outros e seu comportamento é ditado pela tônica da auto-ajuda. Mearsheimer também concorda com boa parte das expectativas que Waltz retira deste contexto, particularmente no concernente à sensibilidade quanto ao dilema da segurança e à preocupação com ganhos relativos⁶⁷. (Mearsheimer, 2001, p. 32-37) O terceiro corolário, entretanto, desvia-se fundamentalmente das conclusões de Waltz: para Mearsheimer, o medo e a auto-ajuda próprios do sistema internacional convidam à maximização de poder. Conforme explica o autor:

Apreensivos sobre as reais intenções dos demais Estados, e conscientes de que operam num sistema de auto-ajuda, os Estados rapidamente compreendem que a melhor maneira de garantir sua segurança é sendo o Estado mais poderoso do sistema. Quanto mais forte for um Estado em relação a seus potenciais rivais, menos provável será que um deles o atacará e ameaçará sua segurança. (Mearsheimer, 2001, p. 33)

⁶⁶ Apesar de explicitamente omitido por Mearsheimer na enumeração dos cinco pressupostos de sua teoria, em associação ao pressuposto da racionalidade estatal deve ser acrescido o pressuposto de que os Estados são atores unitários. Isso significa que, teoricamente, considera-se que Estados formam um todo coerente, em termos de formação de interesses e preferências e de seu processo de tomada de decisão.

⁶⁷ A este respeito, ver também Mearsheimer (1994).

Para Waltz, como se viu, a pedra angular da política internacional é o balanceamento de poder, que impõe uma lição essencial: Estados que assediam um dado equilíbrio de poder, buscando fortalecer-se além da conta, convidam os demais a restituírem a balança de poder por meio de artifícios que tendem a deixar a segurança dos primeiros em situação delicada. Maximizadores de sua própria segurança que são, os Estados logo entendem que querer muito poder pode levá-los a uma situação mais desfavorável. Assim, aumentar demasiadamente sua quota de capacidades, alterando a distribuição de poder em seu favor, pode implicar perda, e não aumento, de segurança. A chave para o sucesso internacional de qualquer Estado, conclui Waltz, é adquirir uma dada quantidade de poder relativo capaz de garantir sua sobrevivência e preservá-la diante de eventuais tentativas dos demais de expandir demasiadamente suas capacidades. Estados têm, portanto, uma natureza *conservadora*, preocupados antes de tudo com a manutenção do *status quo* internacional e com a conservação de sua posição relativa. Nas suas próprias palavras, “porque é um meio potencialmente útil, estadistas sensíveis tentam adquirir uma quantidade apropriada de poder”. (Waltz, 1988, p. 616)

Apesar de concordar inteiramente com a idéia de que a estrutura do sistema internacional incentiva que Estados se preocupem, sobretudo, com sua segurança, e, portanto, com sua posição relativa na distribuição internacional de capacidades, Mearsheimer acredita que eles vêem na maximização de seu poder a melhor forma de garantir suas chances de sobrevivência, mesmo diante da possibilidade de que coalizões de balanceamento sejam formadas para conter um Estado em expansão. As grandes potências nunca estão satisfeitas com a quantidade de poder que controlam e se encontram em constante busca de oportunidades para alterar em seu favor o *status quo* internacional. O Estado conservador de Waltz sai de cena e entra o Estado *revisionista* de Mearsheimer, o qual acredita que, num mundo em que há sempre a possibilidade de

que um Estado realize um ato de força para compelir outro a agir conforme sua vontade, a melhor maneira de garantir sua sobrevivência é tornando-se incontestavelmente o mais forte do sistema, um hegêmona cujo poder e superioridade não possam ser desafiados com alguma expectativa de sucesso. Chega-se à mesma expectativa de Morgenthau, porém no lugar de uma sede insaciável de poder fundada na natureza humana, o realismo ofensivo oferece a estrutura do sistema internacional como formadora das injunções que conduzem os Estados à busca da maximização de sua posição relativa⁶⁸.

São duas as principais razões que justificam, para Mearsheimer, a insatisfação dos Estados com quantidades limitadas de poder: i) é extremamente difícil prever a quantidade exata de poder necessária a um Estado para garantir sua sobrevivência no cenário internacional; diante dessa natural incerteza, e tendo em vista o que está em jogo, mais do que nunca valeria a máxima do “antes sobrar do que faltar”; e ii) se prever a quantidade necessária de poder para a garantia da sobrevivência no presente já é algo difícil de ser logrado, imaginar o que o futuro guarda em termos da distribuição internacional de poder eleva a uma alta potência a incerteza anterior. (Mearsheimer, 2001, p. 34)

⁶⁸ Glenn Snyder argumenta que a ideia de ‘dilema da segurança’ se perde no interior da teoria de Mearsheimer. Segundo o argumento, similar aos que foram discutidos anteriormente, o termo *dilema* se refere à trágica situação em que Estados se armam apenas para se defender, mas acabam, inadvertidamente, por instaurar uma dinâmica competitiva que diminui a segurança de todos. A partir da lógica de Mearsheimer, apesar de se armarem para garantir sua própria sobrevivência, os Estados vêm na agressão e expansão de seu poder relativo a melhor forma de consegui-lo; portanto, se os Estados temem o pior a partir do fortalecimento dos demais, tal temor é perfeitamente coerente com as intenções que levaram os últimos a incrementarem suas capacidades, deixando de caracterizar um ‘dilema da segurança’ para retratar uma simples competição por segurança. Ver Snyder (2002). Essa discussão também é desenvolvida em Mendes e Lima (2005). No entanto, tendo em vista que Mearsheimer mantém o pressuposto da segurança e da maximização das condições de sobrevivência, em vez de supor outros objetivos – como glória, por exemplo –, pode-se argumentar que o elemento de ‘dilema’ é apenas deslocado. Se maior segurança implica aumento de poder, e sendo os recursos de poder finitos e divisíveis, então a competição por segurança se confunde com a competição por esses recursos de poder e se converte, portanto, num jogo de soma zero. Assim, aumento de segurança para um *necessariamente* significa decréscimo de segurança para outro(s), que é a essência do dilema. A diferença agora diz respeito simplesmente às possibilidades de arrefecimento da dinâmica: realistas defensivos – particularmente aqueles comprometidos com as variáveis vinculadas ao balanço ataque-defesa – acreditam que o dilema pode ser mitigado ou eliminado, ao passo que a *rationale* proposta pelo realismo ofensivo prevê que o dilema da segurança seja inerentemente inescapável.

Cumpra salientar que, contudo, Mearsheimer não espera que os Estados partam em indiscriminadas incursões ofensivas em busca da alteração em seu favor do *status quo* internacional. Estados comumente têm limitações, certa lacuna entre o que desejam e o que efetivamente podem lograr tendo em vista suas capacidades e meios relativos. Assim, o cálculo da agressão é feito de acordo com o pressuposto da racionalidade que encorpa a teoria, com os benefícios julgados em termos dos custos esperados da ação⁶⁹. Nas palavras de Mearsheimer, “as grandes potências não são agressores negligentes, tão inclinados a ganhar poder ao ponto de entrarem em guerras perdidas ou de perseguirem vitórias pírricas”. (Mearsheimer, 2001, p. 37) Proença Jr. e Diniz, escrevendo à luz da teoria da guerra de Clausewitz, resumem bem a questão:

Para decidir diante da guerra, não basta querer; é preciso saber o que é possível fazer com *os meios que se tem* ou saber que *meios são necessários* para se poder fazer o que se quer. (Proença Jr. e Diniz, 2004, p. 12; *itálico no original*)

Também pode ser útil distinguir entre o que Elman (1996, p. 28-29) e Labs (1997, p. 12) chamam de ‘expansão manual’ e ‘expansão automática’. Expansão manual corresponderia a um movimento consciente rumo à hegemonia, a exemplo da política externa da França napoleônica e da Alemanha de Hitler; ao passo que expansão automática diz respeito ao aumento pontual e oportunista de poder. Nas palavras de Labs, “expansão automática é o resultado de esforços incrementais, repetidos e localizados para expansão de poder quando oportunidades aparecem”. (Labs, 1997, p. 12) Ambos os tipos de expansão são teoricamente esperados pelo realismo ofensivo, como ficará claro adiante. Entretanto, o primeiro tipo, em virtude de sua magnitude e de suas dificuldades inerentes, tende a ser historicamente raro. Assim, expansões

⁶⁹ A partir desta ressalva, Mearsheimer afirma que as expectativas do realismo ofensivo não devem ser testadas buscando ver na realidade se Estados sempre agem agressivamente para melhorar sua posição, mas antes se Estados aproveitam ou não oportunidades de fazê-lo quando boas oportunidades aparecem. Este é também o ponto central do estudo empírico de Labs (1997) acerca da expansão de propósitos políticos durante as guerras.

automáticas devem conformar o comportamento mais recorrente esperado pelo realismo ofensivo.

Tem-se, em suma, a principal distinção entre as vertentes ofensiva e defensiva do realismo estrutural: para o realismo defensivo, Estados, na busca da maximização de suas chances de sobreviver, adquirem uma quantidade limitada de poder suficiente para garantir sua sobrevivência e se comprometem com a manutenção do equilíbrio internacional de poder; Estados têm, em outras palavras, um caráter posicional conservador. Para o realismo ofensivo de Mearsheimer, além de se preocuparem com a manutenção de sua posição relativa quando outros tentam alterar a balança de poder em seu favor, os Estados principalmente se preocupam em maximizar sua parcela do poder mundial, porque só assim sua sobrevivência poderá ser seguramente garantida; Estados têm, portanto, caráter eminentemente posicional revisionista⁷⁰. Diferentes expectativas devem emergir de cada uma das duas teorias⁷¹.

Mearsheimer concebe o poder de maneira semelhante a Waltz, ou seja, em termos do controle de recursos. Porém, algumas distinções significativas são feitas. Mearsheimer, claramente influenciado por Copeland (2000) e sua teoria dinâmica de

⁷⁰ Robert Jervis se esforça para diferenciar as duas vertentes estruturais do realismo a partir da possibilidade de cooperação internacional que ambas apresentam. Em linhas gerais, Jervis acredita que a fronteira de eficiência em termos de Pareto (ou seja, a fronteira que marca o ponto em que um lado não possa ganhar mais sem que o outro perca) se encontra mais reduzida no realismo ofensivo do que no realismo defensivo, abrindo maior espaço para a cooperação no último do que no primeiro. Ver Jervis (1999). Sem entrar no mérito da validade e utilidade do raciocínio de Jervis, o fato é que sua diferenciação entre as duas vertentes claramente perde o ponto central da questão, conforme aqui se discute. Outra tentativa de diferenciação leva em conta a dualidade possibilidade/probabilidade de conflito. Para alguns autores (Brooks, 1997; Taliaferro, 2000), realistas ofensivos consideram apenas a *possibilidade* de conflito como variável importante, e, sendo esta onipresente na anarquia, a política internacional se torna alta e invariavelmente competitiva. Já realistas defensivos considerariam diferentes *probabilidades* de conflito, balizadas por parâmetros como o balanço ataque-defesa, admitindo variações no nível de competição e, inclusive, o seu possível arrefecimento.

⁷¹ Snyder sugere ainda a possibilidade de junção entre realismo ofensivo e defensivo, numa espécie de superteoria capaz de explicar tanto o comportamento de Estados conservadores quanto de Estados revisionistas. Ver Snyder (2002). No entanto, fica difícil imaginar como tal junção pode ser feita sem que a teoria perca seu caráter estrutural: se o sistema internacional pode incentivar tanto comportamentos conservadores quanto ações revisionistas, como explicar por que determinado Estado escolheu um ou outro curso de ação sem examinar seus atributos internos? É analiticamente mais produtivo considerar as vertentes defensiva e ofensiva do realismo estrutural como teorias distintas no interior de um mesmo PPC, como aqui se defende e ficará claro adiante.

diferenciais de poder, distingue entre *poder latente* e *poder concreto*. O poder latente de um Estado reúne os recursos necessários para a constituição de poderosas forças armadas – que, para o autor, são basicamente o tamanho da população e o volume de riqueza. Já o poder concreto de um Estado “está embutido principalmente no seu exército e nas forças aéreas e navais que o apóiam diretamente”. (Mearsheimer, 2001, p. 43) Na próxima seção ficará claro que a suposição da centralidade das forças terrestres (exército) na constituição do poder concreto não é trivial, mas essencial para a construção lógica do realismo ofensivo.

Assim como Schweller (1997a), Mearsheimer acredita que o status de potência deve ser apurado com base na medida de poder do Estado mais forte do sistema. Ao contrário de Schweller, que oferece parâmetros exatos (para ser uma grande potência, um Estado deve controlar mais de 50% da quantidade de recursos detida pelo Estado mais forte [1997a, p. 17]), Mearsheimer propõe um critério mais especulativo: “para se qualificar como grande potência, um Estado deve possuir recursos militares suficientes para travar uma luta séria com o Estado mais poderoso do mundo numa guerra convencional em larga escala”. (Mearsheimer, 2001, p. 5) Para Mearsheimer, isso não significa ser capaz de vencer o Estado mais forte, mas apenas que ele seja significativamente enfraquecido numa longa guerra de atrito. Ainda de acordo com o autor, na era termonuclear um Estado precisa, se quiser entrar para o rol das grandes potências, possuir um arsenal nuclear robusto o suficiente para lhe conferir capacidade retaliatória. Em 1990, Mearsheimer já considerava essencialmente o mesmo critério, porém com formulação ligeiramente distinta: “para se qualificar como pólo num sistema global ou regional, um Estado deve ter uma expectativa razoável de defender-se, por seus próprios meios, contra o Estado líder do sistema”. (Mearsheimer, 1990a, p. 7)

Assim, o grau especulativo dos critérios de Mearsheimer é evidente. Em grande medida, só se apura com certeza a capacidade de se “travar uma luta séria” durante ou depois de uma guerra; e não há consenso em torno dos atributos mínimos de um arsenal nuclear para que ele receba o adjetivo ‘retaliatório’⁷². Ao cabo, Mearsheimer agrega pouco ao nível de generalidade empregado por Waltz para atestar a polaridade de um sistema internacional. Contudo, em seu rigoroso teste empírico Mearsheimer especula com base num detalhado levantamento de dados acerca do poder latente (população e capacidade econômica) e do poder concreto (exército permanente e capacidade de mobilização) dos Estados em diferentes épocas do sistema moderno de Estados⁷³.

Conclui-se do argumento dedutivo de Mearsheimer que qualquer grande potência, na presença de pelo menos mais uma, estaria insatisfeita com o status quo internacional. O incentivo sistêmico colocado seria o de aproveitar boas oportunidades para pender a balança de poder em seu favor, até que ela se torne a única grande potência do sistema, situação em que suas condições de sobrevivência estariam maximizadas. Por definição, não haveria mais nenhum outro ator internacional capaz de ameaçar seriamente sua sobrevivência. A hegemonia mundial, portanto, é o ponto lógico de chegada do realismo ofensivo no que respeita aos objetivos das grandes potências no anárquico âmbito da política internacional. No entanto, Mearsheimer propõe novos pressupostos que irão qualificar decisivamente as expectativas de sua teoria.

3.2- Os Limites da Hegemonia e as Balanças Regionais de Poder

⁷² Apesar de que, para o funcionamento da dissuasão, os atributos de um arsenal nuclear parecem ser sempre menores do que se acreditou ao longo do tempo. Ver Freedman (1982), Trachtenberg (1989) e Sagan e Waltz (2003).

⁷³ Das 24 tabelas apresentadas em Mearsheimer (2001), apenas duas não apresentam dados referentes aos elementos constituintes do poder latente ou do poder concreto.

Em suma, o realismo ofensivo espera que as grandes potências busquem alcançar a hegemonia — ser a única grande potência do sistema —, situação em que poderia dominar militarmente os demais e sua sobrevivência nunca seria colocada seriamente em risco⁷⁴. O realismo ofensivo, contudo, parte da premissa de que a hegemonia mundial não pode ser presentemente atingida e nem poderá ser num futuro apreciável. A razão para essa afirmação reside na incorporação ao arcabouço da teoria de aspectos próprios do campo dos estudos estratégicos, referentes a considerações táticas, estratégicas e logísticas relacionadas às condições de possibilidade de emprego da força⁷⁵. Com efeito, antes de se destacar como um proeminente teórico das relações internacionais, Mearsheimer construiu uma sólida produção no campo dos estudos estratégicos, dedicando-se, sobretudo, às temáticas da dissuasão convencional e do balanço de forças no centro europeu no período da Guerra Fria⁷⁶. É nosso entendimento que esta inserção é a causa fundamental das principais inovações que o realismo ofensivo trouxe à teoria das relações internacionais. Três elementos se somam para construir o argumento: o poder paralisante da água (*stopping power of water*), a supremacia do poder terrestre e a improbabilidade de que um Estado adquira superioridade nuclear.

O poder paralisante da água diz respeito ao extraordinário constrangimento que grandes massas de água colocam sobre a capacidade de projeção de força dos Estados. Estados separados de outras regiões por grandes massas de água enfrentam uma formidável barreira à projeção de suas forças, o que implica um sério decréscimo de

⁷⁴ Da maneira apresentada por Mearsheimer, um sistema dominado por um ator hegemônico seria indistinto de um sistema unipolar. Para uma visão distinta do que seja um sistema unipolar, ver Wohlforth (1999). Para o argumento de que Mearsheimer utiliza critérios excessivamente rigorosos em sua consideração da unipolaridade, ver Diniz (2005 e 2006).

⁷⁵ Entendam-se considerações táticas e estratégicas como são apreendidas no interior da teoria da guerra de Clausewitz. Logística, por sua vez, refere-se a toda sorte de atividades e serviços necessários para que as forças combatentes estejam adequadas para o emprego na guerra, abrangendo seus processos de criação, movimentação e sustentação. Ver Creveld (1977) e Proença Jr. e Duarte (2005).

⁷⁶ Ver Mearsheimer (1981; 1982; 1983; 1988 e 1989).

suas capacidades ofensivas. É, portanto, inerentemente mais demandante realizar uma operação anfíbia de invasão a um território hostil do que uma operação conduzida por via terrestre, especialmente se o território for defendido por uma grande potência. A passagem seguinte resume o entendimento:

Mas água é uma barreira proibitiva quando uma força naval intenta introduzir um exército em um território controlado e bem defendido por uma grande potência rival. Forças navais estão, portanto, em significativa desvantagem quando tentam realizar operações anfíbias contra poderosas forças em terra, as quais provavelmente jogarão as forças invasoras de volta ao mar. Em geral, assaltos terrestres através de fronteiras comuns são realizações muito mais fáceis. Exércitos que têm de atravessar uma grande massa de água para atacar um oponente bem equipado têm invariavelmente uma baixa capacidade ofensiva. (Mearsheimer, 2001, p. 114)

Em resumo, as possibilidades que um Estado tem de expandir seu poder e maximizar sua posição relativa esbarra nos limites colocados à projeção de suas forças, e tais limites são impostos por grandes massas de água que dividem as diversas regiões do planeta. No entanto, pode-se questionar que apenas a projeção de forças terrestres seria dramaticamente obstaculizada pela presença de grandes massas de água, restando as forças navais e aéreas de um Estado como instrumento de imposição e expansão de seu poder. Neste ponto entra a segunda premissa do realismo ofensivo quanto às possibilidades de emprego da força, complementando o poder paralisante da água: a supremacia do poder terrestre. Para o realismo ofensivo, as forças terrestres são a principal marca do poder de um Estado e são responsáveis pelas operações decisivas numa guerra. Lança-se séria dúvida, portanto, sobre a capacidade das forças navais e aéreas de conferir vitória a um Estado a partir de seu emprego independente⁷⁷. Forças

⁷⁷ As duas principais formas com que uma força naval pode ser utilizada independentemente para projetar força são: o bombardeio naval, em que alvos são bombardeados a partir de navios estacionados próximo à costa do território do oponente; e pela prática de bloqueios ao comércio e intercâmbio marítimo do Estado alvo. A força aérea pode ser um instrumento independente de projeção de força mediante o chamado “bombardeio estratégico”, em que a população ou alvos importantes para a economia do Estado rival são bombardeados em campanhas aéreas. O impacto reduzido de forças navais que operem independentemente da guerra em terra já foi há muito identificado pelo escrutínio da melhor teorização

navais e aéreas possuem, entretanto, um importante papel de apoio e suporte às forças terrestres em suas campanhas⁷⁸. Como corolário, resulta que o exército de um Estado é o maior indicador de seu poderio militar, complementado pelas forças navais e aéreas que lhe fornecem apoio e suporte.

Então para o realismo ofensivo a realidade bélica vigente torna impossível que um Estado atinja a hegemonia mundial, com potencial de dominar militarmente todos os Estados do planeta? A resposta a essa pergunta é *não necessariamente*. Na verdade, o realismo ofensivo considera um contexto em que a hegemonia mundial pode ser pensada: a partir da conquista de superioridade nuclear por parte de um Estado⁷⁹. Nesse mundo, um Estado teria capacidades de dominar qualquer Estado do planeta mediante o uso ou ameaça de uso de seu arsenal nuclear, sem temer uma retaliação. Forças convencionais, inclusive as terrestres, teriam pouquíssima importância. O que acontece, porém, é que nenhum Estado possui superioridade nuclear, e, tendo em vista a tecnologia disponível e as dinâmicas⁸⁰ envolvidas na utilização desse tipo de armamento, espera-se que tal proeza não se verifique ao menos no curto e no médio prazos. Sendo assim, as considerações do realismo ofensivo acerca dos

acerca dos meios navais de guerra. Ver Corbett (1988). O principal estudo crítico do papel do bombardeio estratégico para a produção de resultados políticos decisivos se encontra em Pape (1996).

⁷⁸ Entre os papéis que uma força naval pode assumir em apoio e suporte às forças terrestres, destacam-se: assalto anfíbio, em que um exército é transportado até um território controlado e defendido por forças oponentes, cuja resistência deve ser vencida; desembarque anfíbio, em que um exército é transportado e desembarcado sem encontrar resistência de forças oponentes, ao menos nas proximidades da costa; e por fim, o simples transporte de tropas até um território aliado. Além de seu tradicional e importante papel de reconhecimento, a força aérea de um Estado pode auxiliar seu exército de três maneiras principais: apoio aéreo próximo (*close air support*), fornecendo poder de fogo direto durante o enfrentamento entre o exército aliado e o exército oponente; interdição, por meio de ataques às forças terrestres oponentes em sua retaguarda, com vistas a enfraquecê-la ou a atrasar sua chegada ao front de combate; e finalmente, o papel eminentemente logístico de transporte de tropas, suprimentos e equipamentos. Ver Mason (1987) e Warden III (1989).

⁷⁹ Superioridade nuclear é atingida quando um Estado pode fazer uso de seu arsenal nuclear sem temer uma retaliação de mesma natureza, o que significa dizer que não há dissuasão nuclear recíproca. Isso pode se verificar, naturalmente, quando um Estado detém o monopólio nuclear mundial. Na situação mais verossímil em que dois ou mais Estados possuam arsenais nucleares, a superioridade pode ser atingida: (i) por meio da capacidade de lançamento de um primeiro ataque devastador, capaz de destruir toda a capacidade retaliatória do oponente; (ii) ou pela construção de um sistema eficaz de defesa antimísseis, o que tornaria o Estado invulnerável a um ataque nuclear, e, portanto, capaz de ameaçar com credibilidade a utilização de seu arsenal com vistas à consecução de concessões políticas.

⁸⁰ Ver Schelling (1966).

constrangimentos impostos por grandes massas de água à expansão do poder estatal, complementada pela noção de superioridade do poder terrestre, permanecem consequentes.

Com efeito, os pressupostos sobre as possibilidades de uso da força que Mearsheimer incorpora à sua teoria são essenciais não apenas para a geração de expectativas teóricas, como será discutido abaixo, como também para o teste empírico. Afinal, conforme mencionado, a análise histórica realizada por Mearsheimer levou em conta, para efeito de polaridade, quase que exclusivamente os atributos de poder terrestre dos Estados. E não é de se surpreender que pressupostos ousados como estes em questão tenham gerado alguma resistência. Walton (2002), por exemplo, acusa Mearsheimer de superinflar sua concepção de poder terrestre, subsumindo atributos que pertenceriam exclusivamente às forças aérea e naval. Então, para este autor, “o bombardeio estratégico do território do inimigo se torna virtualmente a única expressão do poder aéreo, ao passo que o poder naval se limita basicamente à imposição de bloqueios e ao bombardeio naval”. (Walton, 2002, p. 419) Sua crítica, porém, perde de vista o foco do argumento de Mearsheimer, centrado no fato de que “apenas o poder terrestre tem o potencial de vencer uma grande guerra por conta própria”. (Mearsheimer, 2001, p. 86) Não se trata de listar as possíveis operações independentes que forças aéreas e navais podem realizar, e nem seus potenciais efeitos sobre o enfraquecimento do oponente – por meio da “imposição de custos, de escassez e de ineficiências” (Walton, 2002, p. 421).

Um ponto importante a se destacar ainda é que os três pressupostos incorporados por Mearsheimer ao realismo estrutural não são propriamente variáveis, mas antes *condições de fundo*. Diferentemente da abordagem dos teóricos do balanço ataque-defesa, para quem o balanço é de fato uma variável independente – cujas supostas

transformações explicariam variações importantes da política internacional -, para o realismo ofensivo os pressupostos importados dos estudos estratégicos representariam condições mais ou menos estáveis – pelo menos até um futuro apreciável - da realidade bélica, deste modo essencialmente indistinta do pressuposto de que ‘as grandes potências invariavelmente possuem alguma capacidade ofensiva’. Este ponto deverá ser retomado adiante, quando da discussão da adequação do realismo ofensivo no interior do PPC do Realismo Estrutural.

O que é mais importante na consideração do poder parador da água, da superioridade do poder terrestre e da improbabilidade de superioridade nuclear é sua consequência teórica, vale dizer, a concepção de dois tipos distintos de hegemonia: a mundial, inalcançável e quimérica dentro da atual realidade bélica; e a regional, factível e tornada a principal meta dos Estados em sua luta para maximizar suas condições de sobrevivência. Segue, portanto, que a maximização da posição relativa de um Estado se traduz na dominação de sua própria região, vale dizer, no estabelecimento de uma hegemonia regional. De acordo com a lógica do realismo ofensivo, os Estados são revisionistas até este ponto, em que atingem a posição mais vantajosa a que podem aspirar, tornando-se a partir de então conservadores, comprometidos essencialmente com a manutenção do *status quo* que claramente os beneficia. Parece evidente que Estados que atinjam hegemonia regional se preocupem com a manutenção de sua posição relativa em sua própria região, o que significa manter-se como única grande potência da vizinhança; porém, o realismo ofensivo vai mais além e coloca aos hegêmonas regionais um objetivo que transcende à sua zona de dominação: a teoria espera que tais Estados também se preocupem com a balança de poder em outras regiões. Em linhas gerais, conquistada a hegemonia regional, o maior objetivo de um

Estado passa a ser evitar que outros Estados ascendam à mesma posição em outras regiões. A razão é simples:

Hegêmonas regionais tentam bloquear aspirantes a hegêmona em outras regiões porque temem que uma grande potência rival que domine sua própria região será um oponente especialmente poderoso e livre para causar problemas em seu quintal. Hegêmonas regionais preferem que haja pelo menos duas grandes potências que coabitem outras regiões, pois sua proximidade as forçará a concentrar suas atenções uma na outra, e não no hegêmona distante. (Mearsheimer, 2001, p. 43)

Hegêmonas regionais adquirem, do ponto de vista das outras regiões do planeta, um papel de *offshore-balancers*⁸¹. Em outras palavras, eles projetam sua força em outras regiões para ajudar Estados mais fracos a balancear contra ameaças especialmente poderosas que detenham meios para pleitear a dominação regional — ou seja, *offshore-balancers* ajudam a conter hegêmonas potenciais⁸². O comportamento de *offshore-balancing*, no entanto, não é exclusivo de hegêmonas regionais; ele pode ser adotado por grandes potências insulares, separadas de uma massa continental habitada por outras grandes potências. Assim, Mearsheimer pôde caracterizar tanto os Estados Unidos (EUA) quanto a Grã-Bretanha, em função de seu papel histórico na política internacional, como *offshore-balancers*. (Mearsheimer, 2001, 234-266) No caso dos EUA, por terem se tornado um hegêmona regional ao longo do séc. XIX e assumido desde então a função que lhe é prevista pelo realismo ofensivo⁸³. No caso da Grã-Bretanha, por estar separada da Europa continental pelo Canal da Mancha.

⁸¹ Uma possível tradução para *offshore-balancer* poderia ser “balanceador externo”. Entretanto, optou-se por manter a expressão no original devido à carga própria adquirida e à familiaridade dos estudiosos da área com o termo. *Offshore-balancing*, por sua vez, refere-se ao comportamento de um *offshore-balancer*.

⁸² Ressalte-se que a projeção de força para o fortalecimento de aliados em outras regiões é um empreendimento essencialmente diferente e mais fácil do que projetar forças contra um território hostil defendido por grandes potências.

⁸³ Particularmente, os EUA teriam se portado como *offshore-balancer* na Primeira Guerra Mundial (1917-1918), quando lutaram contra a Alemanha na Europa; na Segunda Guerra Mundial (1941-1945), quando lutaram novamente contra a Alemanha, na Europa, e contra o Japão, na Ásia; e durante a Guerra Fria (1945-1989), período em que mantiveram uma presença militar robusta na Europa Ocidental e no Leste Asiático para conter a União Soviética (URSS).

A primeira consequência imediata e teoricamente relevante das expectativas discutidas acima é a *regionalização das balanças de poder*. Do ponto de vista do realismo ofensivo, não faz sentido pensar uma balança de poder global, em função da separação das várias regiões do planeta por grandes oceanos, que oferecem obstáculos formidáveis à projeção de força pelas grandes potências. O que existem são balanças regionais de poder, que podem ser influenciadas por atores externos em circunstâncias políticas particulares – especificamente, pela atuação de um *offshore-balancer*. Assim, não se trataria mais de falar em um mundo bipolar na Guerra Fria. De acordo com a lógica do realismo ofensivo, havia, neste período: uma hegemonia regional nas Américas, encabeçada pelos EUA, e uma Europa e Ásia multipolares, as quais *tornaram-se* bipolares pela presença e pela atuação dos EUA como *offshore-balancer*. De fato, esta concepção já ocupava as reflexões de Mearsheimer mesmo antes de este autor desenvolver a *rationale* geopolítica que encorparia o realismo ofensivo. Escrevendo sobre as razões da relativa paz e estabilidade na Europa durante a Guerra Fria, Mearsheimer afirma:

É comum caracterizar a polaridade – bipolar ou multipolar – do sistema como um todo, e não de uma região específica. O foco deste artigo, entretanto, não é na distribuição global de poder, mas na distribuição de poder na Europa. Argumentos de polaridade podem ser usados para se aferir as perspectivas de estabilidade numa região particular, contanto que as balanças global e regional sejam diferenciadas uma da outra e a análise se concentre na estrutura de poder da região relevante. (Mearsheimer, 1990a, p. 7)

Outra consequência importante, como sugere Elman (2004, p. 357), e derivada diretamente da regionalização da balança de poder, é que o realismo ofensivo sugere uma tipologia informal das grandes potências. Elas podem ser: grandes potências continentais (com acesso terrestre ao território de outras grandes potências), grandes potências insulares (separadas de potências continentais por uma grande massa de água) e hegêmonas regionais (única grande potência de sua região). Esta não é uma tipologia

explicitamente proposta por Mearsheimer, mas pode ser derivada logicamente dos pressupostos do realismo ofensivo. Outra diferenciação possível se dá na eventual presença de um hegêmona potencial, como ficará claro adiante. Com efeito, a teoria traz expectativas distintas para o comportamento dos diferentes tipos de grandes potências - apesar de tratar-se, na maioria dos casos, de uma distinção apenas de grau. Antes que se entendam essas expectativas, entretanto, é preciso discutir quais são, para o realismo ofensivo, as linhas de ação concretamente incentivadas pelo anárquico sistema internacional.

3.3 - Configurações de Poder e Comportamentos de Auto-ajuda

Uma teoria estrutural, como se viu, deve dar conta não só de uma definição de estrutura independente dos atributos das unidades do sistema, mas também de como mudanças estruturais geram resultantes internacionais diversas. Argumentou-se que para o realismo ofensivo os Estados são incentivados pela estrutura internacional a maximizar seu poder relativo vis-à-vis outros Estados, bem como a evitar que os últimos revertam em seu favor a distribuição do poder mundial. Cursos de ação voltados tanto para a maximização da posição relativa dos Estados quanto para a sua manutenção frente a uma ameaça são considerados *estratégias de sobrevivência* (Mearsheimer, 2001, p. 138-167). Entretanto, devem-se apurar antes quais configurações podem assumir as diferentes estruturas regionais de poder, para conhecer seus efeitos esperados sobre o comportamento dos Estados, especificamente em relação aos principais cursos de ação adotados em sua busca pela sobrevivência.

Mearsheimer segue estritamente a abordagem waltziana e acredita que, enquanto a anarquia permanecer sendo o princípio de ordenação do sistema internacional,

mudanças estruturais têm lugar unicamente na presença de alterações na forma como o poder se encontra distribuído entre os Estados. Conforme salientado, tradicionalmente duas são as configurações de poder consideradas por estudiosos das relações internacionais: *multipolar*, em que coexistem três ou mais grandes potências no sistema⁸⁴; e *bipolar*, com apenas duas grandes potências. Mearsheimer inova com o argumento de que não apenas o número de grandes potências é importante para a concepção de estruturas internacionais e de seus efeitos sobre o comportamento dos Estados, mas também o é o grau de equanimidade com que o poder se encontra distribuído, especialmente entre os dois Estados mais poderosos do sistema. (Mearsheimer, 1990a, p. 11; 2001, p. 44-46) Assim, surge a possibilidade de que haja um Estado com capacidades consideravelmente superiores que as detidas pelo segundo na escala internacional de poder, tanto num sistema multipolar quanto numa configuração bipolar. Ter-se-ia, respectivamente, uma *multipolaridade desequilibrada* e uma *bipolaridade desequilibrada*. A segunda categoria, contudo, é desprovida de utilidade de acordo com a lógica do realismo ofensivo, já que os incentivos ao Estado mais poderoso para dominar o Estado mais fraco seriam tão grandes que uma configuração assim não tenderia a persistir por um período considerável⁸⁵.

São três, portanto, as possíveis configurações de poder consideradas no interior do realismo ofensivo: *bipolar*, termo que abrevia a expressão *bipolar equilibrada*, ou seja, com duas grandes potências detentoras de um nível similar de capacidades; *multipolar equilibrada*, com três ou mais grandes potências que controlam quantidades mais ou menos equânimes de poder; e *multipolar desequilibrada*, também com três ou mais grandes potências, porém sendo que uma delas detém capacidades

⁸⁴Schweller (1997, p. 39-58), entretanto, acredita haver uma diferença essencial entre sistemas multipolares com três grandes potências e sistemas com mais de três grandes potências.

⁸⁵Note-se que, num sistema bipolar desequilibrado, a potência mais fraca não teria nenhuma outra grande potência a que recorrer para tentar enfrentar as investidas da potência mais forte.

consideravelmente superiores às do segundo Estado na escala de poder. Tal potência especialmente poderosa concebida no seio de um sistema multipolar desequilibrado é considerada um *hegêmona potencial*, o que significa que ela possuiu os atributos necessários para pleitear, em circunstâncias política e militarmente favoráveis, a hegemonia regional, preconizada pelo realismo ofensivo como grande meta dos Estados no provimento de sua segurança. (Mearsheimer, 2001, 344-347)

As estratégias perseguidas pelos Estados, como sugere a discussão anterior, devem ser divididas em dois grupos: i) estratégias voltadas para o aprimoramento de sua posição relativa; e ii) estratégias destinadas a impedir que outros Estados aprimorem sua posição relativa. Entre as estratégias da primeira categoria figura uma das principais resultantes internacionais, que tem tradicionalmente ocupado a mente dos pesquisadores da área, e à qual será dada atenção especial: a condução de *guerras*⁸⁶. O realismo ofensivo reserva à condução de guerras a posição de principal curso de ação adotado pelos Estados com vistas ao incremento de seu poder, mediante aquisição e controle de novos territórios e recursos⁸⁷.

São dois os principais cursos de ação que os Estados perseguem, de acordo com o realismo ofensivo, para impedir que outros revertam em seu favor a balança de poder:

⁸⁶ As estratégias secundárias consideradas por Mearsheimer voltadas para a maximização da posição relativa dos Estados são: chantagem, em que a ameaça de emprego da força é usada para conseguir concessões frente a outros Estados; *bait and bleed* (iscar/atrair e sangrar), a partir da qual um Estado se fortalece relativamente a outros dois ou mais Estados provocando uma guerra penosa e duradoura entre eles; e *bloodletting* (uma possível tradução poderia ser sangria), marcada por um processo similar ao anterior, em que o fortalecimento relativo de um Estado se dá mediante esforços para aumentar os custos e a duração de um conflito em que outros estejam envolvidos. Essas três estratégias possuem problemas próprios e tendem a não apresentar grande eficiência, razão pela qual é dada ênfase especial à condução de guerras como estratégia de que valem os Estados para aumentar seu poder relativo. (Mearsheimer, 2001, p. 152-155)

⁸⁷ Quatro linhas argumentativas principais são desenvolvidas para desafiar a tese de que a condução de guerras se apresenta como alternativa viável aos Estados: i) Estados que tomam a ofensiva quase sempre perdem; ii) a existência de arsenais nucleares torna quase impossível uma confrontação armada entre Estados que os detêm; iii) o expansionismo leva à constituição de impérios e os custos envolvidos na sua manutenção são dramaticamente elevados; iv) e os benefícios advindos das possibilidades de exploração das modernas sociedades industriais são baixos e, portanto, não compensam os custos associados aos esforços de guerra. Na argumentação de Mearsheimer, no entanto, nenhuma destas razões parece ser forte o suficiente para excluir a guerra como instrumento político para o Estado moderno expandir seu poder e sua influência.

balanceamento, em que um Estado se compromete a conter diretamente uma ameaça, visando a impedir que ela assedie a balança de poder; e *buck-passing*, comportamento caracterizado pela tentativa por parte de um Estado de fazer com que outros arquem com os custos de conter uma eventual ameaça, evitando envolvimento direto, pelo menos no estágio inicial do conflito⁸⁸. Aqui tem lugar uma inovação teoricamente significativa do realismo ofensivo. Tradicionalmente, como se viu, opõe-se ao balanceamento o comportamento de adesão (*bandwagon*). Nas palavras de Stephen Walt, em seu estudo empírico sobre o tema:

Confrontados por uma ameaça externa significativa, os Estados podem balancear ou aderir. *Balanceamento* é definido como aliar-se aos outros contra a ameaça proeminente. A *adesão* se refere ao alinhamento com a fonte de ameaça. Por conseguinte, duas hipóteses distintas sobre como os Estados escolherão seus aliados podem ser identificadas, em função de os Estados se aliarem com ou contra a principal ameaça externa. (Walt, 1987, p. 17; itálico no original)

Mearsheimer refuta a racionalidade do comportamento de adesão, argumentando que isso implicaria ceder poder a um Estado que já é mais poderoso, o que claramente contradiz a lógica da balança de poder. Em consequência, a adesão não compõe o rol de estratégias conservadoras contempladas pelo realismo ofensivo. As grandes potências escolhem, portanto, entre balancear e distanciar-se (*buck-passing*), que significa repassar os custos de contenção da ameaça às outras grandes potências do sistema. Mais uma vez, as expectativas do realismo ofensivo se dirigem, sobretudo, ao comportamento das grandes potências. Estados fracos, quando cortejados e assediados por uma grande potência – e na ausência de uma potência aliada que lhe dê segurança – podem não ter outra opção senão aderir-se a ela. Vêm à mente a formação do bloco soviético no Leste

⁸⁸ Optou-se por manter o termo *buck-passing* em sua forma original devido à sua utilidade e recorrência no campo da teoria das relações internacionais. Adiante-se que os termos *buck-passer* e *buck-catcher* se referem, respectivamente, ao Estado que tenta repassar os custos de conter uma ameaça aos demais e ao Estado que acaba arcando com tais custos.

Europeu, nos primeiros anos pós-Segunda Guerra Mundial, e a política de alianças encabeçada pela França napoleônica.

O realismo ofensivo, entretanto, prevê algumas situações em que a adesão pode ser perseguida por uma grande potência, especificamente quando for necessário ganhar tempo para mobilizar seus recursos para a guerra ou como complemento do *buck-passing*, canalizando a agressividade da ameaça para as outras grandes potências do sistema. (Mearsheimer, 2001, p. 164-165) O Pacto Molotov-Ribbentrop, entre Alemanha e URSS e que culminou na divisão da Polônia, parece ter sido motivado, do ponto de vista soviético, em parte por ambas as considerações. Porém, estes casos seriam, de acordo com o realismo ofensivo, apenas expedientes temporários e impostos, e não fruto de uma deliberação política de médio ou longo prazos.

O passo natural seguinte é compreender como as dinâmicas das três configurações internacionais de poder consideradas incidem sobre a materialização dos cursos de ação em questão. Entender as causas das guerras e os fatores envolvidos na propensão à sua ocorrência é temática absolutamente central no campo de investigação que se dedica à política entre Estados. Pelo que foi discutido até aqui se pode perceber que o realismo ofensivo fornece alguns fundamentos para que se entendam as motivações subjacentes à condução de guerras, as quais podem ser apreendidas como a exacerbação da competição por segurança instaurada pela estrutura anárquica do sistema internacional. Mearsheimer retoma a expectativa de Waltz e afirma que sistemas bipolares são mais estáveis do que sistemas multipolares, essencialmente pelas mesmas razões apontadas pelo autor de *Theory of International Politics*: (i) sistemas multipolares tendem a apresentar maiores oportunidades para a eclosão de guerras do que sistemas bipolares⁸⁹; (ii) desequilíbrios de poder são mais comuns em sistemas

⁸⁹ A lógica é simples: se houver apenas duas grandes potências, há apenas um foco possível de conflito entre grandes potências no sistema, ao passo que num sistema habitado por, por exemplo, três grandes

multipolares⁹⁰; e (iii) sistemas multipolares abrem mais espaço para erros de cálculo do que sistemas bipolares⁹¹.

Sistemas multipolares que contêm um Estado especialmente poderoso são ainda mais instáveis e propensos à ocorrência de guerras. Em outras palavras, sistemas multipolares desequilibrados, em que figura um hegêmona potencial, apresentam as piores condições para a estabilidade e manutenção da paz entre os Estados. Além de padecer de todos os males identificados com a multipolaridade, tal sistema apresenta a nefasta combinação entre incentivos e meios: de acordo com o realismo ofensivo, todo Estado é incentivado pela estrutura internacional a maximizar sua posição relativa e, no limite, tornar-se o mais poderoso do sistema. Um hegêmona potencial é um Estado que

potências (o menor sistema multipolar possível), são três os possíveis focos de conflito entre grandes potências. Considerando guerras entre uma grande potência e um Estado menor, a lógica é semelhante: num mundo com, por exemplo, 100 Estados menores, o sistema bipolar oferecerá 200 possíveis focos de crise e instabilidade entre uma grande potência e um Estado menor; o sistema multipolar com três grandes potências, de sua parte, oferecerá 300 possíveis focos de conflitos da mesma natureza. Este raciocínio é desenvolvido em Mearsheimer (1990a, p. 13-18; 2001, p. 338-341) A propensão à estabilidade pesa ainda mais para o lado de um sistema bipolar se se considera a tendência à formação de alianças rígidas em torno das duas grandes potências do sistema. Assim, as grandes potências desincentivam confrontações dentro de seus próprios blocos, para não enfraquecê-los, e entre membros de seu bloco e o bloco antagônico, por temor de uma escalada. Em sistemas multipolares não só tendem a ser mais instáveis as alianças entre as grandes potências, mas também os Estados menores em geral não são pressionados a se aliar rigidamente com elas. Esta flexibilidade abre maiores possibilidades de conflito tanto entre grandes potências quanto entre grandes potências e Estados menores ou somente entre Estados menores. Como se viu, estas expectativas são derivadas da discussão de Waltz (1964 e 1979).

⁹⁰ Desequilíbrios de poder são mais comuns em um sistema multipolar, em primeiro lugar, por uma questão de probabilidade: quanto maior o número de grandes potências, maiores as chances de que a distribuição de poder entre elas seja menos equânime. (Mearsheimer, 1990a, p. 15-16; 2001, 341-343). Em segundo lugar, recuperando mais uma vez Waltz (1979), agregue-se o fato de que em sistemas bipolares esforços internos de balanceamento (aprimoramento de suas próprias capacidades) são mais importantes do que os externos (formação de alianças), na medida em que não existem outras grandes potências no sistema; em sistemas multipolares, esforços externos predominam sobre os internos. O fato é que esforços internos tendem a ser mais eficientes do que esforços externos, os quais mantêm constante a *distribuição* internacional de poder. Desequilíbrios de poder aumentam a instabilidade a partir do momento em que Estados mais poderosos podem se acreditar capazes de travar e vencer guerras (situação exacerbada em sistemas multipolares desequilibrados, como discutido adiante), diminuindo consideravelmente as chances de dissuasão convencional. Para uma discussão sobre as dinâmicas de dissuasão convencional, ver Mearsheimer (1983), Huth (1999) e Rhodes (2000).

⁹¹ Erros de cálculo se referem tanto às intenções quanto às capacidades de eventuais oponentes. Sistemas multipolares apresentam um maior número de potenciais rivais, aumentando o grau de incerteza quanto às suas intenções. Já em sistemas bipolares uma grande potência tem apenas um principal rival: a outra. Isso diminui as incertezas e facilita o estabelecimento de regras de convivência entre elas. Ainda, respeitando-se Waltz (1964 e 1979), a formação de alianças entre grandes potências na multipolaridade aumenta os riscos de que Estados avaliem incorretamente a correlação de forças numa eventual confrontação, subestimando o número de aliados em uma coalizão oponente ou superestimando esse número em sua própria coalizão. (Mearsheimer, 1990a, p. 16-18; 2001, p. 343-344)

possui exatamente uma vantagem em termos de capacidades que poderia creditá-lo a se lançar numa incursão expansionista rumo à hegemonia, vantagem que se espera que ele aproveite quando a oportunidade aparecer. Um sistema multipolar desequilibrado, portanto, não só é mais propenso à ocorrência de guerras, como tende a produzir as guerras mais sangrentas e destruidoras, envolvendo em geral todas as grandes potências do sistema, comumente referidas como *guerras hegemônicas*. (Mearsheimer, 2001, p. 344-346) A presença de hegêmonas potenciais também eleva a possibilidade de ocorrência de guerras porque se intensifica sobremaneira o medo já inerente à condição internacional dos Estados. As potências mais fracas são incentivadas a se aliarem antecipadamente para se prevenirem contra o poder do hegêmona potencial; este, sentindo-se ameaçado, tende a tornar-se mais assertivo, recrudescendo ainda mais o medo das primeiras. Em resumo, na multipolaridade desequilibrada a intensidade do dilema da segurança é máxima.

As duas principais estratégias identificadas com o objetivo de impedir que outros Estados revertam em seu favor a balança de poder também são, para o realismo ofensivo, profundamente influenciadas pelas dinâmicas das diferentes configurações internacionais. Inicialmente, a teoria parte da premissa de que o comportamento de *buck-passing* é naturalmente preferível ao balanceamento, por óbvias razões: em ambos os casos, espera-se que a ameaça seja contida, com a diferença de que o *buck-passing* implica que o *buck-passer* não arcará com os custos do processo, que podem ser bastante elevados; ainda, o *buck-passer*, além de ver seu interesse em conter a ameaça realizado, pode acabar se fortalecendo relativamente ao *buck-catcher* e ao Estado agressor⁹². (Mearsheimer, 2001, p. 267-333) Contudo, uma simples observação do

⁹² Entretanto, há também o risco de que o *buck-catcher* não seja capaz de conter a ameaça, eventualmente fortalecendo-a ainda mais, ou de que o *buck-catcher* obtenha uma rápida e decisiva vitória e saia, por sua vez, fortalecido. Por isso, segundo Mearsheimer, é importante que o *buck-passer* procure incrementar suas capacidades como meio de se prevenir caso alguma dessas possibilidades se concretize. Ainda, o

histórico de resultantes no interior do sistema internacional indica que ambos os comportamentos são reproduzidos em graus variados em diferentes períodos, apesar do maior apelo que o *buck-passing* logicamente tem em relação ao balanceamento. Isso decorre do fato de que, na lógica do realismo ofensivo, as diferentes estruturas internacionais produzem incentivos distintos que incidem sobre a probabilidade de ocorrência de um ou de outro comportamento.

As expectativas do realismo ofensivo quanto à adoção de balanceamento vs. *buck-passing* podem ser assim resumidas:

- *Configurações bipolares* produzem uma situação em que o balanceamento é a estratégia dominante, na medida em que, por definição, uma grande potência não pode contar com nenhuma outra para conter seu principal rival.
- *Configurações multipolares equilibradas* apresentam as condições mais propícias à prática do *buck-passing*, posto que, também por definição, há três ou mais grandes potências no sistema (sendo possível, portanto, que os custos de contenção da ameaça sejam repassados às demais), e o poder se encontra mais ou menos bem distribuído entre elas (não há um Estado especialmente forte que eventualmente as outras grandes potências não seriam capazes de conter).
- *Configurações multipolares desequilibradas* apontam para incentivos intermediários: de um lado, há pelo menos uma grande potência para a qual os custos de contenção poderiam ser repassados; porém, a presença de um hegemona potencial arrefece a tendência ao *buck-passing*, por temor de que o Estado especialmente poderoso não possa ser contido pelos demais, colocando

fortalecimento do *buck-passer* pode inclusive facilitar o *buck-passing*, a partir do momento em que isso o torna um alvo menos atraente à ameaça e a direciona para o lado do *buck-catcher*.

em xeque em momento posterior a sobrevivência do *buck-passer*⁹³.
(Mearsheimer, 2001, p. 269-272)

Toft sugere, contudo, que os incentivos colocados às grandes potências pelo realismo ofensivo podem, para alguns, parecer inconsistentes. Se os Estados são incentivados pela estrutura do sistema internacional a formar coalizões de balanceamento diante do fortalecimento excessivo de um deles, como pode a maximização de poder, ao mesmo tempo, ser um comportamento de auto-ajuda? Nas palavras do autor, “a proposição do balanceamento, no entanto, colide diretamente com a hipótese da maximização de poder proposta por Mearsheimer, porque maximizar poder faz pouco sentido quando se espera encontrar coalizões contrárias de balanceamento”. (Toft, 2005, p. 392) Naturalmente, esta é a posição de Waltz, que o leva a concluir que os Estados são eminentemente conservadores, e não revisionistas maximizadores de sua posição relativa.

A razão para a aparente contradição do realismo ofensivo reside justamente no deslocamento de foco da dualidade balanceamento vs. adesão para balanceamento vs. *buck-passing*. Com isso, Mearsheimer percebe um grau significativamente maior de dificuldade no processo de balanceamento do que Waltz, diretamente relacionado com as dinâmicas intrínsecas à multipolaridade. Barry Posen, quase duas décadas antes, já antecipava esta expectativa: “um sistema com muitas potências provê oportunidades para o engrandecimento porque a responsabilidade pela oposição à expansão não é clara. Sistemas multipolares incentivam o ‘buck-passing’”. (Posen, 1984, p. 63; aspas no original)

⁹³ O realismo ofensivo espera, entretanto, que mesmo em sistemas multipolares desequilibrados os Estados busquem oportunidades de fazer com que outros arquem com os custos de contenção da ameaça, pelo menos em estágio inicial, esperando entrar em cena posteriormente de modo a arcar com custos menores e a sair da confrontação em melhores condições que os demais para a imposição de uma nova paz.

Finalmente, em consistência com a dimensão geopolítica da teoria, o realismo ofensivo também atribui um papel à geografia na determinação da propensão ao balanceamento ou ao *buck-passing*. A distribuição geográfica dos Estados pode facilitar uma ou outra estratégia. Estados que dividem fronteira com a ameaça, por exemplo, estão numa posição mais difícil para tentar o *buck-passing*: são alvos mais fáceis e diretos de uma invasão e, por conseguinte, interessa-lhes especialmente que a ameaça seja contida. Estados mais distantes da ameaça se encontram em situação mais confortável e tendem a repassar os custos da contenção, ao menos inicialmente, aos Estados mais próximos da ameaça.

Como é natural esperar, o efeito da geografia aparece mais fortemente na figura do *offshore-balancer*: se o comportamento de *buck-passing* já é naturalmente preferível ao balanceamento, essa preferência é ainda mais forte a partir da confortável posição do *offshore-balancer*, separado da ameaça por uma grande massa de água. Assim, *offshore-balancers* que sejam hegêmonas regionais são incentivados a deixar que os Estados em outras regiões arquem por si sós com os custos de contenção de uma ameaça, entrando em cena apenas quando o sucesso de um hegêmona potencial pareça provável. *Offshore-balancers* que pertençam a uma região com outras grandes potências continentais se encontram em posição também favorável ao *buck-passing*; no entanto, na presença de um hegêmona potencial, este tipo de *offshore balancer* se torna um balanceador mais confiável do que um hegêmona regional.

Os quadros abaixo resumizam, respectivamente, as expectativas do realismo ofensivo com relação (i) às dinâmicas da política internacional em função da polaridade regional (Quadro 3.1), e (ii) ao comportamento das grandes potências, em função de sua tipologia e da polaridade regional (Quadro 3.2).

Quadro 3.1. As grandes linhas da política internacional em função da polaridade regional

Tipo de sistema	Características
<i>Configuração bipolar de poder</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Maior estabilidade sistêmica e menor propensão à ocorrência de guerras, tanto entre grandes potências quanto entre estas e Estados menores. - Balanceamento é o curso de ação conservador predominante.
<i>Configuração multipolar equilibrada</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema mais instável do que o bipolar e com maior propensão à ocorrência de guerras entre grandes potências e entre estas e Estados menores. - Manifestação máxima dos problemas de ação coletiva na formação de coalizões de balanceamento; alta frequência de <i>buck-passing</i>.
<i>Configuração multipolar desequilibrada</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema altamente instável e com elevada propensão à ocorrência de guerras, com ênfase a guerras hegemônicas envolvendo todas – ou quase todas – as grandes potências. - Incentivos mistos aos cursos de ação conservadores: espera-se a prática do <i>buck-passing</i>, ao menos em períodos anteriores a guerras ou em seu estágio

	inicial; porém, coalizões de balanceamento são mais facilmente formadas, em função da presença de um hegêmona potencial.
--	--

Quadro 3.2. Comportamento das grandes potências em função do tipo e da polaridade

Tipo de grande potência	Configuração regional de poder		
	<i>Bipolaridade</i>	<i>Multipolaridade equilibrada</i>	<i>Multipolaridade desequilibrada</i>
<i>Continental</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Maximizar poder, com vistas a, eventualmente, tornar-se um hegêmona regional. - Balancear contra as tentativas do rival de aumentar o seu poder. <i>Buck-passing</i> não é uma opção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maximizar poder, com vistas a, eventualmente, tornar-se um hegêmona regional. - Tentar repassar os custos de contenção de eventuais ameaças a outras grandes potências, particularmente se estas estiverem geograficamente mais próximas da ameaça. Eventual ingresso em coalizões de balanceamento, porém com problemas de coordenação e baixa solidariedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maximizar poder, com vistas a, eventualmente, tornar-se um hegêmona regional. - Tentar repassar os custos de contenção de eventuais ameaças a outras grandes potências, particularmente se estas estiverem geograficamente mais próximas da ameaça. Maior tendência ao ingresso em coalizões de balanceamento mais sólidas, para conter o hegêmona potencial.
<i>Insular</i>	(Esta seria uma situação inusitada do ponto de vista do realismo ofensivo. Haveria uma única grande potência no continente e uma potência insular; espera-se, no entanto, que a potência insular intervenha antes do estabelecimento de uma hegemonia continental [quarta célula desta linha])	<ul style="list-style-type: none"> - Deixar os custos de manutenção da balança regional de poder quase inteiramente nas mãos das grandes potências continentais, eventualmente se aproveitando da situação para fortalecer-se relativamente a elas⁹⁴. 	<ul style="list-style-type: none"> - Repassar grande parte dos custos de manutenção da balança regional de poder às grandes potências continentais, mas aliar-se fortemente a elas se a hegemonia regional parecer provável.
<i>Hegêmona potencial</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Lançar-se à hegemonia regional sem hesitação, em função da existência de apenas outra grande potência mais fraca. 	X	<ul style="list-style-type: none"> - Lançar-se à hegemonia regional, porém com ponderação, diante de circunstâncias política e militarmente favoráveis,

⁹⁴ Lembre-se de que, além de protegerem as potências insulares das grandes potências continentais, grandes massas de água também barram a projeção de seu poder sobre o continente. Por isso, a busca de hegemonia regional por parte de uma potência insular é, ao mesmo tempo, menos necessária e mais inviável.

			em função da presença de outras grandes potências no sistema.
<i>Hegêmona regional (em outra região)</i>	- Deixar a manutenção da balança regional de poder exclusivamente nas mãos das grandes potências da região. Intervir unicamente na presença de uma transformação que crie um desequilíbrio súbito e agudo de poder.	- Deixar a manutenção da balança regional de poder exclusivamente nas mãos das grandes potências da região. Intervir unicamente na presença de uma transformação que crie um desequilíbrio súbito e agudo de poder.	- Tentar repassar os custos de contenção do hegêmona potencial às grandes potências regionais, mas intervir ativamente caso a conquista de hegemonia pareça provável.

3.4 – Outras Abordagens do ‘Realismo Ofensivo’

Antes que se discuta a adequação da inclusão da teoria derivada da obra de Mearsheimer no interior do PPC do Realismo Estrutural, convém observar o teor e o caráter teórico de outras abordagens comumente associadas ao realismo ofensivo. Especificamente, cabe apurar se elas seriam boas candidatas a integrar o PPC em questão. Em geral, estas abordagens são apontadas nos seguintes trabalhos: Zakaria (1992 e 1998), Schweller (1994 e 1997a), Huntington (1993), Labs (1997), Elman (2004) e Layne (2005)⁹⁵. Por não afetar diretamente os propósitos da presente análise, estas abordagens serão discutidas superficial e genericamente.

O propósito de Zakaria (1992) era o de revisar criticamente a influente obra de Snyder (1991). Este autor apresentou um modelo explicativo para a superexpansão estatal em séculos passados. Sua explicação centrava na presença de grupos paroquiais de interesse que tomavam as rédeas da política nacional – processo chamado por Snyder de ‘cartelização’ (Snyder, 1991, p. 39-49) – para expandir sua influência no exterior. Ao cabo, Snyder conclui que a propensão à expansão dos Estados era função de sua distribuição interna de grupos e de interesses, dando origem a três possíveis tipos de governo: unitário, democrático e cartelizado. Zakaria aponta corretamente para o fato de que, diferentemente de seu objetivo declarado, Snyder não desenvolveu uma teoria que

⁹⁵ Ver Brooks (1997) e Taliaferro (2000).

fizesse a ponte entre os determinantes domésticos e sistêmicos do comportamento estatal. Ao final, Snyder desenvolve um modelo exclusivamente reducionista (Zakaria, 1992, p. 178) Zakaria, então, defende uma explicação sistêmica para a expansão do poder do Estado. Para ele, “superexpansão, em outras palavras, é fácil e simplesmente correlacionada com o poder relativo e com o grau de competitividade do sistema internacional”. (Zakaria, 1992, p. 187) Esta é uma afirmação que alguém imaginaria encontrar sem dificuldades na obra de Mearsheimer. Neste momento, porém, Zakaria não faz mais do que endossar a tese do realismo ofensivo de que ‘a anarquia incentiva à maximização de poder’. Nenhum esforço teórico estava presente.

Em Zakaria (1998), o autor finalmente propõe uma teoria que explique o expansionismo estatal, a que ele chama de ‘realismo centrado no estado’ (*state-centered realism*). Especificamente, Zakaria queria responder à questão: “por que, na medida do crescimento de sua riqueza, os Estados constroem grandes exércitos, envolvem-se em políticas além de suas fronteiras e buscam influência internacional?”. (Zakaria, 1998, p. 3) O realismo centrado no estado acredita que a posição relativa do Estado e o caráter anárquico da estrutura do sistema internacional oferecem os incentivos à expansão, em conformidade com o realismo de Mearsheimer. No entanto, Zakaria julga ser necessário incluir uma variável doméstica para dar conta do quadro completo deste processo. Para ele, políticas expansionistas não seriam função direta do poder nacional propriamente, mas do que ele chamou de ‘poder estatal’. Poder estatal, de acordo com Zakaria, diz respeito à parcela do poder nacional que o governante é capaz de extrair para perseguir sua política externa – incluindo expansão territorial. (Zakaria, 1998, p. 35)

Assim, mais importante do que apurar os recursos controlados pelo Estado, como nação, para o realismo centrado no estado é preciso saber a força e a capacidade mobilizável pelo estado, como instituição. Zakaria, então, acredita ser capaz de explicar

satisfatoriamente os ciclos de expansão internacional por que passaram os EUA: baixa projeção internacional no período de reduzido poder estatal, apesar de uma considerável riqueza nacional (1865-1889), e volumoso envolvimento internacional após a constituição de um estado forte (1889-1908). (Zakaria, 1998, p. 44-89; 128-180) Fica claro, portanto, que a variável independente determinante na teoria de Zakaria – como na teoria de Snyder – permanece sendo um atributo reducionista (poder estatal) dos Estados. Por essa razão, não existe lugar para o realismo centrado no estado no PPC do Realismo Estrutural⁹⁶.

A trajetória intelectual de Schweller é bastante semelhante à de Zakaria⁹⁷. Em Schweller (1994), o autor denuncia o que chamou de ‘viés de status quo’ (*status quo bias*) do realismo estrutural, que, para ele, entrava no caminho de uma leitura adequada da política internacional. Schweller buscava dar lugar ao Estado revisionista, maximizador de ganhos. Para isso, acredita ser necessário repensar a dualidade balanceamento vs. adesão. Em particular, o autor sugeria que:

Todos os lados do debate presumiram erroneamente que a adesão e o balanceamento são comportamentos opostos motivados pelo mesmo objetivo: aumentar a segurança. Como resultado, o conceito de adesão recebeu uma definição muito estreita – ceder à ameaça – como se fosse simplesmente o oposto de balanceamento. Na prática, no entanto, Estados têm razões muito diferentes para escolher entre balanceamento e adesão. O propósito do balanceamento é a autopreservação e a manutenção de valores já possuídos, enquanto o objetivo da adesão é, usualmente, o auto-engrandecimento: obter valores desejados. (Schweller, 1994, p. 74)

Schweller, assim, tenciona demonstrar que os Estados maximizam poder e que a adesão, conceitualmente reformulada, é um comportamento comum para este fim. O autor, então, enumera alguns exemplos históricos que datam dos séc. XV-XIX, os quais, segundo ele, corroborariam sua tese. (Schweller, 1994, p. 88-92) Schweller, portanto,

⁹⁶ A própria nomenclatura proposta por Zakaria já é indicativa disto. O autor centra sua abordagem no estado, como instituição, enquanto uma teoria realista estrutural deve necessariamente estar centrada no sistema internacional.

⁹⁷ Não é por acaso, portanto, que ambos são comumente apontados como pertencentes à mesma escola de pensamento realista, que se convencionou chamar de neoclássica. Ver Rose (1998).

discorda frontalmente do realismo ofensivo de Mearsheimer quanto à razoabilidade da adesão como comportamento de auto-ajuda no anárquico sistema político internacional. Ainda, além de uma superficial alusão ao realismo clássico de Morgenthau, Schweller não desenvolveu uma teoria realista própria. Sua teoria, chamada de *balanço de interesses*, viria mais tarde, em seu estudo de sistemas tripolares e das origens da Segunda Guerra Mundial. (Schweller, 1997a)

Para Schweller (1997a), além da polaridade do sistema, os interesses dos Estados exercem um papel fundamental nas dinâmicas da política internacional. O autor, então, propõe uma tipologia dos Estados com base em seus interesses diante do *status quo* internacional. Eles podem ser: revisionistas com objetivos ilimitados, revisionistas com objetivos limitados, indiferentes, apoiadores (aceitam mudanças pequenas) e forte apoiadores. (Schweller, 1997a, p. 85) De acordo com o argumento, a estabilidade do sistema internacional – que Schweller define como a probabilidade de uma grande potência deixar de existir como tal – é função da relação entre o balanço de interesses dos Estados e a distribuição internacional de poder. Ou seja, a estabilidade sistêmica depende do número e do interesse das grandes potências: quantas apóiam fortemente o status quo? Quantas são revisionistas com objetivos ilimitados? Etc.

Em primeiro lugar, sem aprofundar, é difícil discernir sobre a utilidade analítica da teoria de Schweller. Como se viu, na base lógica do realismo estrutural reside o pressuposto de que os Estados nunca podem conhecer ao certo os interesses e intenções uns dos outros. Sendo assim, para usar os interesses como variável independente, Schweller necessariamente deve apresentar (i) um meio de se apurar *de antemão* com confiança os interesses dos Estados ou (ii) uma teoria reducionista sobre a formação dos interesses nacionais. Schweller não propõe nenhuma das duas coisas. Além disso, para além do valor da teoria, fica evidente que a teoria do balanço de interesses, assim como

o realismo centrado no estado de Zakaria, depende irremediavelmente de atributos unitários dos Estados. Também não há lugar para Schweller no PPC do Realismo Estrutural.

Nos artigos de Huntington (1993) e de Labs (1997), assim como em Zakaria (1992) e Schweller (1994), não há proposta de inovação teórica. No caso de Huntington, trata-se, simplesmente, da invocação (e atualização) do argumento do realismo clássico de que ser (mais) forte importa. Para Huntington, isso é óbvio o suficiente, porém “as razões pelas quais isso é óbvio podem não ser tão claras e podem ter sido esquecidas ou perdidas nas outras preocupações dos cientistas políticos e economistas estudiosos das relações internacionais”. (Huntington, 1993, p. 68) Huntington se preocupa, entre outras coisas, em demonstrar o caráter relacional do poder – e que, portanto, em termos de poder, ganhos absolutos não significam nada – e a contínua utilidade que a busca pelo poder possui na política internacional contemporânea. Particularmente, Huntington concentra-se na identificação de uma disputa entre EUA e Japão pela supremacia econômica. (Huntington, 1993, p. 71-82) Desta forma, inexistente aqui qualquer esforço de teorização que apresente uma alternativa à abordagem mearsheimeriana para o realismo ofensivo.

Já Labs (1997) conduz um teste empírico da expectativa central do realismo ofensivo (i.e., ‘Estados maximizam poder’), relacionando-a a decisões tomadas na condução de guerras entre grandes potências. Especificamente, a tese defendida por Labs é a de que “Estados tentam maximizar seu poder relativo, com vistas a maximizar sua segurança, e isso conduz a decisões de expandir os propósitos de guerra”. (Labs, 1997, p. 1) Por se tratar de uma significativa corroboração empírica do realismo ofensivo, o estudo de Labs será retomado nas considerações finais, quando o progresso do PPC do Realismo Estrutural estiver em pauta. Para nossos propósitos presentes,

cumpra apenas ressaltar que Labs não propõe uma teoria do realismo ofensivo, mas somente testa uma expectativa teórica particular.

Finalmente, Elman (2004) e Layne (2005) buscam avançar sobre a discussão de Mearsheimer, sem alterá-la significativamente e sem apresentar uma alternativa própria. Ambos também tratam de um mesmo tema: a ascensão hegemônica dos EUA. O caso dos EUA é bastante significativo para o realismo ofensivo, sendo, segundo Mearsheimer, o único caso moderno de sucesso em uma corrida pela hegemonia regional. (Mearsheimer, 2001, p. 238-251) Para Elman, a hegemonia norte-americana foi conquistada em circunstâncias extremamente favoráveis, improváveis de se duplicarem em outros momentos e regiões do planeta. Em suas palavras, “eles [os EUA] se tornaram hegemônicos porque não havia balanceadores nativos, e porque o anárquico sistema internacional oferecia incentivos fracos para que as grandes potências europeias bloqueassem sua ascensão”. (Elman, 2004, p. 563)

Assim, Elman acredita que Mearsheimer, concentrando-se no caso histórico dos EUA, superestima as possibilidades de conquista de hegemonia regional. Para ele, o realismo ofensivo precisa ser revisado para dar melhor conta dos fatores que contribuem para uma corrida hegemônica bem-sucedida. Elman, estudando a venda da Louisiana pela França aos EUA, em 1803, acredita encontrar o fator-chave: “considerações locais frequentemente impedirão que uma grande potência continental responda à ascensão de um Estado em outra região”. (Elman, 2004, p. 563) Em outras palavras, Elman argumenta que foram considerações políticas na Europa – as guerras napoleônicas – que desincentivaram as grandes potências daquele continente a intervir contra a corrida hegemônica dos EUA. Essa conclusão, no entanto, não produz uma versão estendida do realismo ofensivo, como queria Elman. Ficou claro do que se discutiu até aqui que a expectativa de Elman está implícita - senão explicitamente – prevista pela lógica

regional imposta pelos pressupostos do realismo ofensivo. A teoria espera que os cálculos dos Estados sejam influenciados fundamentalmente pelas dinâmicas da balança regional de poder, esforçando-se em outras regiões apenas em circunstâncias específicas – hegemona regional diante de uma multipolaridade desequilibrada em outra região. Elman não estende o realismo ofensivo, apenas o corrobora em sua versão original.

Layne (2005), de sua parte, acredita que Mearsheimer não conduz o realismo ofensivo à sua conclusão lógica. Para ele, é difícil conciliar o realismo ofensivo com a “asserção de que hegêmonas regionais são potências conservadoras”. (Layne, 2005, p. 129) Particularmente, Layne julga que o histórico dos EUA no séc. XX não é o de um hegemona regional atuando como *offshore-balancer*, mas antes o de um hegemona mundial atuando como estabilizador regional com vistas à manutenção de sua dominação⁹⁸. A diferença, parece-nos, é que os EUA interviriam intensamente em outras regiões importantes do mundo, mesmo na ausência de um hegemona potencial, para garantir que a ordem que lhe é favorável nunca será desafiada. Evidentemente, Mearsheimer e Layne divergem em essência em torno dos requisitos de hegemonia. Para Layne, a hegemonia mundial é mais factível e a perspectiva de que os Estados se contentariam com a hegemonia regional corresponderia a uma versão *diet* do realismo ofensivo. (Layne, 2005, p. 128) A divergência entre os dois autores remete, em última análise, a discordâncias acerca do real impacto dos pressupostos que impõem a regionalização do poder à teoria de Mearsheimer:

Se a geografia – o poder paralisante da água – torna impossível a qualquer Estado atingir a hegemonia global, por que um hegemona regional deveria perder um minuto de seu sono preocupado se outra grande potência pode atingir a hegemonia em regiões distantes? [...] Estrategicamente, eles [hegêmonas regionais] sempre se guiam por cenários mais desfavoráveis porque, no fundo, não confiam no poder paralisante da água. (Layne, 2005, p. 126)

⁹⁸ Layne tem tradicionalmente criticado o papel dos EUA como hegemona atuante, em favor da adoção da postura de *offshore-balancer*, que, para o autor, maximizaria as chances dos EUA manterem-se como maior potência do planeta. Ver Layne (1993).

Layne, portanto, não acredita que constrangimentos geográficos tragam as consequências previstas por Mearsheimer. Com efeito, para Layne a hegemonia global dos EUA seria possível justamente pela *ausência* desses constrangimentos, tendo sido materializada pela presença militar dos EUA na Europa ocidental e no Leste Asiático. Layne chega mesmo a afirmar que, em função desta presença e da estrutura logística que a sustenta, os EUA são capazes de projetar força com maior facilidade para a Europa e para a Ásia do que para a América do Sul, região que, de acordo Mearsheimer, estaria sob a hegemonia norte-americana. (Layne, 2005, p. 132)

Assim, Layne não questiona a base lógica do realismo ofensivo; ao contrário, o autor acredita que Mearsheimer não a desenvolveu em toda a sua extensão⁹⁹. Entretanto, ao questionar implicitamente a validade dos pressupostos importados por Mearsheimer dos estudos estratégicos, Layne perdeu de vista o ponto-chave da discussão: quais as dificuldades inerentes à projeção de força sobre grandes massas de água *contra territórios habitados e defendidos por outras grandes potências*? A presença militar permanente dos EUA na Europa e na Ásia *consentida* por Estados aliados não respeita à mesma consideração. Ao aceitar a definição de hegemonia de Mearsheimer – o que aparentemente faz –, Layne deveria se perguntar se os EUA podem de fato ser considerados a única grande potência a atuar nas outras regiões e se sua presença militar não poderia ser potencialmente desafiada. De qualquer forma, para o que nos interessa, Layne não propôs uma alternativa ao realismo ofensivo de Mearsheimer, apenas sugeriu sua reorientação para o âmbito da balança global de poder. Porém, o faz com uma base empírica questionável.

⁹⁹ Apesar de que, ao destacar a incessante competição entre EUA e URSS por superioridade nuclear, Mearsheimer acaba sugerindo que a busca pelo poder pode ir além da hegemonia regional. (Mearsheimer, 2001, p. 224-232) Em última análise, pode-se afirmar que, para o realismo ofensivo, a busca pela hegemonia global pela única via não-territorial – superioridade nuclear – é prevista. Mearsheimer apenas não acredita em sua concretização, pelo menos no curto e médio prazos.

3.5 – O Realismo Ofensivo e o PPC do Realismo Estrutural

O ponto de chegada desta parte é verificar o tipo de mudança teórica, em termos lakatosianos, imposto pelo realismo ofensivo com relação ao PPC do Realismo Estrutural. Em outras palavras, trata-se de uma mudança teórica interprogramática, pela criação de um novo PPC rival, ou de uma mudança intraprogramática, que tenta fortalecer internamente o PPC do Realismo Estrutural? A partir da discussão realizada até aqui, julgamos que se possa demonstrar que o realismo ofensivo caracteriza uma mudança teórica intraprogramática.

Como se viu, o primeiro critério a que se deve atentar é colocado pela heurística negativa do PPC, que proíbe qualquer emenda teórica que viole os pressupostos contidos no núcleo duro do programa. Em recapitulação, considerou-se que os pressupostos que melhor se encaixam no núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural são:

- (i) *Os principais atores da política internacional são os Estados*¹⁰⁰.
- (ii) *Os Estados são unitários*¹⁰¹.
- (iii) *Os Estados colocam sua sobrevivência, entendida como a preservação de sua autonomia política, acima de qualquer outro objetivo.*
- (iv) *Os principais incentivos ao comportamento dos Estados, que dão conta das resultantes internacionais mais significativas — assim como de sua recorrência —, emanam da estrutura do sistema internacional.*

¹⁰⁰ Ver ressalvas na Parte 2.

¹⁰¹ Idem.

Mearsheimer adota integralmente o núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural. O realismo ofensivo é, reconhecidamente, uma teoria estatocêntrica com foco na política das grandes potências. (Mearsheimer, 2001, p. 17) Ao caracterizá-las unicamente em função de sua posição relativa na balança internacional de poder, ignorando seus atributos domésticos, Mearsheimer também adota o pressuposto teórico de que os Estados são unitários. Nas suas palavras, “as grandes potências são como bolas de bilhar que variam apenas em tamanho”. (Mearsheimer, 2001, p. 18) Em terceiro lugar, Mearsheimer explicitamente reconhece a busca pela sobrevivência como objetivo primário dos Estados. (Mearsheimer, 2001, p. 31) Por fim, o realismo ofensivo defende a primazia dos efeitos estruturais sobre os principais cursos de ação adotados pelos Estados na política internacional. A competição por poder é derivada da anarquia internacional (Mearsheimer, 2001, p. 29-54) e as variações nos comportamentos de auto-ajuda são buscadas na polaridade sistêmica. (Mearsheimer, 2001, 337-347) Como ficou claro, o foco nas balanças regionais de poder em nada altera o caráter estrutural do argumento; trata-se da mesma aplicação em escala diferente.

Dois pressupostos do realismo ofensivo – posse de capacidades ofensivas pelas grandes potências e incerteza sobre as intenções alheias – estão implícitos na discussão waltziana. Com efeito, o argumento de Waltz sobre os efeitos da anarquia e a lógica da auto-ajuda depende diretamente de ambos. Um terceiro pressuposto, no entanto, traz implicações distintas para o realismo ofensivo: Mearsheimer adota o pressuposto da racionalidade estatal. De acordo com Elman e Elman, o pressuposto da racionalidade pode ser resumido em uma condição dupla: “os estados selecionam as estratégias em que os ganhos esperados tendem a superar as perdas esperadas” e “ponderam opções e tomam decisões baseadas em sua situação estratégica e no acesso de seu ambiente externo”. (Elman e Elman, 1997, p. 924) Em termos teóricos, o pressuposto da

racionalidade implica que o realismo ofensivo se julga capaz de permitir algo que Waltz não se propunha a fazer: criar expectativas sobre o comportamento de Estados específicos em situações determinadas. Segundo Mearsheimer, em reflexão posterior sobre o tema, a recusa de Waltz em adotar o pressuposto da racionalidade estatal coloca em dúvida a capacidade de sua teoria de desempenhar inclusive sua função declarada, ou seja, explicar e prever resultados sistêmicos. Para Mearsheimer, “como podemos confiar que uma coalizão efetiva de balanceamento irá se formar contra um agressor quando não podemos confiar que quase todos os Estados ameaçados reconhecerão a ameaça e agirão inteligentemente?”. (Mearsheimer, 2009, p. 248)

De fato, Mearsheimer busca em dois séculos de história corroborações empíricas para a sua teoria, por meio da observação do comportamento das grandes potências no período; e igualmente tenta projetar as expectativas teóricas do realismo ofensivo para a política internacional das próximas décadas, em particular no que respeita ao comportamento futuro da China e dos EUA¹⁰². Entretanto, isso seria suficiente para concluir, como o faz Rosecrance (2002), que o realismo ofensivo se tornou uma teoria de política externa, e não de política internacional? Em se constatando a conclusão de Rosecrance, o realismo ofensivo estaria em más condições para incorporar-se ao PPC do Realismo Estrutural. Afinal, conforme estabelecemos, a heurística positiva do programa deve ser identificada com a geração de expectativas sobre resultados de política internacional. Nos termos de Lakatos, ter-se-ia uma mudança teórica degenerescente, em desrespeito à força heurística do PPC do Realismo Estrutural.

Contudo, a tese de Rosecrance não se sustenta. As expectativas do realismo ofensivo são de política internacional e de ordem estrutural. Como se viu, as diferentes configurações de poder são associadas distintas propensões à estabilidade sistêmica, à

¹⁰² Ver Mearsheimer (2001), capítulos 6 e 10, respectivamente. Sobre as expectativas do realismo ofensivo quanto ao comportamento futuro da China, ver também Mearsheimer (2008; 2010a e 2010b).

guerra e ao balanceamento/*buck-passing*. O fato de Mearsheimer nomear os agentes da política, em contextos históricos específicos, é apenas reflexo do pressuposto da racionalidade, que em nada modifica o caráter sistêmico do argumento. Assim, ao prever comportamentos específicos desta ou daquela grande potência, Mearsheimer não o faz com base em seus atributos domésticos, mas em sua posição na balança internacional de poder. Em outras palavras, para o realismo ofensivo a Alemanha não tentou atingir a hegemonia regional em 1914 por ser *a* Alemanha, mas por ser um hegêmona potencial numa configuração multipolar desequilibrada; a França não balanceou prontamente contra a Alemanha por ser *a* França, mas por ser uma grande potência continental diante de um hegêmona potencial; e os EUA não intervieram a favor da Tríplice Entente por serem *os* EUA, mas por serem um hegêmona regional atuando como *offshore-balancer* numa multipolaridade desequilibrada. Uma teoria de política externa propriamente buscaria explicar, por exemplo, o processo interno ao Estado – como se tomou a decisão(?); pela influência de quais grupos(?); etc. – que o conduziu ao comportamento incentivado pela estrutura. Estas são considerações que o realismo ofensivo ignora absolutamente.

Diniz descreve bem o significado do pressuposto da racionalidade para uma teoria estrutural:

Essa pressuposição [do ator racional] não é do seguinte tipo: (i) “Estou partindo do princípio de que determinado Estado é racional, e portanto a seguinte decisão será tomada”. Ela pode ser descrita como se aproximando, ao contrário, da seguinte forma geral: (ii) “Dada a situação Y, qual comportamento um ator racional (ou seja, capaz de associar a obtenção de determinados fins à utilização de determinados meios de determinada maneira) que tenha o objetivo X deveria adotar?”. (Diniz, 2007, p. 126-127)

Outras emendas teóricas propostas pelo realismo ofensivo modificam o cinturão de proteção do PPC e dão origem a novas expectativas. Como se viu, o cinturão de proteção originalmente desenvolvido por Waltz continha os seguintes pressupostos: (i)

os Estados são atores posicionais conservadores, preocupados com a manutenção de sua posição relativa, e formam balanças de poder na presença de desequilíbrios agudos na distribuição internacional de poder; e (ii) sistemas bipolares são mais estáveis e pacíficos do que sistemas multipolares. O realismo ofensivo altera ou modifica esses pressupostos da seguinte forma:

(i) *Os Estados são atores posicionais revisionistas, maximizadores de sua posição relativa, e buscam, ao mesmo tempo, reverter em seu favor a balança de poder e impedir que os outros a assediem.*

(i.i) *O principal comportamento estatal para reverter favoravelmente a balança de poder é a guerra.*

(i.ii) *Os cursos de ação para impedir que outros Estados assediem a balança de poder são o balanceamento e o buck-passing, sendo o último preferível ao primeiro.*

(ii) *Sistemas internacionais podem ser bipolares, multipolares equilibrados e multipolares desequilibrados, em ordem crescente de instabilidade e de propensão à ocorrência de guerras.*

(iii) *Constrangimentos ao uso da força – poder paralisante da água, superioridade do poder terrestre e improbabilidade de superioridade nuclear – separam as regiões em diferentes balanças de poder e impõem limites regionais à maximização do poder do Estado.*

Como já antecipado, os constrangimentos ao uso da força incorporados pelo realismo ofensivo não são variáveis, mas condições de fundo que justificam o foco regional dado às configurações internacionais de poder. Fossem eles variáveis independentes, o realismo ofensivo teria problemas para adequar-se ao PPC do Realismo Estrutural, na medida em que sejam elementos não pertencentes à estrutura política do sistema internacional. Entretanto, qualquer modificação substantiva nessas condições de fundo – por exemplo, uma Revolução nos Assuntos Militares¹⁰³ que anulasse o poder paralisante da água ou permitisse a um Estado adquirir superioridade nuclear – traria consequências teóricas importantes. Portanto, as emendas teóricas que o realismo ofensivo agrega ao cinturão de proteção geram expectativas que variam exclusivamente em função de mudanças na distribuição internacional de poder e de seu impacto (inter-)regional. O realismo ofensivo confere uma mudança teórica intraprogramática ao PPC do Realismo Estrutural, cuja eventual progressividade tende a ser um dos maiores avanços científicos deste programa desde sua formulação em 1979.

¹⁰³ Sobre o tema, ver Proença Jr., Diniz e Raza (1998).

*CONSIDERAÇÕES FINAIS – Progresso no Programa de Pesquisa Científico do
Realismo Estrutural*

Na discussão final da parte anterior demonstramos que o realismo ofensivo respeita o critério heurístico proposto por Lakatos para a caracterização de uma mudança teórica intraprogramática progressiva. Entretanto, nada foi dito a respeito da cientificidade deste processo e do grau de progressividade/degenerescência imposto ao PPC do Realismo Estrutural. Recuperando a MPPC, para ser considerada científica, uma mudança teórica tem de ser *teoricamente* progressiva, ou seja, precisa levar à previsão de fatos novos. Lakatos denominou as emendas teóricas que visavam somente a salvar uma teoria de discrepâncias empíricas, sem prever fatos novos, de *ad hoc 1*. (Lakatos, 1968, p. 389) Já para que um PPC seja considerado progressivo, sua mudança teórica, além de ser teoricamente progressiva, deve ser *empiricamente* progressiva. Isso significa que pelos menos parte dos novos fatos previstos deve ser corroborada empiricamente. Lakatos denominou as emendas teóricas que, apesar de prever novos fatos, não passavam pelo teste empírico (não tinham nem parcela de seus novos fatos corroborada) de *ad hoc 2*. (Lakatos, 1968, p. 389) Ainda, cumpre lembrar que, para Lakatos, enquanto o critério de progresso teórico (*cientificidade 1*) pode ser avaliado instantânea e dedutivamente por uma análise lógica a priori, o critério de progressividade empírica (*aceitabilidade 2*) só se produz com o tempo. (Lakatos, 1979, p. 141-142)

A mudança teórica introduzida pelo realismo ofensivo será científica – ou teoricamente progressiva – se possuir excedente empírico com relação ao estado anterior do PPC do Realismo Estrutural, quando seu cinturão de proteção era formado exclusivamente pelas hipóteses de Waltz. Viu-se que, entre as várias possíveis interpretações do que seja um ‘fato novo’, o critério de *novidade heurística* (Zahar/Lakatos³) é o mais condizente com o espírito da MPPC. De acordo com este critério, a anomalia que conduziu à reelaboração da teoria não pode ser usada como instância corroboradora. Um trecho de Zahar traduz esta noção e merece ser repetido:

Se nos derem apenas o produto final T^* [uma teoria derivada de T] que preveja os fatos a , b e c , em geral seremos incapazes de determinar se a , b e c fornecem apoio genuíno a T^* ou se T^* foi simples e astutamente programada, por meio de um ajustamento de parâmetros, para dar conta dos fatos conhecidos. (Zahar, 1973, p. 103; *itálicos no original*)

Mas qual anomalia-chave colocada ao realismo de Waltz teria sido a inspiração originária para a elaboração do realismo ofensivo? A reconstrução racional da trajetória do realismo político contemporâneo sugere que seja o recorrente comportamento revisionista por parte de alguns Estados, produzindo as resultantes políticas de maior impacto no sistema de Estados moderno. Com efeito, explicar como – e eventualmente por que – ‘Estados maximizam poder’ é o único elo que une todas as abordagens identificadas com o realismo ofensivo (Mearsheimer [1990a, 1994 e 2001], Zakaria [1992 e 1998], Huntington [1993], Schweller [1994 e 1997a], Labs [1997], Elman [2004] e Layne [2005]). Em outras palavras, a luta pela hegemonia dos Habsburgo na Europa dos séculos XVI e XVII; a corrida pelo domínio continental da França napoleônica; a expansão e consolidação dos EUA, ao longo do séc. XIX, como única

grande potência a atuar nas Américas; a dupla tentativa alemã de subjugar seus vizinhos, em 1914 e em 1939; o esforço inabalável do Japão para consolidar o Império do Sol Nascente a partir dos anos 1930; e o expansionismo soviético até as fronteiras blindadas da OTAN durante a Guerra Fria – para citar apenas alguns dos fenômenos mais consequentes da política internacional moderna – formam a *raison d'être* do realismo ofensivo. A eventual novidade heurística trazida pelo realismo ofensivo depende, portanto, de expectativas teóricas que vão além do comportamento estatal revisionista.

Antes que se avance neste ponto, contudo, uma ressalva precisa ser feita com relação ao significado da maximização de poder para o realismo defensivo. Talvez não seja adequado considerar o revisionismo como uma anomalia propriamente à teoria de Waltz. Pode-se argumentar que, para Waltz, o expansionismo exacerbado é simplesmente identificado como um comportamento desincentivado pela estrutura do sistema internacional e que tende a ser punido - como de fato o foi, na maior parte dos casos citados no parágrafo anterior. Esta é uma ressalva correta, e é provável que fosse esta a resposta de Waltz ao desafio colocado pelo realismo ofensivo. Porém, a recorrência do comportamento revisionista implicaria uma grande dificuldade por parte dos Estados em absorver os incentivos estruturais identificados por Waltz, diminuindo a relevância de sua teoria como ferramenta analítica. Qual a importância de uma teoria para um campo de estudos cujos fenômenos mais importantes sejam determinados por manifestações distintas das previstas teoricamente? O risco de Waltz é de que sua teoria, como conclui Mearsheimer (2009), acabe se tornando uma teoria normativa, que explique não o comportamento das grandes potências, mas como elas *deveriam* se comportar.

Para o realismo ofensivo, ao contrário, o comportamento revisionista é racionalmente explicado pelas dinâmicas estruturais. Assim como Lakatos (1998) afirma que sua metodologia, quando usada como metateoria para apurar a história da ciência, possui uma vantagem sobre as demais por trazer elementos tidos anteriormente como externos para o bojo da história interna da ciência, também o realismo ofensivo oferece uma vantagem por incorporar à sua racionalidade interna o comportamento revisionista. Nas palavras de Lakatos, “pode-se sempre reconstruir como racional uma maior parte da ciência notável à luz de melhores reconstruções racionais da ciência”. (Lakatos, 1998, p. 55)

Como já discutido, das abordagens supostamente alternativas relacionadas ao realismo ofensivo, apenas os trabalhos de Schweller (1997) e de Zakaria (1998) apresentam alguma forma de teorização para além da simples invocação do pressuposto do estado revisionista. Entretanto, conforme se demonstrou, suas teorias se encontram irremediavelmente fora do PPC do Realismo Estrutural, na medida em que violam o núcleo duro com variáveis reducionistas que geram expectativas de política externa. A busca por novidade heurística, neste caso, deve-se dar mediante a identificação de uma mudança teórica interprogramática, com a geração do que se quer que seja um PPC do Realismo Neoclássico (Schweller, 2003), o que está fora do escopo delimitado para o presente trabalho doutoral.

Cumprindo exclusivamente ao realismo ofensivo mearsheimeriano, assim, prover novidade heurística – e, portanto, cientificidade – ao PPC do Realismo Estrutural. Isso deve ser verificado com base nas emendas teóricas adicionadas ao cinturão de proteção do programa. De início, os pressupostos acerca dos constrangimentos à projeção de força, bem como a imposição analítica de regionalização das balanças de poder, trazem consequências teóricas imediatas e substantivas. Dá-se conta de uma das principais

anomalias enfrentadas pela abordagem original de Waltz: o fato de alguns Estados aliarem-se com potências mais fortes contra potências mais fracas; em particular, o fato de os Estados da Europa Ocidental terem-se aliado aos EUA durante a Guerra Fria, tendo sido a potência norte-americana, ao longo de todo o período, mais forte do que a URSS. Tradicionalmente, anomalias como esta têm dado espaço para abordagens que privilegiem variáveis não-realistas, como a alteração de identidades socialmente construídas (Wendt, 1999) e a força normativa de instituições e regimes internacionais (Keohane e Martin, 1995). A principal resposta realista a esta anomalia, antes da teoria de Mearsheimer, foi dada por Stephen Walt (1985 e 1987) e sua teoria do balanço de ameaças.

Em linhas gerais, Walt acreditava que a abordagem tradicional da balança de poder, da forma proposta por Waltz, deixava de fora algumas variáveis essenciais para que se entendam as escolhas dos Estados em termos de alinhamento internacional. Para Walt, seria mais acurado pensar em um *balanço de ameaças*, do qual o poder (recursos materiais, particularmente militares) é apenas um entre vários fatores:

Em vez de aliarem-se em reação a poder somente, seria mais preciso dizer que os Estados se aliam com ou contra o poder mais *ameaçador*. Por exemplo, Estados podem *balancear* aliando-se com outros Estados fortes, se uma potência mais fraca for um perigo maior por outras razões. (Walt, 1985, p. 8-9; *italico no original*)

Nos termos de Walt, o balanço de ameaças seria constituído pelos seguintes fatores: (i) poder agregado (população, riqueza, forças armadas etc.), (ii) proximidade geográfica, (iii) capacidades ofensivas e (iv) intenções ofensivas. (Walt, 1985, p. 9-13) Desta forma, solucionar-se-ia, para o autor, a grande anomalia da Guerra Fria: apesar de mais fortes do que URSS em termos de recursos, os EUA, no conjunto, eram menos *ameaçadores*, e, por isso, a Europa Ocidental se aliou com estes e não com aquela. Walt tenta inovar, efetivamente, com a adição dos três últimos fatores, pois o primeiro (poder

agregado) já era a variável por excelência da teoria de Waltz baseada na balança de poder.

A variável ‘proximidade geográfica’ antecipava, sem o mesmo rigor e sistematicidade, o argumento de Mearsheimer: “porque a habilidade de projetar poder diminui com a distância, Estados próximos representam uma ameaça maior do que aqueles que estão distantes”. (Walt, 1985, p. 10) Faltou a Walt, no entanto, o passo subsequente essencial de identificar o impacto disto sobre as balanças regionais de poder e sobre os incentivos colocados às potências pertencentes a regiões distintas. O argumento de Walt não explica, por exemplo, o outro lado da moeda: por que seria do interesse dos EUA aliarem-se fortemente contra a URSS - sendo que, pela própria variável geográfica, a ameaça que a URSS representava para os EUA era ainda menor. Agregue-se à equação a relativa segurança trazida pelo contexto da destruição mútua assegurada entre as duas potências e fica ainda mais difícil entender a posição assumida pelos EUA. Em suma, sem o conjunto de pressupostos incorporados pelo realismo ofensivo – natureza posicional revisionista dos Estados, URSS como um hegêmona potencial numa multipolaridade desequilibrada, EUA como hegêmona regional atuando como *offshore-balancer* etc. – a variável geográfica introduzida por Walt não resolve satisfatoriamente a questão.

Finalmente, os últimos dois fatores que compõem o balanço de ameaças, ‘capacidades ofensivas’ e ‘intenções ofensivas’, reduzem drasticamente o potencial analítico da teoria de Walt. O primeiro deles pressupõe a distinção entre armamentos ofensivos e defensivos – ou que potencializam mais o ataque ou a defesa -, o que se mostrou ser empiricamente inconsequente¹⁰⁴ e teoricamente despropositado¹⁰⁵. O segundo busca resolver, por decreto, o problema-base do realismo estrutural: como deve

¹⁰⁴ Ver Lieber (2000).

¹⁰⁵ Ver, mais uma vez, Diniz (2002).

se comportar um ator que deseje sobreviver num ambiente anárquico de auto-ajuda, *sem poder apurar com certeza as intenções dos demais*. O realismo estrutural retrata essencialmente uma situação de *dilema*, como se viu, porque os Estados devem agir com base em sua posição relativa, e não nas intenções dos demais. O realismo estrutural deve necessariamente partir, na geração de suas expectativas, do pressuposto implícito de que “a palavra não tem valor” [*talk is cheap*]. (Mearsheimer, 2010b, p. 383)

A este respeito, Walt parece se referir também à possibilidade de que intenções sejam manifestadas por políticas concretas. Assim, um Estado que tenha invadido e ocupado seus vizinhos seria uma ameaça de fato, com inquestionáveis intenções agressivas. O problema é que, nestes casos, a variável traria pouca utilidade analítica. Como se espera que os Estados se comportem *antes* que o pior aconteça? Este é, efetivamente, o problema central que domina os cálculos dos Estados na maior parte do tempo em sua vida internacional, e deve ser este, por isso mesmo, o principal problema a ser enfrentado pelo teórico da política internacional. Portanto, o realismo ofensivo é a única teoria a dar conta satisfatoriamente, no âmbito do PPC do Realismo Estrutural, de um importante ‘fato novo’ trazido pela Guerra Fria, improvável à luz da teoria de Waltz¹⁰⁶.

A identificação teórica de um novo tipo de configuração de poder, a multipolaridade desequilibrada, é outro elemento incluído no cinturão de proteção que traz vantagens analíticas imediatas. Associada ao pressuposto da natureza revisionista do Estado, a presença de um hegêmona potencial conduz o realismo ofensivo à expectativa de que sistemas multipolares desequilibrados sejam particularmente instáveis e propensos a guerras devastadoras, envolvendo todas as grandes potências do sistema. De acordo com o estudo empírico de Mearsheimer, as guerras napoleônicas, a

¹⁰⁶ Para uma boa discussão sobre por que, contrariamente ao senso comum estabelecido nos primeiros anos da década de 1990, o fim (pacífico) da Guerra Fria não apresenta essencialmente uma anomalia para o realismo estrutural, ver Waltz (2000).

Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial (neste último caso, tanto na Europa quanto no Pacífico) tiveram como condição de possibilidade este tipo de assimetria de poder na multipolaridade. (Mearsheimer, 2001, p. 168-233) Para o realismo de Waltz, o século XIX e a primeira metade do século XX seriam mais instáveis do que a Guerra Fria, devido à multipolaridade no primeiro período e à bipolaridade no segundo. No entanto, a teoria é incapaz de identificar por que as Guerras Mundiais, por exemplo, ocorreram em 1914 e 1939, e não, por assim dizer, em 1890 e 1927. O realismo ofensivo, de sua parte, tem maior precisão ao identificar sistemas distintos imediatamente anteriores a 1914 e 1939, comprometidos com um nível mais acentuado de instabilidade e com maior propensão à ocorrência de guerras¹⁰⁷.

Da mesma forma, por reorientar o foco da dualidade balanceamento vs. adesão para balanceamento vs. *buck-passing*, ao mesmo tempo em que pressupõe o *buck-passing* como curso de ação preferível, o realismo ofensivo traz maior precisão ao estudo das dinâmicas políticas de alinhamento. A teoria original de Waltz não elabora sobre as deficiências intrínsecas ao processo de balanceamento para além de suas diferentes ênfases na multipolaridade e na bipolaridade, restando-lhe a vaga afirmação de que, de um jeito ou de outro, “balanças de poder se formarão ao longo do tempo”. (Waltz, 1997, p. 915) A tentativa de Christensen e Snyder (1990) de trazer maior especificidade à discussão se baseou, como em Walt (1985 e 1987), nas mesmas variáveis empiricamente inconsequentes e teoricamente despropositadas. Já o realismo ofensivo, por meio de sua lógica geopolítica imposta pelos pressupostos incorporados dos estudos estratégicos, oferece um quadro mais completo e elaborado das condições

¹⁰⁷ Mearsheimer reconhece, no entanto, a imprecisão ainda presente em sua teoria, inevitável a qualquer abordagem estrutural. Ele é incapaz de explicar, por exemplo, por que a Primeira Guerra Mundial eclodiu em 1914 e não em 1905, quando a configuração europeia já era uma multipolaridade desequilibrada e a Rússia se enfraquecera em função da guerra com o Japão, tornando o contexto mais favorável à Alemanha do que quando efetivamente tentou colocar em prática o seu Plano Schlieffen. Isso não exclui, entretanto, a maior precisão e consequente maior capacidade explicativa do realismo ofensivo frente ao realismo de Waltz.

envolvidas nos processos de balanceamento e de *buck-passing*, associando-os às configurações internacionais de poder e a características geográficas. Atente-se, neste particular, para a figura do *offshore-balancer* e para o seu papel distintivo na política internacional, possíveis apenas à luz do argumento dedutivo do realismo ofensivo. Com efeito, o histórico da política internacional dos EUA e do Reino Unido adquire maior consistência e embasamento teórico sob a ótica de Mearsheimer (2001, p. 234-266).

Eric Labs realizou um profundo estudo empírico, fruto de sua tese de doutorado, acerca de uma expectativa derivada do realismo ofensivo. Especificamente, Labs extraiu do realismo ofensivo a hipótese de que os Estados “maximizam seu poder relativo para maximizar sua segurança, e isso leva a decisões de expandir os propósitos de guerra”. (Labs, 1997, p. 1) Em consonância com a noção de expansão automática discutida anteriormente – oportunista e incremental, ao contrário do tipo manual de expansão (Elman, 1996, p. 28-29) -, Labs espera que Estados expandam seus propósitos políticos¹⁰⁸ diante de condições favoráveis na condução de uma guerra. Estas condições dar-se-iam em termos propriamente bélicos – sucessos táticos e estratégicos que alterem favoravelmente a correlação de forças – e também políticos (que Labs chama de sistêmicos) – a expectativa de que maiores sucessos não trarão aliados adicionais decisivos ao oponente. Os casos estudados por Labs são importantes e representativos da política internacional dos últimos 150 anos.

Na guerra Austro-Prussiana (1866), o propósito político da Prússia era minar a influência austríaca na Confederação Alemã, de modo a substituí-la por uma união federativa sob domínio prussiano. A vitória decisiva da Prússia, particularmente na

¹⁰⁸ Apesar de utilizar o termo ‘propósito de guerra’, Labs tem em mente a ideia de ‘propósito político’. Claramente falta a Labs o entendimento clausewitziano da diferença entre propósito de guerra – aquilo que se busca realizar efetivamente pelo uso da força, que deverá conduzir à consecução dos objetivos políticos na negociação de uma nova paz – e propósito político – aquilo que se espera conseguir como resultado da guerra. Ver Clausewitz (1993). Enquanto em alguns casos estudados por Labs existe de fato coincidência entre os dois propósitos, em outros casos não há. De qualquer maneira, a distinção teórica é importante e empiricamente significativa.

Batalha de Königgrätz, seria suficiente, de acordo com Labs, para que a Prússia conquistasse com tranquilidade o seu objetivo inicial. No entanto, sentindo a janela de oportunidade militar que se abria, o general Moltke passou a liderar uma forte corrente interna que defendia a conquista de parcelas substantivas de território austríaco, que acabaria por varrer completamente a Áustria da balança de poder europeia. Ao cabo, porém, prevaleceu a posição de Bismarck, para quem faltava oportunidade sistêmica. Para Bismarck, Rússia, Inglaterra e, principalmente, a França não permitiriam que a Prússia dominasse toda a Europa central. Apesar de revelar um resultado de relativa moderação, Labs acredita que a guerra Austro-Prussiana apresenta algumas lições importantes para o realismo ofensivo:

Em primeiro lugar, motivações ofensivas estavam presentes na Prússia, ainda que o governo prussiano não as tenha perseguido. O rei, os militares e até mesmo a opinião pública pensavam que a Prússia deveria tomar mais – sobretudo porque podia. Em segundo lugar, esta guerra demonstra, como prediz o realismo ofensivo, que os Estados não são agressores inconsequentes. Eles calculam os custos e benefícios da expansão. (Labs, 1997, p. 27)

Na guerra Franco-Prussiana (1870-1871), o propósito político da Prússia era simplesmente obter uma vitória sobre a França que a impedisse de frustrar a unificação dos Estados germânicos em torno da Prússia. No entanto, a derrota fragorosa das forças francesas para o exército comandado por Moltke, ao contrário de quase todas as expectativas vigentes, criou a oportunidade militar de aprimorar a fronteira entre a nova Alemanha e a França por meio da conquista das províncias francesas de Alsácia e Lorena, com um esforço adicional relativamente baixo. Politicamente as condições também pareciam favoráveis, diante da hesitação das demais potências europeias em se aliar com a França, que ainda era considerada uma força excessivamente poderosa no centro da Europa. O resultado foi a anexação pela Prússia de duas províncias francesas

importantes, que permaneceram sob controle alemão até o final da Primeira Guerra Mundial. (Labs, 1997, p. 28-34)

Na Guerra da Coreia (1950-1953), Labs identifica como os propósitos políticos dos EUA e da Coreia do Sul oscilaram em função de diferentes condições de oportunidade. Inicialmente, o propósito era o de restituir a fronteira entre as duas Coreias no 38º Paralelo, que havia sido rompida pela invasão do norte. Após o sucesso militar de Inchon, os aliados do sul se acreditaram capazes de reunificar toda a península sob a égide de um regime capitalista e politicamente pró-ocidente. Segundo Labs, a expectativa de que a URSS não interviria a favor da Coreia do Norte forneceu o incentivo sistêmico para que os EUA perseguissem o propósito político mais ambicioso. Desdobramentos posteriores, no entanto, conduziram à restauração do escopo político original da guerra. Especificamente, a entrada da China na guerra teria aumentado significativamente as expectativas de envolvimento da URSS, criando riscos muito altos para os EUA e a Coreia do Sul. (Labs, 1997, p. 34-39)

Finalmente, a participação da Inglaterra na Primeira Guerra Mundial oferece, para Labs, um caso múltiplo de expansão de propósitos políticos em função de oportunidades. De início, a Inglaterra teria se envolvido na guerra com o propósito eminentemente negativo de restaurar a independência da Bélgica – com acesso privilegiado ao Canal da Mancha – e de preservar a balança de poder europeia. Para o autor, a perspectiva de uma guerra curta e barata, sustentada pelas potências continentais¹⁰⁹, levou a Inglaterra a perseguir o propósito positivo de impor uma derrota devastadora à Alemanha com vistas a minar o caráter militarista de seu regime. Eventualmente, o descompasso descomunal entre meios e fins não tardaria a frustrar as

¹⁰⁹ Aqui há uma corroboração adicional do realismo ofensivo mearsheimeriano, no que concerne às suas expectativas quanto à prática do *buck-passing* e ao comportamento de um *offshore-balancer*. Esta não foi uma questão que tenha preocupado Labs, que realizou seu estudo antes da elaboração plena da teoria de Mearsheimer.

ambições britânicas. Mais ainda, novos propósitos de conquista e dominação nasceram do vácuo de poder que seria deixado com o retraimento do Império Otomano no Oriente Médio. (Labs, 1997, p. 39-46) Deve-se ressaltar, entretanto, que, do ponto de vista do realismo ofensivo mearsheimeriano, a postura da Inglaterra contra a Alemanha possuía uma faceta exclusivamente conservadora, comprometida com a manutenção da balança de poder no continente. *Offshore-balancers*, como se viu, não buscam a hegemonia.

Os EUA: de 'Garoto Propaganda' a Anomalia

Certamente, Mearsheimer concordaria com a alcunha de 'garoto propaganda do realismo ofensivo' [*poster child of offensive realism*] que Layne (2005) propõe aos EUA. Parte considerável do estudo empírico de Mearsheimer é destinada a demonstrar como os EUA parecem ter lido e relido, ao menos até o fim da Guerra Fria, a cartilha do realismo ofensivo: durante o séc. XIX, os EUA teriam se dedicado à conquista da hegemonia regional, por meio do expansionismo territorial e da expulsão das potências europeias do continente Americano (Destino Manifesto e Doutrina Monroe, respectivamente); durante a primeira metade do séc. XX, os EUA teriam atuado como *offshore-balancer* na Europa e, eventualmente, na Ásia, para impedir que hegêmonas regionais se tornassem hegêmonas de fato (1917 e 1941) – porém, não sem antes tentar repassar os custos de contenção às potências locais; finalmente, ao longo da Guerra Fria (1945-1990) os EUA teriam assumido desde o primeiro momento a sua função de *offshore-balancer*, diante de um hegêmona potencial especialmente poderoso de dimensão eurasiática. (Mearsheimer, 2001, p. 238-261)

Com o fim da Guerra Fria, marcado pelo progressivo retraimento político-militar da URSS no leste europeu e no leste da Ásia, e restaurada a multipolaridade equilibrada

nos dois continentes, o realismo ofensivo esperaria que os EUA se afastassem da balança de poder na Europa e na Ásia até que, eventualmente, apareça outro hegêmona potencial que as potências locais não possam conter por conta própria. O realismo ofensivo esperaria também, naturalmente, que a nova multipolaridade equilibrada se traduzisse num sistema mais instável e propenso à guerra do que a bipolaridade anterior. Com efeito, esta foi a audaciosa previsão política de Mearsheimer, num contexto altamente incerto e mesmo antes de elaborar as bases do realismo ofensivo:

Especificamente, eu examino os efeitos de um cenário em que a Guerra Fria chegue completamente ao fim. A União Soviética retira todas as suas forças da Europa Oriental, tornando os Estados desta região completamente independentes. Vozes a partir de então são ouvidas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Alemanha, argumentando que as forças militares americanas e britânicas na Alemanha perderam sua *raison d'être*, e estas forças são retiradas do continente. A OTAN e o Pacto de Varsóvia então se dissolvem. [...] Eu defendo que a propensão a grandes crises e guerras na Europa tende a aumentar marcadamente se a Guerra Fria terminar e este cenário se produzir. (Mearsheimer, 1990a, p. 5-6)

No entanto, vão-se mais de 20 anos desde o fim da URSS e a OTAN não só continua viva, mas está significativamente maior e mais assertiva, e os EUA continuam a manter uma presença militar robusta na Europa ocidental e no leste asiático, virtualmente com o mesmo desdobramento da Guerra Fria. (*United States Congressional Budget Office*, 2004) Com efeito, as grandes revisões de defesa dos EUA no pós-Guerra Fria têm atribuído à presença militar avançada um papel central em sua política internacional de segurança¹¹⁰. A anomalia colocada ao realismo ofensivo não é, ao contrário do que variados críticos apontaram, o fato de a Europa permanecer estável e pacífica, mas antes o fato de não terem-se concretizado as condições de possibilidade para o aumento da instabilidade, conforme previu Mearsheimer (ou seja, o retorno da multipolaridade diante da retirada dos EUA da balança de poder europeia).

¹¹⁰ Ver Kugler (1998) e Larson, Orletsky e Leuschner (2001).

Uma mudança significativa dos constrangimentos à projeção de força pressupostos pelo realismo ofensivo poderia ser uma explicação para esta anomalia. Então toda a lógica inter-regional de atuação dos *offshore-balancers*, própria do realismo ofensivo, deixaria de operar e a balança global de poder passaria a ser a variável-chave a ditar as dinâmicas da política internacional. Neste caso, o incentivo esperado ao comportamento dos EUA, em função da desproporção de seus recursos, seria a concretização da hegemonia mundial. Como se viu, para Layne (2005) esta parece ser a interpretação correta da atuação dos EUA nas últimas décadas.

Entretanto, não há evidência de qualquer desenvolvimento que tenha anulado o poder paralisante da água ou a superioridade do poder terrestre, e, caso a possibilidade de superioridade nuclear houvesse se materializado, seria naturalmente por esta via que os EUA perseguiriam a hegemonia mundial, não pelo desdobramento de forças convencionais. Mais significativa ainda, as respostas políticas esperadas deste contexto não se materializaram: os EUA ter-se-iam tornado a principal ameaça à sobrevivência de seus antigos aliados da OTAN e do leste asiático (Japão e Coreia do Sul), os quais seriam incentivados a contrabalançar o poder norte-americano. Esta é concretamente a expectativa do realismo de Waltz (1993 e 2000) e de Layne (1993), ambos considerando a balança de poder global. Porém, o que se tem visto é o recrudescimento das alianças militares dos EUA herdadas da Guerra Fria, e não seu enfraquecimento.

Mearsheimer tem tradicionalmente respondido ao comportamento anômalo pós-Guerra Fria dos EUA com um simples argumento temporal. Para ele, pouco tempo se passou desde a queda da URSS para que os EUA pudessem se posicionar na atual realidade da política internacional. Diante da incerteza, políticas enraizadas nas últimas décadas tenderiam a subsistir por inércia:

A União Soviética se desmembrou no fim de 1991, apenas dez anos atrás, e as últimas tropas russas foram retiradas da antiga Alemanha Oriental em

1994, há meros sete anos. Dada a natureza repentina do colapso soviético, bem como seu profundo impacto sobre a balança de poder na Europa e no nordeste da Ásia, não há dúvidas de que os Estados Unidos precisariam de tempo para constatar o que a nova arquitetura em cada região significa para os interesses americanos. (Mearsheimer, 2001, p. 390)

Mais recentemente, Mearsheimer sugere ainda que a concentração de atributos de poder em um único Estado, sem precedentes no moderno sistema internacional, tem algo a ver com o processo. A assimetria de poder que favorece os EUA seria tão grande que, continua o argumento, as forças sistêmicas não se fariam sentir com tanta intensidade na política internacional norte-americana. Em outros termos, os EUA seriam tão fortes a pouco de poderem dar-se ao luxo de ignorar parte dos incentivos estruturais em favor de objetivos secundários¹¹¹. No entanto, parece-nos claro que este último argumento de Mearsheimer não é satisfatório. De um lado, afirmar que pressões sistêmicas seriam menos significativas para explicar o comportamento do Estado mais importante da política internacional contemporânea equivale a reconhecer a virtual inutilidade do realismo ofensivo – uma teoria eminentemente estrutural, como se viu – como ferramenta analítica, pelo menos nas primeiras décadas do séc. XXI. Por outro lado, este seria, a princípio, um passo cientificamente degenerescente do realismo ofensivo, por meio da criação de uma hipótese *ad hoc* para dar conta de uma anomalia específica, sem prever fatos novos.

O desenvolvimento teórico no campo do realismo estrutural que parece se assentar melhor com a postura global dos EUA no pós-Guerra Fria é a teoria da unipolaridade de Wohlforth (1999). Trata-se de um empreendimento curioso, dado o histórico de trabalhos deste autor fora do PPC do Realismo Estrutural da forma elaborada aqui. A atuação teórica predecessora de Wohlforth se encaixa na vertente neoclássica do realismo, juntamente com os esforços de Schweller (1997) e Zakaria

¹¹¹ Comunicação pessoal com o autor. Disponível para consulta sob demanda.

(1998) discutidos anteriormente, na medida da inclusão de variáveis reducionistas com função explicativa central¹¹². Ressalte-se ainda que parte importante do argumento de Wohlforth acerca da unipolaridade norte-americana depende da inclusão de variáveis geográficas, em consonância com o realismo ofensivo mearsheimeriano, porém sem a mesma sistematicidade e com menor escopo teórico. Também como o realismo ofensivo, Wohlforth identifica uma atuação eminentemente conservadora dos EUA em outras regiões, voltada para a manutenção da balança de poder, no lugar de uma corrida à hegemonia mundial (como em Layne [2005], por exemplo). Mas, ao contrário do que acontece com as expectativas do realismo ofensivo, a atuação assertiva dos EUA em outras regiões, com a manutenção – e mesmo expansão – de seus compromissos de defesa da Guerra Fria, é consistente com o esperado pela teoria de Wohlforth¹¹³.

A grande questão para a teoria da unipolaridade de Wohlforth – e potencialmente seu maior problema – é fazê-la passar pelo crivo de cientificidade da epistemologia de Lakatos. A teoria se dedica a explicar as dinâmicas de um contexto único da política internacional moderna: a suposta concentração de poder num único pólo do sistema. Porém, em que medida a teoria fornece elementos analíticos para além da situação atual dos EUA? Ou, em termos lakatosianos, em que medida a teoria dá à luz fatos novos, para além daqueles que incentivaram à sua construção, e em que medida pelo menos uma parcela destes fatos novos é empiricamente corroborada? Estas não são questões triviais e delas depende o veredicto sobre a real força que a teoria de Wohlforth trás para o PPC do Realismo Estrutural. De qualquer forma, isto não compõe o nosso propósito aqui.

¹¹² Ver, particularmente, Wohlforth (1993). Mais recentemente, apesar do caráter eminentemente estrutural de sua teoria da unipolaridade, Wohlforth tentou complementar seu argumento pela inclusão de variáveis não-realistas relacionadas a noções de identidade e status. Ver Wohlforth (2009).

¹¹³ Uma teoria da unipolaridade de escopo estrutural e com expectativas distintas das de Wohlforth começou a se materializar em Monteiro (2011). Porém, ao contrário do que afirma Monteiro, seu desafio dificilmente atinge o cerne das questões discutidas por Wohlforth.

Este trabalho demonstrou a força heurística que o realismo ofensivo efetivamente impõe ao PPC do Realismo Estrutural, com base no que existe de mais rigoroso na epistemologia moderna racional (com uma perspectiva racionalista da ciência). O realismo ofensivo nasceu em meio à sua maior anomalia atual, exatamente como Lakatos (1979, p. 163) espera que seja. Entretanto, o resultado foi o tratamento adequado de anomalias tradicionais enfrentadas pelo PPC do Realismo Estrutural, bem como a iluminação de novos fatos proibidos ou inesperados à luz do estágio anterior do programa. Com relação ao comportamento dos EUA desde o fim da Guerra Fria, o realismo ofensivo deve ter o cuidado de reconhecer a anomalia sem recorrer a emendas teóricas *ad hoc* e degenerescentes. Afinal, Lakatos foi o primeiro a lembrar que, na ciência, não existe ‘corroboração instantânea’. A grande expectativa do realismo ofensivo para as próximas décadas é a de que os EUA retomem com consciência sua postura de *offshore-balancer*, particularmente na presença de uma multipolaridade desequilibrada por efeito do (eventual) contínuo crescimento da China. (Mearsheimer, 2001, p. 396-402) Neste sentido, parece ser favorável ao realismo ofensivo a conclusão essencial do *Strategic Defense Guidance* dos EUA, de janeiro de 2012, de que “enquanto as Forças Armadas dos EUA continuarão a contribuir para a segurança global, *nós teremos, por necessidade, que rebalancear em direção à região da Ásia-Pacífico*”. (*Department of Defense*, 2012, p. 2; *itálico no original*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNADJER, Fernando. (1999) “O Método nas Ciências Naturais e Sociais”. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2ª. Edição.

BALDWIN, David A. (Ed.) (1993) “Neorealism and Neoliberalism: the Contemporary Debate”. New York: Columbia University Press.

BALL, T. (1976) “From Paradigms to Research Programs: Toward a Post-Kuhnian Political Science”. *American Journal of Political Science*, vol. 20, n. 1, pp. 151-177.

BLAUG, Mark. (1975) “Kuhn versus Lakatos, or Paradigms versus Research Programmes in the History of Economics. *Hope*, vol. 7, n. 4, pp. 399-433.

BOOTH, Ken. (Ed.) (2011) “Realism and World Politics”. New York: Routledge.

BRODIE, Bernard. (1946) “The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order”. New York: Harcourt, Brace and Co.

BROOKS, Stephen G. (1997) “Dueling Realisms”. *International Organization*, vol. 51, n. 3, pp. 445-77.

BULL, Hedley. (1977) “The Anarchical Society: a Study of Order in World Politics”. New York: Columbia University Press.

BUTTERFIELD, Herbert. (1951) “History and Human Relations”. London: Collins.

CARR, Edward H.. (1981) “Vinte Anos de Crise (1919-1939)”. Brasília: Editora UNB.

CHRISTENSEN, Thomas; SNYDER, Jack. (1990) “Chain Gangs and Passed Bucks: Predicting Alliance Patterns in Multipolarity”. *International Organizations*, vol. 44, pp. 137-168.

- CLAUSEWITZ, Carl Von. (1993) "On War". New York: Alfred A. Knopf.
- COLLINS, Alan. (2004) "State-Induced Security Dilemma: Maintaining the Tragedy". *Cooperation and Conflict*, vol. 39, n. 1, pp. 27-44.
- COPELAND, Dale C. (2000) "The Origins of Major War". Ithaca: Cornell University Press.
- CORBETT, Julian S. (1988) "Some Principles of Maritime Strategy". Annapolis: Naval Institute Press.
- CREVELD, Martin Van. (1977) "Supplying War: Logistics from Wallenstein to Patton". Cambridge: Cambridge University Press.
- DICICCO, Jonathan; LEVY, Jack. (2003) "The Power Transition Research Program: a Lakatosian Analysis". in: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 109-158.
- DEUDNEY, Daniel. (2011) "Anarchy and violence Interdependence". In: BOOTH, Ken. (Ed.) (2011) "Realism and World Politics". New York: Routledge, pp. 17-34.
- DINIZ, Eugenio. (2002) "Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais". Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo., (Tese de Doutorado).
- DINIZ, Eugenio. (2005) "Da Teoria à Análise Política: Guerra do Iraque ou do Reordenamento Unipolar?" *Cena Internacional*, vol. 7, n. 2, pp. 4-27.
- DINIZ, Eugenio. (2006) "Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade: Uma Discussão Teórica Realista" *Contexto Internacional*, vol. 28, n. 2, pp. 505-565.
- DINIZ, Eugenio. (2007) "Política Internacional: Guia de Estudos de Abordagens Realistas e da Balança de Poder". Belo Horizonte: Editora PUC-Minas.

DIXI, Avinash; SKEATH, Susan. (1999) "Games of Strategy". New York: W. W. Norton & Company.

DUHEM, Pierre. (1989) "Algumas Reflexões sobre as Teorias Físicas". São Paulo: Ciência e Filosofia.

ELMAN, Colin. (1996) "Horses for Courses: Why not Neorealist Theories of Foreign Policy?" *Security Studies*, vol. 6, n. 1, pp. 7-53.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (1997) "Lakatos and Neorealism: A Reply to Vasquez". *American Political Science Review*, vol. 91, n. 4, pp. 923-926.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (2002) "How Not to Be Lakatos Intolerant: Appraising Progress in IR Research". *International Studies Quarterly*, 46, pp. 231-262.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (2003) "Lessons from Lakatos". In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 21-70.

ELMAN, Colin. (2004) "Extending Offensive Realism: The Louisiana Purchase and America's Rise to Regional Hegemony". *American Political Science Review*, vol. 98, n. 4, pp. 563-576.

FEYERABEND, Paul. (1979) "Consolando o Especialista". In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cutrix, pp. 244-284

FEYERABEND, Paul. (1977) "Against Method". London: Verso.

FREEDMAN, Lawrence. (1981) "The Evolution of Nuclear Strategy". New York: St. Martin's Press.

GILPIN, Robert G. "The Richness of the Tradition of Political Realism". In: KEOHANE, Robert O. (Ed.) (1986) *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press, pp. 301-321.

GRIECO, Joseph. (1988) "Anarchy and the Limits of Cooperation: a Realist Critic of the Newest Liberal Institutionalism". *International Organizations*, vol. 42, n. 3, pp. 485-507.

GLASER, Charles L. (1994) "Realists as Optimists: Cooperation as Self-Help". *International Security*, vol. 19, n. 3, pp. 50-90.

GLASER, Charles L. (1997) "The Security Dilemma Revisited". *World Politics*, vol. 50, pp. 171-201.

HERZ, John H. (1950) "Idealist Internationalism and the Security Dilemma". *World Politics*, vol. 2, n. 2, pp. 157-180.

HOBBS, Thomas. (1974) "O Leviatã". Rio de Janeiro: Editora Abril.

HUNTINGTON, Samuel P. (1993) "Why Primacy Matters". *International Security*, vol. 17, n. 4, pp. 68-83.

HUTH, Paul K. (1999) "Deterrence and International Conflict: Empirical Findings and Theoretical Debate". *Annual Review of Political Science*, vol. 2, pp. 25-48.

JERVIS, Robert. (1978) "Cooperation under the Security Dilemma". *World Politics*, vol. 30, n. 2, pp. 167-214.

JERVIS, Robert. (1999) "Realism, Neoliberalism and Cooperation: Understanding the Debate". *International Security*, vol. 24, n. 1, pp. 42-63.

JERVIS, Robert. (2001) "Was the Cold War a Security Dilemma?". *Journal of Cold War Studies*, vol. 3, n. 1, pp. 36-60.

KAPLAN, Morton. (1957) "System and Process in International Politics". New York: John Wiley.

KEEGAN, John. (1994) "A History of Warfare". New York: Vintage Books.

KEELEY, Lawrence H. (1996) "War Before Civilization". New York: Oxford University Press.

KEOHANE, Robert O. (1984) "After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy". New Jersey: Princeton University Press.

KEOHANE, Robert O. (1989) "Theory of World Politics: Structural Realism and Beyond". In: KEOHANE, Robert O. (1989) *International Institutions and State Power*. Boulder: Westview Press.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa. (1995) "The Promise of Institutional Theory". *International Security*, vol. 20, n. 1, pp. 39-51.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa. (2003) "Institutional Theory as a Research Program". In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 71-108.

KUGLER, Richard L. (1998) "Changes Ahead: Future Directions for the U.S. Overseas Military Presence". Santa Mônica: RAND Corporation.

KUHN, Thomas, (1970) "Notes on Lakatos". *PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association*, vol. 1970, pp. 137-146.

KUHN, Thomas S. (2005) "A Estrutura das Revoluções Científicas". São Paulo: Editora Perspectiva, 9a. edição.

LABS, Eric J. (1997) "Beyond Victory: Offensive Realism and the Expansion of War Aims". *Security Studies*, vol. 6, n. 4, pp. 1-49.

LAKATOS, Imre. (1968) "The Problem of Inductive Logic". Amsterdam: North Holland.

LAKATOS, Imre. (1974) "The Role of Crucial Experiments in Science". *Studies in History and Philosophy of Science*, vol. 4, n. 4, pp. 344-355

LAKATOS, Imre. (1979) "O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica". In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cutrix, pp. 109-233.

LAKATOS, Imre. (1998) "História da Ciência e suas Reconstruções Racionais". Lisboa: Edições 70, Trad. Emília Picado Tavares Marinho Mendes, pp. 21-76.

LARSON, Eric V., ORLETSKY, David T., LEUSCHNER, Kristin. (2001) "Defense Planning in a Decade of Change: Lessons from the Base Force, Bottom-Up Review, and Quadrennial Defense Review". Santa Mônica: RAND Corporation.

LAYNE, Christopher. (1993) "The Unipolar Illusion: Why Great Powers will Rise". *International Security*, vol. 17, n.4, pp. 5-51.

LAYNE, Christopher. (2005) "The 'Poster Child for Offensive Realism': America as a Global Hegemon". *Security Studies*, vol. 12, n. 2, pp. 120-164.

LIEBER, Keir. (2000) "Grasping the Technological Peace: the Offense-Defense Balance and International Security". *International Security*, vol. 25, n. 1, pp. 71-104.

LAUDAN, L. (1977) "Progress and Its Problems: Towards a Theory Scientific Growth". Berkeley: University of California Press.

LEGRO, Jeffrey W.; MORAVCSIK, Andrew. (1999) "Is Anybody Still a Realist?". *International Security*, vol. 24, n. 2, pp 5-55.

LEPLIN, J. (1997) "A Novel Defense of Scientific Realism". New York: Oxford University Press.

LOBELL, Steven E. (2002) "War is Politics: Offensive Realism, Domestic Politics and Security Strategies". *Security Studies*, vol. 12, n. 2, pp. 164-194.

LYNN-JONES, Sean M. (2001) "Does Offense-Defense Theory has a Future?" GERSI/REGIS Working Paper. Disponível em www.ciaonet.org/wps/lys03.pdf

MARTIN, Lisa. (1992) "Interests, Power and Multilateralism". *International Organizations*, vol. 46, n. 4, pp. 765-792.

MASON, R. A. (1987) "Air Power: an Overview of Roles". Londres: Brassey's Defence Publishers.

MASTANDUNO, Michael. (1993) "Do Relative Gains Matter? America's Response to Japanese Industrial Policy". In: BALDWIN, David A. (Ed.) (1993) "Neorealism and Neoliberalism: the Contemporary Debate". New York: Columbia University Press, pp. 250-268.

MASTERMAN, Margaret. (1979) "A Natureza de um Paradigma" In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cutrix, pp. 72-108.

MAYO, D. G. (1996) "Error and the Growth of Experimental Knowledge". Chicago: University of Chicago Press.

MEARSHEIMER, John J. (1981) "Maneuver, Mobile Defense and NATO Central Front". *International Security*, vol. 6, n. 3, pp. 104-122.

MEARSHEIMER, John J. (1982) "Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe". *International Security*, vol. 7, n. 1, pp. 3-39.

MEARSHEIMER, John J. (1983) "Conventional Deterrence". New York: Cornell University Press.

MEARSHEIMER, John J. (1988) "Numbers, Strategy and the European Balance". *International Security*, vol. 12, n. 4, pp. 174-185.

MEARSHEIMER, John J. (1989) "Assessing the Conventional Balance: the 3:1 Rule and its Critics". *International Security*, vol. 13, n. 4, pp. 54-89.

MEARSHEIMER, John J. (1990a) "Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War". *International Security*, vol. 15, n. 1, pp. 3-54.

MEARSHEIMER, John J. (1990b) "Why We Will Soon Miss the Cold War". *The Atlantic Monthly*, vol. 266, n. 2, pp. 35-50.

MEARSHEIMER, John J. (1994/1995) "The False Promise of International Institutions". *International Security*, vol. 19, pp. 4-49.

MEARSHEIMER, John J. (1998) "The Future of America's Continental Commitment" In: LUNDESTAD, Geir. (Ed.) (1998) *No End to Alliance: the United States and Western Europe*. New York: St. Martin's, pp. 221-242.

MEARSHEIMER, John J. (2001) "The Tragedy of Great Powers Politics". New York: Norton & Company.

MEARSHEIMER, John J. (2005) "E. H. Carr vs. Idealism: The Battle Rages On". *International Relations*, vol. 19, pp. 139-152.

MEARSHEIMER, John J. (2008) "Rivalry in the Offing". *China Security*, vol. 4, n. 2, pp. 9-10.

MEARSHEIMER, John J. (2009) "Reckless States and Realism". *International Relations*, vol. 23, n. 2, pp. 241-256.

MEARSHEIMER, John J. (2010a) "Australians Should Fear the Rise of China". *The Spectator*, www.thespectator.co.uk.

MEARSHEIMER, John J. (2010b) "The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia". *The Chinese Journal of International Politics*, vol. 3, pp. 381-396.

MENDES, Flávio P.; LIMA, Shênia K. (2005) "Realismo e Institucionalismo Neoliberal: um Panorama da Evolução do mais Representativo Debate da Teoria das Relações Internacionais". *Revista Fronteira*, vol. 4, n. 7, pp. 63-90.

MILNER, Helen. (1993) "The Assumption of Anarchy in International Relations". In: BALDWIN, David A. (Ed.) (1993) *Neorealism and Neoliberalism: the Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press.

MILNER, Helen. (1997) "Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations". Princeton: Princeton University Press.

MONTEIRO, Nuno. (2011) "Unrest Assured: Why Unipolarity is not Peaceful". *International Security*, vol. 36, n. 3, pp. 9-40.

MORAVICSIK, Andrew. (1997) "Taking Preferences Seriously: a Liberal Theory of International Politics". *International Organization*, vol. 51, n. 4, pp. 513-553.

MORAVICSIK, Andrew. (2003) "Liberal International Relations Theory: a Scientific Assessment". In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 159-204.

MORGENTHAU, Hans J. (1993) "Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace". New York: McGraw Hill.

MUSGRAVE, A. (1974) "Logical versus Historical Theories of Confirmation". *British Journal for the Philosophy of Science*, 25, pp. 1-23.

NEURATH, Otto et al. "A Concepção Científica do Mundo: o Círculo de Viena". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 10, pp. 65-76.

NICKLES, T. (1987) “Lakatosian Heuristics and Epistemic Support”. *British Journal for the Philosophy of Science*, 38, pp. 181-205.

PAPE, Robert A. (1996) “Bombing to Win: Air Power and Coercion in War”. Ithaca: Cornell University Press.

POINCARÉ, H. (1984) “A Ciência e a Hipótese”. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

POPPER, Karl. (1979) “A Ciência Normal e seus Perigos”. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cutrix, pp. 63-71.

POPPER, Karl. (1994) “Conjecturas e Refutações”. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

POPPER, Karl. (1999) “Lógica das Ciências Sociais”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

POSEN, Barry R. (1984) “The Sources of Military Doctrine: France, Britain and Germany Between World Wars”. London: Cornell University Press.

POSEN, Barry R. (1993) “The Security Dilemma and Ethnic Conflict”. *Survival*, vol. 35, n. 1, pp. 27-47.

PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador G. (1999) “Guia de Estudos de Estratégia”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PROENÇA Jr., Domício; DUARTE, Érico E. (2005) “The Concept of Logistics Derived from Clausewitz: All that is Required so that the Fighting Force can be Taken as a Given”. *The Journal of Strategic Studies*, vol. 28, n. 4, pp. 645-677.

PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio. (2006). “O Fenômeno Guerra”. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos, Coppe/UFRJ. (Manuscrito inédito)

PUTNAM, Robert D. (1988) "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games". *International Organization*, vol. 42, n. 3, pp. 427-460.

RAY, James L. (2003) "A Lakatosian View of the Democratic Peace Research Program". In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 205-245.

RHODES, Edward. (1999) "Review of Empirical Studies of Conventional Deterrence". *Occasional Paper*, Center for Global Security and Democracy, Rutgers University.

ROSE, Gideon. (1998) "Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy". *World Politics*, vol. 51, n. 1, pp. 431-464.

ROSECRANCE, Richard N. (2002) "War and Peace". *World Politics*, 55, pp. 136-166.

SHELLING, Thomas C. (1965) "Nuclears, Nato and the 'New Strategy'". In: *Problems of National Strategy: a Book of Readings*. New York: Praeger, pp. 169-185.

SHELLING, Thomas C. (1966) "Arms and Influence". New Haven: Yale University Press.

SCHROEDER, Paul. (1994) "Historical Reality vs. Neo-Realist Theory". *International Security*, vol. 19, n. 1, pp. 108-148.

SCHWELLER, Randall. (1994) "Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In". *International Security*, 19, pp. 72-107.

SCHWELLER, Randall. (1996) "Neorealism's Status Quo Bias: What Security Dilemma?". In: FRANKEL, B. (Ed.) (1996) *Realism: Restatements and Renewal*. London: Frank Cass.

SCHWELLER, Randall. (1997a) "Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest". New York: Columbia University Press.

SCHWELLER, Randall. (1997b) "New Realist Research on Alliances: Refining, Not Refuting, Waltz's Balancing Proposition". *American Political Science Review*, vol. 91, n. 4, pp. 927-930.

SCHWELLER, Randall. (2003) "The Progressiveness of Neoclassical Realism". In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 311-348.

SCOTT, Sagan D; WALTZ, Kenneth N. (2003) "The Spread of Nuclear Weapons: a Debate Renewed". New York: W. W. Norton & Company.

SIMOWITZ, Roslyn. (2003) "Measuring Intra-programmatic Progress". in: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 405-418.

SNYDER, Glenn H. (2002) "Mearsheimer's World: Offensive Realism and the Struggle for Security". *International Security*, vol. 27, n. 1, pp. 149-173.

SNYDER, Jack. (1991) "Myths of Empire". Ithaca: Cornell University Press.

TOFT, Peter. (2005) "John J. Mearsheimer: an Offensive Realist Between Geopolitics and Power". *Journal of International Relations and Development*, vol. 8, 381-408.

TOULMIN, S. E. (1979) "É Adequada a Distinção entre Ciência Normal e Ciência Revolucionária?". In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cutrix, pp. 49-59

TALIAFERRO, Jeffrey W. (2000) "Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited". *International Security*, vol. 25, n. 3, pp. 128-161.

TANG, Shiping. (2008) "Fear in International Politics: Two Positions". *International Studies Review*, 10, pp. 451-471.

TANG, Shiping. (2010) "A Theory of Security Strategy for Our Time". New York: Palgrave MacMillan.

TRACHTENBERG, Marc. (1989) "Strategic Thought in America, 1952-1966". *Political Science Quarterly*, vol. 104, issue 2, 301-334.

TUCÍDIDES. (1982) "História da Guerra do Peloponeso". Brasília: Editora UNB.

US CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE. (2004) "Options for Changing the Army's Overseas Basing". Washington D.C.

US DEPARTMENT OF DEFENSE. (2012) "Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21th Century Defense". Washington, D.C., pp.

VAN EVERA, Stephen. (1998) "Offense, Defense and the Causes of War". *International Security*, vol. 22, n. 4, pp. 5-43.

VASQUEZ, John A. (1997) "The Realist Paradigm and Degenerative Versus Progressive Research Programs: An Appraisal on Neotraditional Research on Waltz's balancing Proposition". *American Political Science Review*, vol. 91, n. 4, pp. 899-912.

WALT, Stephen. (1985) "Alliance Formation and the Balance of World Power". *International Security*, vol. 9, n. 4, pp. 3-43.

WALT, Stephen. (1987) "The Origins of Alliances". Ithaca: Cornell University Press.

WALT, Stephen. (1997) "The Progressive Power of Realism". *American Political Science Review*, vol. 91, n. 4, pp. 931-935.

WALTON, C. Dale. (2002) "Coping with Anarchy: Interstate Violence and the Character of American Foreign Policy". *Comparative Strategy*, 21, pp. 417-427.

WALTZ, Kenneth N. (1959) "Man, the State and War". New York: Columbia University Press.

WALTZ, Kenneth N. (1964) "The Stability of a Bipolar World". *Daedalus*, vol. 93, n. 3, pp. 881-909.

WALTZ, Kenneth N. (1967) "The Politics of Peace". *International Studies Quarterly*, vol. 11, n. 3, pp. 199-211.

WALTZ, Kenneth N. (1979) "Theory of International Politics". New York: McGraw-Hill.

WALTZ, Kenneth N. (1986) "Reflection on *Theory of International Politics*: a Response to my Critics". In: KEOHANE, Robert O. (Ed.) (1986) *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press, pp. 322-346.

WALTZ, Kenneth N. (1988) "The Origins of War in Neorealist Theory". *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 18, n. 4, pp. 615-628.

WALTZ, Kenneth N. (1993) "The Emerging Structure of International Politics". *International Security*, vol. 18, n. 2, pp. 44-79.

WALTZ, Kenneth. (1997) "Evaluating Theories". *American Political Science Review*, vol. 91, n. 4, pp. 913-917.

WALTZ, Kenneth N. (2000) "Structural Realism after the Cold War". *International Security*, vol. 25, n. 1, pp. 5-41.

WALTZ, Kenneth. (2003) "Thoughts about Assaying Theories". In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (Eds.) *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, 2003, pp. vii-xiv.

WARDEN III, John A. (1989) "The Air Campaign: Planning for Combat". McLean: Pergamon-Brassey's International Defence Publishers.

WORRALL, J. (1978) "The Ways in Which the Methodology of Scientific Research Programmes Improves on Popper's Methodology". In.: RADNITZKY, G.; ANDERSSON, G. *Progress and Rationality in Science*. Dordrecht: D. Reidel.

WATKINS, J. W. N. (1979) "Contra a Ciência Normal". In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cutrix, pp. 33-48

WENDT, Alexander. (1992) "Anarchy is what States Make of It: the Social Construction of Power Politics". *International Organization*, vol. 46, n. 2, pp. 391-425.

WENDT, Alexander. (1999) "Social Theory of International Politics". Cambridge: Cambridge University Press.

WOHLFORTH, William C. (1993) "The Elusive Balance: Power and Perceptions during the Cold War". Ithaca: Cornell University Press.

WOHLFORTH, William C. (1999) "The Stability of a Unipolar World". *International Security*, vol. 24, n.1, pp. 5-41.

WOHLFORTH, William C. (2009) "Unipolarity, Status Competition and Great Power War". *World Politics*, vol. 61, n. 1, pp. 28-57.

ZAHAR, E. (1973) "Why did Einstein's Programme Supersede Lorentz's?". *British Journal for the Philosophy of Science*, 24, pp. 95-123.

ZAKARIA, Fareed. (1992) "Realism and Domestic Politics: A Review Essay". *International Security*, vol.17, n. 1, pp. 177-198.

ZAKARIA, Fareed. (1998) "From Wealth to Power: The Unusual Origin of America's Global Role". Princeton: Princeton University Press.